

**GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES
DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO**

**Secretaria de Estado de Cultura
de Minas Gerais**

Arquivo Público Mineiro

**GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES
DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO**

**Belo Horizonte
2006**

Guia de fundos e coleções do Arquivo Público Mineiro / Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro. – Belo Horizonte, 2006.

166 p. ; 14x22 cm.

ISBN: 85-99528-05-X

1. Arquivo Público Mineiro – Guias. 2. Arquivologia. I. Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais. II. Arquivo Público Mineiro.

CDD 025.171

Governador do Estado de Minas Gerais
Aécio Neves da Cunha

Secretária de Estado de Cultura
Eleonora Santa Rosa

Secretário-Adjunto de Estado de Cultura
Marcelo Braga de Freitas

Superintendente do Arquivo Público Mineiro
Renato Pinto Venâncio

Diretora de Acesso à Informação e Pesquisa
Alice Oliveira de Siqueira

Diretora de Gestão de Documentos
Augusta Aparecida Cordoval Caetano

Diretor de Arquivos Permanentes
Emerson Nogueira Santana

Diretor de Conservação de Documentos
Pedro de Brito Soares

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação Técnica
Edilane Maria de Almeida Carneiro
Eliane Dutra Amorim
Emerson Nogueira Santana

Descrição dos Fundos e Coleções
Alda Maria Palhares Campolina
Adriana Quirino de Oliveira
Ana Maria Souza
Márcia Alkmim
Maria José Timburibá Guimarães
Maria Mesquita Camisasca
Sônia Maria Gonçalves

Histórico dos Fundos e Coleções
Ana Maria Souza
Marina Mesquita Camisasca

Revisão Técnica
Ana Maria Souza
Emerson Nogueira Santana
Márcia Alkmim
Marina Mesquita Camisasca

Colaboradores
Marta Melgaço Neves
Eduardo Andrade Varella

Capa e Projeto Gráfico
Eduardo Ferreira

Formatação
Edwaldo Ferreira

Revisão de Texto
Lilian de Oliveira

Em memória de Hélio Gravatá.

SUMÁRIO

Apresentação	09
O Arquivo Público Mineiro	11
O Guia de Fundos e Coleções.	15
FUNDOS DE ORIGEM PÚBLICA	
Arquivo Público Mineiro	21
Assembléia Legislativa Provincial	24
Câmara dos Deputados	27
Câmara Municipal de Caeté	29
Câmara Municipal de Curvelo	32
Câmara Municipal de Formiga	34
Câmara Municipal de Mariana	36
Câmara Municipal de Ouro Preto	39
Câmara Municipal de Paracatu	42
Câmara Municipal de Pitangui	44
Câmara Municipal de Sabará	46
Casa dos Contos	49
Chefia de Polícia	51
Conselho Administrativo do Estado de Minas Gerais	54
Conselho Consultivo do Estado de Minas Gerais	56
Conselho Geral da Província	58
Delegacia dos Terrenos Diamantinos	60
Departamento Administrativo do Estado de Minas Gerais	62
Departamento de Ordem Política e Social	64
Fazenda Provincial.	67
Governador das Armas	69
Instrução Pública	71
Junta Provisória de Governo	74
Obras Públicas	76
Presidência da Província	78
Repartição Especial das Terras Públicas	82
Seção Provincial.	84
Secretaria da Agricultura	87
Secretaria das Finanças	90
Secretaria de Estado do Governo	92
Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial)	94
Secretaria de Governo da Província	97
Secretaria de Segurança e Assistência Pública	100
Secretaria de Viação e Obras Públicas	102
Secretaria do Interior.	104
Senado Mineiro	107

FUNDOS DE ORIGEM PRIVADA

Alferes Luiz Antonio Pinto	111
Aristides de Araújo Maia	113
Arthur Bernardes	114
Arthur Bernardes Filho	117
Aurélio Pires	119
Barão Homem de Mello	121
Camillo Filinto Prates	123
Chrispim Jacques Bías Fortes.	125
David Moretzsohn Campista	127
Felisberto Gouveia Horta	129
Francisco de Assis Barbosa	130
João Pinheiro da Silva	132
Manoel Basílio Furtado	134
Olegário Maciel	135
Pedro Aleixo	137
Percival Farquhar	139

COLEÇÕES

Coleção Arquivo Público Mineiro	143
Coleção Avulsos da Capitania de Minas Gerais.	144
Coleção Constância Guimarães.	145
Coleção Diplomas	146
Coleção Departamento de Imprensa e Propaganda.	147
Coleção Família Joaquina Bernarda de Pompéu	149
Coleção Família Juscelino Barbosa	151
Coleção Família Rodrigues Pereira	153
Coleção Mapas de População	155
Coleção Municípios Mineiros.	156
Coleção Nelson Coelho de Senna	157
Coleção Personalidades	159
Coleção Revolução de 1930	160
Coleção Tipografia Guimarães	162

Bibliografia Consultada	163
-----------------------------------	-----

Apresentação

O presente Guia de Fundos e Coleções consiste em uma ação de divulgação e promoção do acesso aos documentos preservados pelo Arquivo Público Mineiro – APM. Essa publicação contém informações sobre o processo de acumulação, o conteúdo, o sistema de arranjo, as condições de consulta e os instrumentos de pesquisa de cada um dos conjuntos documentais que compõem o mais importante acervo sobre a história de Minas Gerais.

O caráter desta publicação não é meramente informativo, mas também didático, uma vez que a mesma instrui, orienta e auxilia o consulente durante seu processo de pesquisa. O Guia de Fundos e Coleções pode ser entendido como um elo entre o cidadão e o patrimônio documental guardado pelo Arquivo Público Mineiro, cumprindo a dupla função de tornar menos árduo o trabalho do pesquisador habitual e estimular as visitas da população à Instituição.

Enfim, o Guia de Fundos e Coleções do APM é resultado do trabalho de muitos, durante várias décadas, em prol de um melhor conhecimento sobre o patrimônio documental mineiro. Ao disponibilizar essa visão articulada e panorâmica, a publicação que o leitor tem em mãos é um convite à pesquisa. Pretende ampliar o acesso à informação cultural e aprimorar o conhecimento sobre a história de Minas Gerais e do Brasil.

Renato Venâncio

Superintendente do Arquivo Público Mineiro

O Arquivo Público Mineiro

Criado em 1895, o Arquivo Público Mineiro (APM) tinha como atribuições originais receber e conservar todos os documentos concernentes ao direito público, à legislação, à administração, à história, à geografia, às manifestações do movimento científico, literário e artístico de Minas Gerais. Foi pensado originalmente como um centro de preservação, pesquisa e difusão da história e da cultura mineira.

Atualmente, o Arquivo Público Mineiro integra o Sistema Estadual de Cultura como o órgão responsável pela gestão, o recolhimento, a preservação e o processamento técnico da documentação acumulada pelas unidades administrativas do poder executivo de Minas Gerais. Como instituição cultural, tem o compromisso de tratar e disponibilizar todos os conjuntos documentais que se encontram sob a sua guarda, seja de origem pública ou de origem privada e interesse público.

Além de cuidar de seu acervo documental, o APM desempenha a função de centro de referência regional em técnicas de tratamento documental. Toda a metodologia desenvolvida e aplicada pela Instituição é difundida por meio de publicações, assessorias técnicas, cursos, treinamentos, ciclos de palestras, seminários, participação em congressos e elaboração de projetos cooperativos para preservação de acervos de terceiros. Dessa maneira, o APM beneficia acervos documentais custodiados por instituições localizadas em municípios do interior de Minas Gerais, ampliando o público contemplado por suas atividades.

Para a execução de suas atribuições, o APM conta com um corpo técnico multidisciplinar – formado por historiadores, bibliotecários, técnicos em informática, especialistas em conservação e restauração etc. – que desempenha suas funções em quatro diretorias:

Diretoria de Gestão de Documentos – DGD

Planeja e coordena os programas de gestão de documentos nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual. Presta assistência técnica orientando quanto ao processo de classificação, análise, avaliação e seleção

de documentos produzidos e acumulados, tendo em vista a identificação desses documentos para a guarda permanente e a eliminação daqueles destituídos de valor probatório e informativo. As ações da DGD viabilizam e facilitam o recolhimento da documentação pública ao Arquivo Público Mineiro.

O Plano de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo para as Atividades Mantenedoras da Administração Pública do Estado de Minas Gerais são seus principais instrumentos de trabalho.

Diretoria de Arquivos Permanentes – DAP

O gerenciamento e controle físico dos documentos de guarda permanente – portadores de valor histórico e cultural – que passam a compor o acervo após os processos de transferência e recolhimento é a principal atribuição da Diretoria de Arquivos Permanentes. Seus técnicos desenvolvem atividades de identificação, arranjo, organização e descrição documental. Elaboram os instrumentos de pesquisa e consulta ao acervo – catálogos, inventários, índices, repertórios, listas, bancos de dados etc.

No desempenho de suas atividades, segue padrões técnicos internacionais estabelecidos para o tratamento da informação em arquivos, como a ISAD(G) – Norma Geral Internacional para a Descrição Arquivística. Todas essas atividades visam a preservação dos documentos e o acesso ao acervo custodiado pelo APM.

Diretoria de Conservação de Documentos – DCD

Gerencia e executa atividades de conservação preventiva do acervo, sendo responsável pela preservação e restauração do suporte físico documental. Busca soluções para o controle climático e biológico dos depósitos, no intuito de reduzir o efeito dos agentes de degradação do acervo, a saber: variações climáticas, iluminação inadequada, insetos, microorganismos, fogo, água, produtos químicos, interferência humana.

Conta com um laboratório de restauração e um setor de encadernação de documentos. Além disso, possui estrutura e equipamentos para a microfilmagem e a digitalização de acervos, ações de reformatação realizadas como forma de preservação da informação.

Diretoria de Acesso à Informação e Pesquisa – DAIP

Planeja, executa e supervisiona as atividades de acesso à informação, pesquisa histórica, difusão cultural, comunicação institucional, agendamento de visitas técnicas, organização de seminários e ciclos de palestras. É responsável pelo acervo bibliográfico e pela editoração e distribuição de publicações, como os cadernos técnicos e a Revista do Arquivo Público Mineiro.

A Associação Cultural do Arquivo Público Mineiro - ACAPM

A Associação Cultural do Arquivo Público Mineiro – ACAPM – é uma entidade civil, sem fins lucrativos, criada com o propósito de apoiar o Arquivo Público Mineiro no desenvolvimento de projetos culturais e na dinamização de seus programas e atividades técnicas. Desempenha papel fundamental na captação de recursos financeiros e gerenciamento de projetos culturais apoiados por empresas e agências governamentais. Qualquer cidadão pode se associar a ACAPM e contribuir com as ações desenvolvidas em benefício do patrimônio documental do Estado de Minas Gerais.

O Acervo

Desde a sua criação em fins do século XIX, o Arquivo Público Mineiro vem desenvolvendo atividades de recolhimento e tratamento documental, bem como de difusão da informação histórica e cultural. O acervo acumulado durante esses mais de 110 anos de existência é composto por documentos de vários gêneros, tipos e suportes, produzidos desde o século XVIII, período colonial brasileiro. Em seus depósitos e salas climatizadas encontram-se aproximadamente 1,5 quilômetros de documentos textuais, cerca de 65.000 fotografias e negativos fotográficos, mapas, plantas, filmes e microfilmes. Conta, ainda, com uma biblioteca especializada em história de Minas Gerais e arquivologia, com cerca de 10.500 títulos, sendo 2.000 obras raras.

O acesso ao acervo é franqueado a qualquer cidadão interessado na realização de pesquisas históricas e administrativas, consultas de interesse particular e busca de certidões probatórias. Basta apresentar-se na recepção, realizar um pequeno cadastro e dirigir-se à sala de referência. Cabe lembrar que a pesquisa deve ser feita pelo próprio usuário. O papel do APM é disponibilizar a documentação, sendo possível, em caso de dúvida ou dificuldade de entendimento dos instrumentos de pesquisa, consultar um dos técnicos atendentes do Arquivo Público Mineiro. Eles são treinados para auxiliar o usuário, tornando a pesquisa mais profícua por meio de indicações de acervos a consultar e explicações sobre os inventários, catálogos, índices e sistemas informatizados de pesquisa.

Horário de Atendimento

De segunda a sexta-feira, das 9 às 17 horas.

Localização

Av. João Pinheiro, 372 – Bairro Funcionários

Belo Horizonte - MG

CEP: 30.130 -180

Telefax

(31) 3269 1167

(31) 3269 1060

Homepage

<http://www.cultura.mg.gov.br>

Correio Eletrônico

Superintendência do Arquivo Público Mineiro

apm@cultura.mg.gov.br

Diretoria de Acesso à Informação e Pesquisa

daip.apm@cultura.mg.gov.br

Diretoria de Gestão de Documentos

dgd.apm@cultura.mg.gov.br

Diretoria de Arquivos Permanentes

dap.apm@cultura.mg.gov.br

Diretoria de Conservação de Documentos

dcd.apm@cultura.mg.gov.br

O Guia de Fundos e Coleções

Um guia de fundos e coleções é publicação técnica de valor incomparável em termos de divulgação de informações sobre o acervo de um arquivo, seja ele público ou privado. Além disso, o guia desempenha papel primordial no aprimoramento do conhecimento dos técnicos e pesquisadores sobre a dimensão e a riqueza do patrimônio documental com o qual lidam diariamente. Na medida em que disponibiliza informações sobre um acervo, o guia pode ser entendido como uma ação de democratização da informação e difusão do patrimônio documental.

O Guia de Fundos e Coleções do Arquivo Público Mineiro foi elaborado visando esse duplo objetivo: consolidar as informações sobre o acervo para os técnicos e usuários habituais e divulgar o patrimônio documental preservado no intuito de ampliar o público pesquisador. Nele, o cidadão interessado vai encontrar uma descrição de cada conjunto documental preservado e disponibilizado. No entanto, destacamos que a publicação não esgota o acervo do Arquivo Público Mineiro. Existem fundos e coleções documentais não disponibilizados, pois ainda não passaram pelo processo de organização.

Descrições de fundos e coleções elaboradas anteriormente foram utilizadas como referência para a publicação atual. Este Guia representa a concretização do trabalho de muitos que passaram pelo Arquivo Público Mineiro, aos quais reforçamos aqui nosso agradecimento. Além disso, não é obra definitiva, pois entendemos que deve ser reeditado periodicamente, incorporando os novos fundos e coleções recolhidos e disponibilizados.

O Guia foi estruturado em três partes – Fundos de Origem Pública, Fundos de Origem Privada, Coleções – de acordo com a proveniência de cada conjunto documental descrito. Um fundo de arquivo é um conjunto de documentos organicamente produzido e/ou acumulado e utilizado por um indivíduo, uma família ou uma entidade coletiva durante suas atividades. Coleção é uma reunião artificial de documentos com base em alguma característica comum. No caso do APM, algumas coleções são formadas por documentos de origem pública, outras, por documentos de origem privada.

Essa versão do *Guia de Fundos e Coleções do Arquivo Público Mineiro* foi elaborada com base na Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD(G), entendida como diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas. Isso significa que foram realizadas algumas adaptações necessárias, de acordo com a realidade da Instituição, sem prejuízo do objetivo primordial da normatização, que consiste no intercâmbio internacional de informação descritiva. Todos os 7 (sete) campos considerados obrigatórios pelo ISAD(G) estão presentes. No entanto, alguns campos receberam nomenclatura diferente, consagrada na Instituição, outros não aparecem na planilha, como forma de evitar informação repetitiva.

- Código de Referência: foi identificado como Código;
- Título: inserido apenas no alto da planilha para evitar a repetição de informações.
- Produtor: identificado como Nome(s) do(s) Produtor(es), pois alguns produtores sofreram alterações de nomes;
- Data(s): identificado como Datas-limite, nomenclatura tradicionalmente utilizada na Instituição;
- Dimensão e Suporte: inserida por gênero documental;
- Nível de descrição. Este campo não aparece na planilha. Uma vez que se trata da publicação de um Guia de Fundos e Coleções, o nível 1 (um) está subentendido.

Além dessas informações obrigatórias, a planilha utilizada traz os seguintes campos de descrição para cada fundo ou coleção: Histórico/Biografia, Conteúdo, Sistema de Arranjo, Instrumentos de Pesquisa, Condições de Acesso, Legislação Básica, Consultar Também e Notas. A descrição dos conjuntos documentais não apresenta campos em branco. Quando determinado campo foi julgado desnecessário para um fundo ou coleção (ausência de nota relevante, por exemplo), optou-se pela supressão. Na planilha de descrição a seguir, encontra-se uma explicação sobre cada campo de descrição e os critérios utilizados no seu preenchimento.

Planilha de Descrição

Nome do Fundo ou Coleção

Código: Identifica o fundo ou coleção dentro do acervo do Arquivo Público Mineiro. É formado por duas, três ou quatro letras, relacionadas ao nome do fundo ou coleção que se descreve.

Datas-limite: Registra a data mais antiga e a mais recente de produção dos documentos que compõem o fundo ou a coleção. Alguns fundos apresentam documentos produzidos em anos anteriores ou posteriores ao período de existência do produtor. Essa informação foi inserida na área de notas.

Nome(s) do(s) Produtor(es): Identificação do(s) produtor(es) dos documentos. O produtor é a entidade ou pessoa responsável, em última instância, pela acumulação do acervo. Alguns produtores tiveram o nome modificado ao longo de sua trajetória. Nesses casos, o fundo será identificado pelo último nome utilizado pelo produtor, em conformidade com a data-limite. Alguns fundos possuem mais de um produtor, tendo em vista modificações administrativas e incorporações de acervos por alterações de competência. Outros fundos receberam a denominação de acordo com a sua função.

Histórico/Biografia: Informações sobre a entidade produtora ou acumuladora dos documentos. No caso de documentação proveniente da administração pública, registra as atribuições e a trajetória institucional do órgão acumulador. No caso de documentação de origem privada, registra atribuições e trajetória institucional, se o acumulador é pessoa jurídica, ou dados biográficos, quando se trata de pessoa física.

Conteúdo: Descreve sumariamente o conteúdo do acervo. Indica tipos documentais e assuntos predominantes. Não reflete a riqueza e diversidade de assuntos da documentação que compõe cada fundo, no entanto, fornece algumas dicas sobre o que pode ser encontrado.

Dimensão e Suporte: Mensuração ou quantificação dos documentos. A dimensão foi registrada por gênero documental. No caso do acervo textual, optou-se por registrar a dimensão em metros lineares. Os outros gêneros de acervo utilizados são: bibliográfico, cartográfico, filmográfico, iconográfico, eletrônico e micrográfico.

Sistema de Arranjo: Informações sobre a forma de organização do fundo ou coleção. Indica as séries e subséries nos casos em que o fundo se encontra subdividido. A ordenação dos documentos pode ser numérica, cronológica ou alfabética.

Condições de Acesso: Indica a forma de pesquisa e consulta aos documentos do fundo ou coleção. Alguns acervos são consultados nos originais. No caso dos

fundos e coleções microfilmados, a consulta é feita por meio de microfimes. Os acervos que se encontram digitalizados são disponibilizados por meio de sistemas informatizados de pesquisa.

Legislação Básica: Relação da legislação relacionada à criação, regulamentações, modificações de atribuições e extinção da entidade produtora do fundo ou coleção.

Instrumentos de Pesquisa: Traz informações sobre a forma de acesso ao acervo. Relação dos instrumentos disponíveis para auxiliar a pesquisa (catálogo, inventário, índice, sistema informatizado de pesquisa etc.).

Consultar Também: Relação dos instrumentos de pesquisa de outros fundos/coleções do Arquivo Público Mineiro onde podem ser encontradas informações que complementem o conteúdo do conjunto documental em questão.

Notas: Informações complementares sobre o fundo ou a coleção. Explicações sobre a presença de documentos com data anterior ou posterior ao período de existência do órgão produtor, por exemplo. Na ausência de notas, este campo foi suprimido.

Fundos de Origem Pública

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

Código: FAPM**Datas-limite: 1895-1994****Nome(s) do(s) Produtor(es)**

Arquivo Público Mineiro

Histórico/Biografia

O *Arquivo Público Mineiro* foi criado na cidade de Ouro Preto, capital do Estado, pela lei nº 126 de 11 de julho de 1895. Tinha como atribuições receber, conservar e classificar os documentos referentes ao direito público, à legislação, à administração, à história e geografia e às manifestações do movimento científico, literário e artístico do Estado. Era responsável ainda pelo recolhimento, guarda e classificação de pinturas, esculturas e mobiliário de valor artístico ou histórico.

Em 1901, pela lei nº 318, o *Arquivo Público Mineiro* foi reorganizado e anexado à Secretaria do Interior. No mesmo ano a Instituição foi transferida de Ouro Preto para Belo Horizonte, onde durante alguns anos foi instalada em prédios provisórios. Em 1938, recebeu como sede própria uma antiga casa situada à Avenida João Pinheiro. Durante sua trajetória, o *Arquivo Público Mineiro* esteve, ainda, subordinado à Secretaria de Educação e à Secretaria de Governo. Somente em 1983, tornou-se órgão vinculado à recém-criada Secretaria de Estado da Cultura.

Com a lei estadual nº 11726, de 30 de dezembro de 1994, Minas Gerais passou a dispor de uma política estadual de arquivos. Esta lei estabeleceu que o *Arquivo Público Mineiro* teria por finalidade executar a gestão, o recolhimento, a guarda e a preservação do acervo documental da Administração Pública Estadual, bem como dos documentos privados de interesse público. Deveria, também, garantir o acesso à informação e apoiar o governo nas suas decisões político-administrativas.

O acervo documental do *Arquivo Público Mineiro* remonta ao início do século XVIII e se refere à administração da Capitania, da Província e do Estado de Minas Gerais. São manuscritos, impressos, fotografias, mapas, plantas e filmes relacionados à História de Minas Gerais e do Brasil. Cabe lembrar duas importantes transferências de acervo ocorridas durante a trajetória da Instituição. Em 1977, vários objetos museológicos, que durante anos estiveram sob a guarda do APM, foram transferidos para o recém-criado Museu Mineiro. Em 1996, os jornais dos séculos XIX e XX e várias coleções de revistas foram transferidos para o acervo da Hemeroteca Estadual, criada neste mesmo ano.

Conteúdo

O fundo é composto por documentos referentes às atividades administrativas e de constituição do acervo da Instituição, dentre as quais se destacam os processos de recolhimento de documentos públicos e recebimento de documentos privados.

Em geral, trata-se de correspondências, registros referentes aos funcionários e aos antigos correspondentes, dotação orçamentária, balanços e balancetes, leis, normas, regulamentos, projetos de organização do acervo, convênios com instituições educacionais, publicações, cursos e seminários técnicos.

Sistema de Arranjo

Os documentos encontram-se organizados de acordo com a gestão de cada dirigente: 1. José Pedro Xavier da Veiga, 2. Antônio Augusto de Lima, 3. Teófilo Feu de Carvalho, 4. Mário Franzem de Lima – Substitutos: Adolfo Júlio Tymburibá, Teófilo Feu de Carvalho e Aurélio Pires, 5. Arduíno Fontes Bolívar, 6. Oscar Bhering, 7. João Gomes Teixeira, 8. Ivo Porto de Menezes, 9. Francisco de Assis Andrade, 10. Augusto Elísio Matos Chelotti, 11. Neide Pestana Thomas e 12. Achilles Mauro Mitraud de Castro Leite.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário do Fundo Arquivo Público Mineiro;
- Índices da Revista do Arquivo Público Mineiro;
- Sistema informatizado de pesquisa do acervo fotográfico;
- Sistema informatizado de pesquisa do acervo cartográfico.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através dos originais. As fotografias encontram-se digitalizadas e são consultadas por meio de sistema informatizado de pesquisa.

A Revista do Arquivo Público Mineiro foi digitalizada e pode ser consultada através de uma coleção contendo 5 CD's.

Dimensão/Suporte

- Cartográfico: 155 mapas e plantas;
- Iconográfico: 900 fotografias;
- Textual: 7,44 metros lineares.

Legislação Básica

Mineira: Lei nº 126, de 11/07/1895; Decreto nº 860, de 19/09/1895; Lei nº 318, de 16/09/1901; Decreto nº 1479, de 21/10/1901; Decreto nº 1527, de 12/07/1902; Decreto nº 2492, de 30/03/1909; Decreto nº 11327, de 12/05/1934; Decreto nº 7353, de 02/01/1964; Decreto nº 13437, de 24/02/1971; Decreto nº 14446, de 13/04/1972; Decreto nº 14623, de 29/06/1972; Decreto nº 16200, de 09/04/1974; Decreto nº 16923, de 09/01/1975; Decreto nº 16983, de 07/02/1975; Decreto nº 17113, de 22/04/1975; Decreto nº 18606, de 09/07/1977; Lei nº 8502, de 19/12/1983; Decreto nº 23512, de 06/04/1984; Decreto nº 25817, de 20/03/1986; Lei nº 11714, de 26/12/1994; Lei nº 11726, de 30/12/1994; Lei nº 12221, de 01/07/1996; Decreto nº 39641, de 15/06/1998.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Aurélio Pires - AP
- Inventário do Fundo Secretaria do Interior - SI
- Kardex da biblioteca do Arquivo Público Mineiro: Relatórios da Secretaria do Interior - SI

Notas

O acervo fotográfico possui fotos a partir de 1901, ano de início da gestão de Antônio Augusto de Lima.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PROVINCIAL**Código: AL****Datas-limite: 1831-1895****Nome(s) do(s) Produtor(es)**

Assembléia Legislativa Provincial (1835-1889)

Histórico/Biografia

A lei nº 16 de 12 de agosto de 1834 – Ato Adicional – suprimiu os Conselhos Gerais e instituiu as Assembléias Legislativas Provinciais. A primeira *Assembléia Legislativa de Minas Gerais* foi instalada, em 1835, na cidade de Ouro Preto, com legislatura de dois anos, podendo seus membros serem reeleitos.

À instituição competia legislar sobre divisão civil, judiciária e eclesiástica; instrução pública; polícia e economia provincial e municipal; fiscalização do emprego e das rendas públicas provinciais e municipais; desapropriação por utilidade municipal ou provincial; criação e supressão de empregos municipais e provinciais; obras públicas; casas de socorros públicas; entre outros.

Em 1889, as Assembléias Legislativas Provinciais foram extintas, passando provisoriamente quase todas as suas atribuições para os governadores dos Estados. No ano de 1891, a Constituição Estadual estabeleceu o sistema bicameral ao criar o Congresso Mineiro, formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado.

Conteúdo

O acervo é composto por correspondências entre a Assembléia Legislativa, a Presidência da Província, o Governo Imperial, as câmaras e outras autoridades; atas; pareceres; projetos de lei; decretos e resoluções; termos de posse do presidente e vice-presidente da Província e de funcionários da Assembléia; orçamentos e balanços provinciais e relatórios dos presidentes. A documentação trata de assuntos diversos, tais como obras públicas, instrução pública, magistratura, eleições, questões políticas, econômicas e eclesiásticas.

Sistema de Arranjo

Os documentos encadernados encontram-se ordenados cronologicamente. Os documentos não encadernados encontram-se organizados em 3 (três) séries: 1. Correspondência recebida, 2. Correspondência expedida, 3. Documentação interna. A série Correspondência recebida está organizada em subséries: 1. Presidência da Província; 2. Obras públicas, instrução pública e magistratura; 3. Governo Imperial e outras províncias; 4. Eleições; 5. Câmaras; 6. Requerimentos; 7. Documentos eclesiásticos, de irmandades, confrarias, Santa Casa e hospitais; 8. Diversos.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário do Fundo Assembléia Legislativa Provincial;
- Kardex da biblioteca do Arquivo Público Mineiro: Anais da Assembléia Provincial de Minas Gerais.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através dos originais.

Dimensão/Suporte

- Textual: 53,67 metros lineares.

Legislação Básica

Brasileira: Constituição Política do Império do Brasil de 25/03/1824; Lei de 12/10/1832; Lei nº 16, de 12/08/1834 – Ato Adicional; Decreto nº 7, de 20/11/1889.

Mineira: Lei nº 10, de 28/03/1835; Lei nº 11, de 29/03/1835; Resolução nº 15, de 30/03/1835; Resolução nº 56, de 03/03/1837; Resolução nº 87, de 06/03/1838; Decreto nº 59, de 08/05/1890.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Fazenda Provincial - FP
- Inventário do Fundo Instrução Pública - IP
- Inventário do Fundo Obras Públicas - OP
- Inventário do Fundo Presidência da Província - PP
- Inventário do Fundo Secretaria de Governo da Província - SG
- Inventário do Fundo Seção Provincial - SP
- Inventário dos códices da Câmara Municipal de Caeté - CMC
- Inventário do Fundo Câmara Municipal de Curvelo - CV
- Inventário do Fundo Câmara Municipal de Formiga - CMF
- Inventário do Fundo Câmara Municipal de Mariana - CMM
- Inventário do Fundo Câmara Municipal de Paracatu - CMP
- Inventário do Fundo Câmara Municipal de Pitangui - CMPI
- Inventário do Fundo Câmara Municipal de Sabará - CMS
- Inventário do Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto - CMOP

- *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXVIII, abril de 1977
- Kardex da biblioteca do Arquivo Público Mineiro: Fala do Presidente da Província dirigida à Assembléia Legislativa Provincial

Notas

O fundo contém documentação de período anterior à criação do produtor.

CÂMARA DOS DEPUTADOS**Código: CD****Datas-limite: 1891-1935****Nome(s) do(s) Produtor(es)**

Câmara dos Deputados (1891-1930), Assembléia Constituinte (1935).

Histórico/Biografia

A Constituição Mineira de 1891 estabeleceu o bicameralismo, à semelhança do Poder Legislativo Federal. O Poder Legislativo Estadual passou a ser exercido pela *Câmara dos Deputados* e pelo *Senado Mineiro*, que funcionavam separadamente e constituíam o Congresso Mineiro.

A *Câmara dos Deputados* era composta por cidadãos eleitos pelo voto direto como representantes de seus distritos eleitorais. Possuía como função elaborar projetos de lei para sanção e promulgação do Presidente do Estado, após aprovação do Congresso Mineiro.

Os projetos poderiam ter origem na Câmara ou no Senado. No entanto, era de responsabilidade exclusiva da Câmara as iniciativas relacionadas à arrecadação de impostos, apuração de acusações contra o Presidente do Estado, fixação da Força Pública e discussão das propostas do Poder Executivo.

A Revolução de 1930 representou o fim do bicameralismo nos Estados brasileiros. O decreto nº 19398, de novembro de 1930, instituiu o Governo Provisório da República e dissolveu o Congresso Legislativo do Estado. As secretarias do Senado e da Câmara dos Deputados ficaram, provisoriamente, subordinadas à Secretaria do Interior. Após a promulgação da Constituição Mineira de 1935, o Poder Legislativo passou a ser exercido pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Conteúdo

O acervo é composto por atas, relatórios, anais, correspondências, proposições, pareceres e projetos elaborados pela Câmara dos Deputados.

Sistema de Arranjo

Os documentos textuais encontram-se organizados em 11 (onze) séries: 1. Pareceres aprovados; 2. Reforma Constitucional; 3. Proposições remetidas à sanção; 4. Correspondência expedida e recebida; 5. Atas da Câmara; 6. Proposições da Câmara rejeitadas pelo Senado; 7. Projetos da Câmara rejeitados internamente; 8. Projetos da Câmara retirados de discussão; 9. Projetos da Câmara rejeitados pelo Senado e pela Câmara; 10. Constituições; 11. Diversos.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário do Fundo Câmara dos Deputados;
- Kardex da biblioteca do Arquivo Público Mineiro: Anais da Câmara dos Deputados de Minas Gerais; Anais do Congresso Constituinte Mineiro; Relatórios e Sinopses da Câmara dos Deputados de Minas Gerais;
- Sistema informatizado de pesquisa do acervo fotográfico.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através da documentação textual original. As fotografias encontram-se digitalizadas e são consultadas por meio de sistema informatizado de pesquisa.

Dimensão/Suporte

- Iconográfico: 80 fotografias;
- Textual: 13,60 metros lineares.

Legislação Básica

Brasileira: Decreto nº 802, de 04/10/1890; Decreto nº 1189, de 20/12/1890; Constituição da República Federativa do Brasil, de 24/02/1891; Decreto nº 19398, de 11/11/1930; Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 10/11/1937.

Mineira: Decreto nº 130, de 02/07/1890; Decreto nº 226, de 31/10/1890; Decreto nº 286, de 12/12/1890; Decreto nº 399, de 02/03/1891; Constituição do Estado de Minas Gerais, de 15/06/1891; Resolução nº 1, de 16/07/1891; Lei nº 10, de 14/09/1920; Lei nº 995, de 20/09/1927; Lei nº 12, de 17/08/1928; Decreto nº 8403, de 21/04/1928; Decreto nº 9790, de 15/12/1930.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Senado Mineiro - SM
- Inventário do Fundo Secretaria do Interior - SI
- Inventário do Fundo Assembléia Legislativa Provincial - AL

CÂMARA MUNICIPAL DE CAETÉ

Código: CMC

Datas-limite: 1739-1844

Nome(s) do(s) Produtor(es)

Câmara Municipal de Caeté

Histórico/Biografia

No século XVIII, a descoberta e a exploração das riquezas minerais proporcionaram o surgimento de vários arraiais e lugarejos em Minas. Porém, só em 1711 foram criadas as primeiras vilas. Para ser instalada uma vila, a localidade deveria construir pelourinho, cadeia e casa para as sessões da Câmara e do Júri.

As Câmaras Municipais eram responsáveis pela administração local. Foram criadas com o objetivo de garantir a execução dos projetos metropolitanos nos municípios e simbolizavam a estabilidade e a continuidade da administração.

Deriva do Código Filipino a definição da organização e das atribuições do poder municipal. Destacam-se na composição das Câmaras os vereadores, membros eleitos dentre os *homens bons*, o juiz de fora, o juiz ordinário, o juiz de órfãos, o procurador, o tesoureiro e o escrivão.

As Câmaras possuíam como principais atribuições a manutenção da ordem, a divulgação das deliberações da Coroa, o serviço de mediação entre a população local e o poder metropolitano, a arrematação dos contratos, a fiscalização da transmissão de herança, a abertura de inquéritos, prisões e devassas, a cobrança de impostos, o controle de foros e cadeias, a demarcação de terras, a aferição de pesos e medidas e a fiscalização de vendas, açougues e matadouros. Competiam a elas também funções assistenciais como a criação de enjeitados e a contratação do *cirurgião do partido*, responsável pelo controle da propagação de doenças e pela expedição de cartas de ofício de parteiras.

No Império, as Câmaras Municipais mantiveram o seu poder e ficaram responsáveis pela administração das cidades e vilas, sendo fiscalizadas pela Assembléia Legislativa Provincial.

A instalação da *Câmara Municipal de Caeté* remonta ao ano de 1714 com a criação da Vila Nova da Rainha do Caeté pelo Governador D. Brás Baltazar da Silveira. A decadência posterior das minas repercutiu em Caeté, que teve a vila suprimida em 1833 e o seu território incorporado ao município de Sabará. Em 1840, a vila foi restabelecida e, em novembro de 1865, Caeté foi elevada à categoria de cidade.

Conteúdo

O acervo é formado por autos de posse de datas de terras minerais; registro de terras e águas minerais; registros de alvarás, ordens, cartas régias e decretos; atas de eleições; guarda-moria; correspondências com o Governo-Geral e Provincial; livro de tabelião; registro de ordens do regimento de Cavalaria de Milícia; ordens e provisões da Junta da Real Fazenda e mapa estatístico da população da vila.

Sistema de Arranjo

Os documentos encontram-se ordenados cronologicamente.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário dos códices da Câmara Municipal de Caeté;
- Catálogo e Índice alfabético dos assuntos gerais dos códices da Câmara Municipal de Caeté: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXVIII, abril de 1977.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita por meio de microfílm.

Dimensão/Suporte

- Textual: 0,60 metros lineares.

Legislação Básica

Portuguesa: Ordenações Filipinas (1604): Livro 1, Título LXV, LXVI, LXVII, LXIX, LXX e LXXI - 29 de janeiro de 1714, 4 de fevereiro de 1714 e 11 de fevereiro de 1714; Ordem Régia, de 20/07/1782.

Brasileira: Constituição Política do Império, de 1824, Capítulo II; Lei de 01/10/1828; Decisão nº 244, de 13/08/1831; Decisão nº 350, de 17/10/1831; Decisão nº 370, de 10/11/1831; Decisão nº 427, de 19/12/1831; Lei, de 12/10/1832; Lei nº 16, de 12/08/1834 (Ato Adicional).

Mineira: Lei nº 171, de 23/03/1840; Lei nº 1258, de 25/11/1865.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) - SC
- Inventário do Fundo Secretaria de Governo da Província - SG
- Inventário do Fundo Presidência da Província - PP
- Inventário do Fundo Conselho Geral da Província - CGP

- Inventário do Fundo Assembléia Legislativa Provincial - AL
- Inventário do Fundo Instrução Pública - IP
- Inventário do Fundo Obras Públicas - OP

Notas

Parcela significativa do acervo documental da Câmara Municipal de Caeté encontra-se no Município de Caeté. Essa documentação, que complementa o acervo sob a guarda do Arquivo Público Mineiro, foi microfilmada e digitalizada. Os documentos podem ser consultados na sede do Arquivo Público Mineiro por meio de cópias digitais.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO**Código: CV****Datas-limite: 1828-1954****Nome(s) do(s) Produtor(es)**

Câmara Municipal de Curvelo

Histórico/Biografia

O Julgado do Papagaio foi elevado à vila pelo alvará de 11 de setembro de 1819. Já em 1831, o decreto da Regência de 13 de outubro criou o município com a denominação de Curvelo.

No período imperial, as Câmaras eram responsáveis pela administração local e possuíam como principais atribuições a elaboração das posturas, a guarda das rendas, a fiscalização de prisões e casas de saúde, a concessão de títulos, a prestação anual de contas à Assembléia Legislativa Provincial, os requerimentos de tombamentos territoriais e a repartição do termo em distritos.

De acordo com a Constituição Imperial de 1824, deveriam existir Câmaras em todas as cidades e vilas, as quais competiam o governo municipal. Para ser instalada uma vila, a localidade deveria construir cadeias seguras e casa para as sessões da Câmara e do Júri. As Câmaras eram eletivas e compostas pelo número de vereadores que a lei designasse. O vereador que obtivesse o maior número de votos era eleito o Presidente.

Conteúdo

O acervo é formado por atas da Câmara; termos de posse e juramento; atas de eleições; ofícios da Câmara; receita e despesas; matrícula de expostos; registro de bens da prefeitura; resoluções e leis da Câmara; auto e termo de posse referentes à criação da Vila de Curvelo; lançamentos e arrecadações de impostos; ordens de pagamento; recibos e requerimentos da Câmara.

Sistema de Arranjo

Os documentos encontram-se ordenados cronologicamente.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário do Fundo Câmara Municipal de Curvelo.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através dos originais.

Dimensão/Suporte

- Textual: 1,20 metros lineares.

Legislação Básica

Portuguesa: Ordenações Filipinas (1604): Livro 1, Título LXV, LXVI, LXVII, LXIX, LXX e LXXI.

Brasileira: Constituição Política do Império, de 1824, Título 4 e Título 7; Decreto de 13/10/1831; Lei nº 16, de 12/08/1834 (Ato Adicional).

Consultar Também

- Inventário do Fundo Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) - SC
- Inventário do Fundo Secretaria de Governo da Província - SG
- Inventário do Fundo Presidência da Província - PP
- Inventário do Fundo Conselho Geral da Província - CGP
- Inventário do Fundo Assembléia Legislativa Provincial - AL
- Inventário do Fundo Instrução Pública - IP
- Inventário do Fundo Seção Provincial - SP
- Inventário do Fundo Obras Públicas - OP

Notas

Documentação complementar deste período poderá ser encontrada também no Arquivo Municipal de Curvelo.

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMIGA**Código:** CMF**Datas-limite:** 1885-1886**Nome(s) do(s) Produtor(es)**

Câmara Municipal de Formiga

Histórico/Biografia

A instalação da Câmara Municipal de Formiga remonta ao ano de 1839, com a elevação do arraial de São Vicente Férrer da Formiga à categoria de Vila Nova da Formiga. Em 1858, foi elevada à cidade com a denominação de Formiga.

No período imperial, as Câmaras eram responsáveis pela administração local e possuíam como principais atribuições a elaboração das posturas, a guarda das rendas, a fiscalização de prisões e casas de saúde, a concessão de títulos, a prestação anual de contas à Assembléia Legislativa Provincial, os requerimentos de tombamentos territoriais e a repartição do termo em distritos.

De acordo com a Constituição Imperial de 1824, deveriam existir Câmaras em todas as cidades e vilas, as quais competiam o governo municipal. Para ser instalada uma vila, a localidade deveria construir cadeias seguras e casa para as sessões da Câmara e do Júri. As Câmaras eram eletivas e compostas pelo número de vereadores que a lei designasse. O vereador que obtivesse o maior número de votos era eleito o Presidente.

Conteúdo

O acervo é formado por lançamentos de contas de receita e despesas da Câmara.

Sistema de Arranjo

Os documentos encontram-se ordenados cronologicamente.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário do Fundo Câmara Municipal de Formiga.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através dos originais.

Dimensão/Suporte

- Textual: 0,16 metros lineares.

Legislação Básica

Portuguesa: Ordenações Filipinas (1604): Livro 1, Título LXV, LXVI, LXVII, LXIX, LXX e LXXI.

Brasileira: Constituição Política do Império, de 1824, Título 4 e Título 7; Lei de 01/10/1828; Lei nº 16, de 12/08/1834 (Ato Adicional).

Mineira: Lei nº 134, de 16/03/1839; Lei nº 880, de 06/06/1858.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) - SC
- Inventário do Fundo Secretaria de Governo da Província - SG
- Inventário do Fundo Presidência da Província - PP
- Inventário do Fundo Conselho Geral da Província - CGP
- Inventário do Fundo Assembléia Legislativa Provincial - AL
- Inventário do Fundo Instrução Pública - IP
- Inventário do Fundo Seção Provincial - SP
- Inventário do Fundo Obras Públicas - OP

Notas

Documentação complementar deste período poderá ser encontrada no Arquivo Municipal de Formiga.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Código: CMM**Datas-limite: 1708-1855****Nome(s) do(s) Produtor(es)**

Câmara Municipal de Mariana

Histórico/Biografia

No século XVIII, a descoberta e a exploração das riquezas minerais proporcionaram o surgimento de vários arraiais e lugarejos em Minas. Em 1711 foram criadas as primeiras vilas. Para ser instalada uma vila, a localidade deveria construir pelourinho, cadeia e casa para as sessões da Câmara e do Júri.

As Câmaras Municipais eram responsáveis pela administração local. Foram criadas com o objetivo de garantir a execução dos projetos metropolitanos nos municípios e simbolizavam a estabilidade e a continuidade da administração.

Deriva do Código Filipino a definição da organização e das atribuições do poder municipal. Destacam-se na composição das Câmaras os vereadores, membros eleitos dentre os *homens bons*, o juiz de fora, o juiz ordinário, o juiz de órfãos, o procurador, o tesoureiro e o escrivão.

As Câmaras possuíam como principais atribuições a manutenção da ordem, a divulgação das deliberações da Coroa, o serviço de mediação entre a população local e o poder metropolitano, a arrematação dos contratos, a fiscalização da transmissão de herança, a abertura de inquéritos, prisões e devassas, a cobrança de impostos, o controle de foros e cadeias, a demarcação de terras, a aferição de pesos e medidas e a fiscalização de vendas, açougues e matadouros. Competiam a elas também funções assistenciais como a criação de enjeitados e a contratação do *cirurgião do partido*, responsável pelo controle da propagação de doenças e pela expedição de cartas de ofício de parteiras.

No Império, as Câmaras Municipais mantiveram o seu poder e ficaram responsáveis pela administração das cidades e vilas, sendo fiscalizadas pela Assembléia Legislativa Provincial.

Em 1711, o arraial do Carmo já contava com uma numerosa população, o que justificava sua ascensão à vila, que em 8 de abril do mesmo ano foi criada pelo Governador da Capitania de São Paulo e Minas Antônio de Albuquerque de Carvalho. Em julho do mesmo ano houve a eleição e posse da primeira Câmara. Em 1712, foi confirmada pelo rei D. João V com o título de Vila Real de Nossa Senhora do Carmo. Era condição para a criação de uma vila a demarcação de seu termo, ou seja, o terreno público que competia à Câmara administrar. Esses terrenos eram solicitados pela Câmara ao rei. O caso de Vila do Carmo foi diferente, pois o Capitão Antônio Pereira Machado, em troca de favores, cedeu ao Senado da Câmara uma área de sua sesmaria.

D. João V pretendia reunir no Carmo a sede do poder temporal e religioso através da criação do bispado. Entretanto, com a criação da Capitania de Minas, em 1720, sua sede foi transferida para Vila Rica. Somente em 1745 foi concretizada a criação do bispado, e para isso, a vila foi elevada à cidade com a denominação de Mariana.

Mariana foi a primeira vila e primeira cidade da Capitania de Minas ainda no período colonial.

Conteúdo

O acervo é formado por registros de ordens, de cartas régias, de provisões, de leis e de decretos; acórdãos da Câmara; cartas de exame de ofícios; posturas; vereações; atas de reuniões; ofícios; bandos; editais e livros de receita e despesas da Câmara.

Sistema de Arranjo

Os documentos encontram-se ordenados cronologicamente.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário dos códices da Câmara Municipal de Mariana;
- Catálogo e Índice alfabético dos assuntos gerais dos códices da Câmara Municipal de Mariana: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXVIII, abril de 1977;
- Tipologia dos documentos de Mariana.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita por meio de microfílm.

Dimensão/Suporte

- Textual: 2,25 metros lineares.

Legislação Básica

Portuguesa: Ordenações Filipinas (1604): Livro 1, Título LXV, LXVI, LXVII, LXIX, LXX e LXXI; Auto, de 8 de abril de 1711; Carta Régia, de 14/04/1712; Ordem Régia, de 23/04/1745; Ordem Régia, de 20/07/1782.

Brasileira: Constituição Política do Império, de 1824, Título 4 e Título 7; Lei de 01/10/1828; Decisão nº 244, de 13/08/1831; Decisão nº 350, de 17/10/1831; Decisão nº 370, de 10/11/1831; Decisão nº 427, de 19/12/1831; Lei de 12/10/1832; Lei nº 16, de 12/08/1834 (Ato Adicional).

Consultar Também

- Inventário do Fundo Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) - SC
- Inventário do Fundo Secretaria de Governo da Província - SG
- Inventário do Fundo Presidência da Província - PP
- Inventário do Fundo Conselho Geral da Província - CGP
- Inventário do Fundo Assembléia Legislativa Provincial - AL
- Inventário do Fundo Instrução Pública - IP
- Inventário do Fundo Seção Provincial - SP
- Inventário do Fundo Obras Públicas - OP

Notas

Documentação complementar deste período poderá ser encontrada no Arquivo Municipal de Mariana.

O acervo possui documentos de período anterior à existência do produtor.

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO**Código: CMOP****Datas-limite: 1711-1889****Nome(s) do(s) Produtor(es)**

Câmara Municipal de Ouro Preto

Histórico/Biografia

No século XVIII, a descoberta e a exploração das riquezas minerais proporcionaram o surgimento de vários arraiais e lugarejos em Minas. Em 1711 foram criadas as primeiras vilas. Para ser instalada uma vila, a localidade deveria construir pelourinho, cadeia e casa para as sessões da Câmara e do Júri.

As Câmaras Municipais eram responsáveis pela administração local. Foram criadas com o objetivo de garantir a execução dos projetos metropolitanos nos municípios e simbolizavam a estabilidade e a continuidade da administração.

Deriva do Código Filipino a definição da organização e das atribuições do poder municipal. Destacam-se na composição das Câmaras os vereadores, membros eleitos dentre os *homens bons*, o juiz de fora, o juiz ordinário, o juiz de órfãos, o procurador, o tesoureiro e o escrivão.

As Câmaras possuíam como principais atribuições a manutenção da ordem, a divulgação das deliberações da Coroa, o serviço de mediação entre a população local e o poder metropolitano, a arrematação dos contratos, a fiscalização da transmissão de herança, a abertura de inquéritos, prisões e devassas, a cobrança de impostos, o controle de foros e cadeias, a demarcação de terras, a aferição de pesos e medidas e a fiscalização de vendas, açougues e matadouros. Competiam a elas também funções assistenciais como a criação de enjeitados e a contratação do *cirurgião do partido*, responsável pelo controle da propagação de doenças e pela expedição de cartas de ofício de parteiras.

No Império, as Câmaras Municipais mantiveram o seu poder e ficaram responsáveis pela administração das cidades e vilas, sendo fiscalizadas pela Assembléia Legislativa Provincial.

O governador Antônio de Albuquerque, atendendo às ordens de Sua Majestade, reuniu, em 8 de julho de 1711, na Igreja de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto as principais pessoas do lugar para tratar da criação da vila. Ficou decidido que o arraial do Ouro Preto e o de Antônio Dias seriam reunidos e que formariam a Vila Rica de Albuquerque. Em seguida, foi reunida a primeira Câmara. Em 1712, D. João V confirmou a criação da vila, que passou a se chamar Vila Rica do Ouro Preto. O decreto imperial de 24 de fevereiro de 1823 elevou à categoria de cidade todas as vilas que eram capitais de províncias no Brasil. Em 20 de março do mesmo ano, por carta régia, Vila Rica foi elevada à cidade com a denominação de Imperial Cidade de Ouro Preto.

Com a Proclamação da República, em 1889, a sua denominação ficou restrita a Ouro Preto. Em dezembro de 1897, Ouro Preto perdeu os foros de capital, a qual foi transferida para Belo Horizonte.

Conteúdo

O acervo é formado por livros de receita e despesas; contratos, arrematações, lançamentos e arrecadações de impostos; eleições da Guarda Nacional e do Governo Provisório; registros de patentes, de nomeamentos, de provisões, de cartas de usança e de sesmarias; subsídios voluntários e literários; atas de eleições; registros de inventários e escrituras; matrícula de expostos; criação de enjeitados; auto de lançamento e derrama; termos de querelas e devassas; lançamentos de bilhetes e prêmios de loterias; vereações e acórdãos da Câmara; listas de almotaçarias; ofícios e despachos da Câmara; licença para lojas; livros de tombo; registros de leis mineiras e da lei orgânica das Câmaras Municipais; livros de receita e despesa do ouro em pó de diversas localidades da Província; petições; donativos para a construção de quartéis; correspondências com autoridades; cartas e ordens régias; registros e aferições de pesos e medidas; cartas de aforamentos e termos de fiança.

Sistema de Arranjo

Todos os documentos encadernados encontram-se ordenados cronologicamente, assim como os não encadernados da Capitania. Os documentos não encadernados da Província estão organizados em 3 (três) séries: 1. Correspondência recebida; 2. Correspondência expedida; 3. Documentação interna. A série Correspondência recebida está organizada nas seguintes subséries: 1. Presidência da Província; 2. Câmaras Municipais; 3. Conselho Geral da Província e Assembléia Legislativa Provincial; 4. Requerimento de petições; 5. Obras públicas, instrução pública e fazenda provincial; 6. Magistratura; 7. Eleições municipais, provinciais e gerais; 8. Força pública; 9. Documentos imperiais e da Assembléia Geral; 10. Documentos diversos. A série Correspondência expedida está organizada nas seguintes subséries: 1. Cópias de ofícios expedidos; 2. Editais e circulares. A série Documentação interna está organizada nas subséries: 1. Atas das sessões e pareceres de comissões; 2. Posturas; 3. Orçamentos; 4. Receitas e despesas; 5. Documentação administrativa; 6. Eleições de Ouro Preto e seus distritos; 7. Folhas de vencimento dos funcionários; 8. Aforamento e contratos.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário da documentação não encadernada da Capitania do Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto;
- Listagem da documentação não encadernada da Capitania do Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto;

- Catálogo e Índice alfabético dos assuntos gerais dos códices da Câmara Municipal de Ouro Preto: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXVIII, abril de 1977;
- Inventário da documentação não encadernada da Província do Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através dos originais, exceto para os documentos encadernados, cujo acesso é dado apenas através de microfilme.

Dimensão/Suporte

- Textual: 53,4 metros lineares.

Legislação Básica

Portuguesa: Ordenações Filipinas (1604): Livro 1, Título LXV, LXVI, LXVII, LXIX, LXX e LXXI; Auto de ereção da Vila com o nome de Vila Rica D'Albuquerque e criação da Câmara, em 08/07/1711; Carta Régia de 27/09/1711; Carta Régia de 15/12/1712.

Brasileira: Decreto de 24/02/1823; Decreto de 20/03/1823; Constituição Política do Império, de 1824, Título 4, Título 7; Lei de 01/10/1828; Lei nº 16, de 12/08/1834 (Ato Adicional).

Consultar Também

- Inventário do Fundo Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) - SC
- Inventário do Fundo Secretaria de Governo da Província - SG
- Inventário do Fundo Presidência da Província - PP
- Inventário do Fundo Conselho Geral da Província - CGP
- Inventário do Fundo Assembléia Legislativa Provincial - AL
- Inventário do Fundo Instrução Pública - IP
- Inventário do Fundo Obras Públicas - OP
- Inventário do Fundo Casa dos Contos - CC
- Inventário do Fundo Seção Provincial - SP

Notas

Em 1943, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional inventariou o fundo Câmara Municipal de Ouro Preto.

CÂMARA MUNICIPAL DE PARACATU

Código: CMP**Datas-limite:** 1744-1894**Nome(s) do(s) Produtor(es)**

Câmara Municipal de Paracatu

Histórico/Biografia

No século XVIII, a descoberta e a exploração das riquezas minerais proporcionaram o surgimento de vários arraiais e lugarejos em Minas. Em 1711 foram criadas as primeiras vilas. Para ser instalada uma vila, a localidade deveria construir pelourinho, cadeia e casa para as sessões da Câmara e do Júri.

As Câmaras Municipais eram responsáveis pela administração local. Foram criadas com o objetivo de garantir a execução dos projetos metropolitanos nos municípios e simbolizavam a estabilidade e a continuidade da administração.

Deriva do Código Filipino a definição da organização e das atribuições do poder municipal. Destacam-se na composição das Câmaras os vereadores, membros eleitos dentre os *homens bons*, o juiz de fora, o juiz ordinário, o juiz de órfãos, o procurador, o tesoureiro e o escrivão.

As Câmaras possuíam como principais atribuições a manutenção da ordem, a divulgação das deliberações da Coroa, o serviço de mediação entre a população local e o poder metropolitano, a arrematação dos contratos, a fiscalização da transmissão de herança, a abertura de inquéritos, prisões e devassas, a cobrança de impostos, o controle de foros e cadeias, a demarcação de terras, a aferição de pesos e medidas e a fiscalização de vendas, açougues e matadouros. Competiam a elas também funções assistenciais como a criação de enjeitados e a contratação do *cirurgião do partido*, responsável pelo controle da propagação de doenças e pela expedição de cartas de ofício de parteiras.

No Império, as Câmaras Municipais mantiveram o seu poder e ficaram responsáveis pela administração das cidades e vilas, sendo fiscalizadas pela Assembléia Legislativa Provincial.

A ocupação da região de Paracatu se deu com o início da formação do arraial, por volta de 1730, que teve em vista o combate ao gentio e a procura por ouro. Paracatu localizava-se no entroncamento de vários caminhos, destacando-se a "Picada de Goiás". Em 1744, tornaram-se conhecidas as minas de Paracatu. No ano seguinte os seus habitantes pediram sua elevação à vila e cabeça de comarca, o que não foi aceito pelas Câmaras das demais vilas. Posteriormente, o alvará régio de 20 de outubro de 1798 criou a Vila de Paracatu do Príncipe. Em 1840, a Vila foi elevada à categoria de cidade.

Conteúdo

O acervo é formado por registros de decretos, alvarás e atos régios; correspondências com o Governo Geral e Provincial; atas das eleições; vereações; acórdãos; ordens e provisões da Junta da Real Fazenda; cartas de usança; ofícios e receita do Conselho.

Sistema de Arranjo

Os documentos encontram-se ordenados cronologicamente, e os índices estão em ordem alfabética.

Instrumentos de Pesquisa

- Catálogo e Índice alfabético dos assuntos gerais dos códices da Câmara Municipal de Paracatu: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXVIII, abril 1977;
- Inventário dos códices da Câmara Municipal de Paracatu.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita por meio de microfílm.

Dimensão/Suporte

- Textual: 0,60 metros lineares.

Legislação Básica

Portuguesa: Ordenações Filipinas (1604): Livro 1, Título LXV, LXVI, LXVII, LXIX, LXX e LXXI; Alvará Régio de 20/10/1798.

Brasileira: Constituição Política do Império, de 1824, Título 4 e Título 7; Lei de 01/10/1828; Lei nº 16, de 12/08/1834 (Ato Adicional).

Mineira: Lei nº 163, de 09/03/1840.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) - SC
- Inventário do Fundo Secretaria de Governo da Província - SG
- Inventário do Fundo Presidência da Província - PP
- Inventário do Fundo Conselho Geral da Província - CGP
- Inventário do Fundo Assembléia Legislativa Provincial - AL
- Inventário do Fundo Instrução Pública - IP
- Inventário do Fundo Obras Públicas - OP
- Inventário do Fundo Seção Provincial - SP

Notas

O acervo possui documentos de período anterior à criação do produtor.

Documentação complementar deste período poderá ser encontrada no Arquivo Municipal de Paracatu.

CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUI

Código: CMPI

Datas-limite: 1780-1891

Nome(s) do(s) Produtor(es)

Câmara Municipal de Pitangui

Histórico/Biografia

No século XVIII, a descoberta e a exploração das riquezas minerais proporcionaram o surgimento de vários arraiais e lugarejos em Minas. Em 1711 foram criadas as primeiras vilas. Para ser instalada uma vila, a localidade deveria construir pelourinho, cadeia e casa para as sessões da Câmara e do Júri.

As Câmaras Municipais eram responsáveis pela administração local. Foram criadas com o objetivo de garantir a execução dos projetos metropolitanos nos municípios e simbolizavam a estabilidade e a continuidade da administração.

Deriva do Código Filipino a definição da organização e das atribuições do poder municipal. Destacam-se na composição das Câmaras os vereadores, membros eleitos dentre os *homens bons*, o juiz de fora, o juiz ordinário, o juiz de órfãos, o procurador, o tesoureiro e o escrívão.

As Câmaras possuíam como principais atribuições a manutenção da ordem, a divulgação das deliberações da Coroa, o serviço de mediação entre a população local e o poder metropolitano, a arrematação dos contratos, a fiscalização da transmissão de herança, a abertura de inquéritos, prisões e devassas, a cobrança de impostos, o controle de foros e cadeias, a demarcação de terras, a aferição de pesos e medidas e a fiscalização de vendas, açougues e matadouros. Competiam a elas também funções assistenciais como a criação de enjeitados e a contratação do *cirurgião do partido*, responsável pelo controle da propagação de doenças e pela expedição de cartas de ofício de parteiras.

No Império, as Câmaras Municipais mantiveram o seu poder e ficaram responsáveis pela administração das cidades e vilas, sendo fiscalizadas pela Assembléia Legislativa Provincial.

A instalação da *Câmara Municipal de Pitangui* remonta ao ano de 1715 quando no então distrito de Pitangui foi criada a Vila de Nossa Senhora da Piedade. Esta vila foi elevada à categoria de cidade pela lei nº 731 de 16 de maio de 1855. Nos séculos XVIII e XIX, Pitangui foi o centro urbano de onde partiam os desbravadores do sertão mineiro.

Conteúdo

O acervo é formado por correspondências referentes a obras públicas, instrução pública, eleições, compra de prédio e ações cíveis diversas.

Sistema de Arranjo

Os documentos encontram-se ordenados cronologicamente.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário do Fundo Câmara Municipal de Pitangui.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através dos originais.

Dimensão/Suporte

- Textual: 0,80 metros lineares.

Legislação Básica

Portuguesa: Ordenações Filipinas (1604): Livro 1, Título LXV, LXVI, LXVII, LXIX, LXX e LXXI; [Carta Patente] de 09/06/1715.

Brasileira: Constituição Política do Império do Brasil de 1824, Título 4 e Título 7; Lei de 01/10/1828; Lei nº 16, de 12/08/1834 (Ato Adicional).

Mineira: Lei nº 731, de 16/05/1855.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) - SC
- Inventário do Fundo Secretaria de Governo da Província - SG
- Inventário do Fundo Presidência da Província - PP
- Inventário do Fundo Conselho Geral da Província - CGP
- Inventário do Fundo Assembléia Legislativa Provincial - AL
- Inventário do Fundo Instrução Pública - IP
- Inventário do Fundo Obras Públicas - OP

Notas

Documentação complementar deste período poderá ser encontrada no Arquivo Municipal de Pitangui.

CÂMARA MUNICIPAL DE SABARÁ

Código: CMS

Datas-limite: 1719-1892

Nome(s) do(s) Produtor(es)

Câmara Municipal de Sabará

Histórico/Biografia

No século XVIII, a descoberta e a exploração das riquezas minerais proporcionaram o surgimento de vários arraiais e lugarejos em Minas. Em 1711 foram criadas as primeiras vilas. Para ser instalada uma vila, a localidade deveria construir pelourinho, cadeia e casa para as sessões da Câmara e do Júri.

As Câmaras Municipais eram responsáveis pela administração local. Foram criadas com o objetivo de garantir a execução dos projetos metropolitanos nos municípios e simbolizavam a estabilidade e a continuidade da administração.

Deriva do Código Filipino a definição da organização e das atribuições do poder municipal. Destacam-se na composição das Câmaras os vereadores, membros eleitos dentre os *homens bons*, o juiz de fora, o juiz ordinário, o juiz de órfãos, o procurador, o tesoureiro e o escrivão.

As Câmaras possuíam como principais atribuições a manutenção da ordem, a divulgação das deliberações da Coroa, o serviço de mediação entre a população local e o poder metropolitano, a arrematação dos contratos, a fiscalização da transmissão de herança, a abertura de inquéritos, prisões e devassas, a cobrança de impostos, o controle de foros e cadeias, a demarcação de terras, a aferição de pesos e medidas e a fiscalização de vendas, açougues e matadouros. Competiam a elas também funções assistenciais como a criação de enjeitados e a contratação do *cirurgião do partido*, responsável pelo controle da propagação de doenças e pela expedição de cartas de ofício de parteiras.

No Império, as Câmaras Municipais mantiveram o seu poder e ficaram responsáveis pela administração das cidades e vilas, sendo fiscalizadas pela Assembléia Legislativa Provincial.

No início do século XVIII, o arraial de Sabará, surgido próximo a Roça Grande, era o mais populoso de Minas. Em 1711, o governador Antônio de Albuquerque criou a Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará. No ano de 1714 foram criadas as três primeiras comarcas, dentre elas a de Sabará. Sua extensão era enorme, pois fazia limites com a Bahia, Pernambuco, Goiás, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Sabará foi elevada à categoria de cidade através da lei nº 93, de 6 de março de 1838.

Conteúdo

O acervo é formado por registros de testamentos, inventários e escrituras de hipotecas; livros de receitas e despesas; contratos, arrematações, lançamentos e arrecadações de impostos; guarda-moria, datas de terras e águas minerais; registros de batismos e falecimentos; registros de patentes, de provisões, de cartas de usança e de sesmarias; licença para ofícios e negócios; subsídios voluntários e literários; matrícula, compra, venda e capitação de escravos; vereações e acórdãos da Câmara; inventários de presos; livros de igrejas; listas de almotaçarias; registros e aferições de pesos e medidas; licença para lojas; cartas de aforamentos; registros de leis e decretos da Corte; atas de eleições; termos de fiança; matrícula de expostos; criação de enjeitados; registros de diplomas e termos de juramento de posse de empregados.

Sistema de Arranjo

Os documentos encontram-se ordenados cronologicamente.

Instrumentos de Pesquisa

- Catálogo e Índice alfabético dos assuntos gerais dos códices da Câmara Municipal de Sabará: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXVIII, abril de 1977;
- Inventário do Fundo Câmara Municipal de Sabará.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita por meio de microfílm.

Dimensão/Suporte

- Textual: 12,70 metros lineares.

Legislação Básica

Portuguesa: Ordenações Filipinas (1604): Livro 1º, Título LXV, LXVI, LXVII, LXIX, LXX e LXXI; Auto de ereção da Vila em 17/07/1711; Termo de eleição e posse das pessoas que serviram à Câmara, de 17/07/1711.

Brasileira: Lei de 01/10/1828; Constituição Política do Império, de 1824, Título 4 e Título 7; Lei nº 16, de 12/08/1834 (Ato Adicional),

Mineira: Lei nº 93, de 06/03/1838.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) - SC
- Inventário do Fundo Secretaria de Governo da Província - SG

- Inventário do Fundo Presidência da Província - PP
- Inventário do Fundo Conselho Geral da Província - CGP
- Inventário do Fundo Assembléia Legislativa Provincial - AL
- Inventário do Fundo Instrução Pública - IP
- Inventário do Fundo Obras Públicas - OP
- Inventário do Fundo Seção Provincial - SP

Notas

Parcela significativa do acervo documental da Câmara Municipal de Sabará encontra-se no Município de Sabará. Essa documentação, que complementa o acervo sob a guarda do Arquivo Público Mineiro, foi microfilmada e digitalizada. Os documentos podem ser consultados na sede do Arquivo Público Mineiro por meio de cópias digitais.

Os documentos da Caixa 10 foram incorporados posteriormente ao fundo.

CASA DOS CONTOS**Código: CC****Datas-limite: 1700-1853****Nome(s) do(s) Produtor(es)**

Casa dos Contos

Histórico/Biografia

O Regimento dos Contos regulava o controle fiscal do reino de Portugal entre 1650 e 1761. Em 1761, o conde de Oeiras, depois marquês de Pombal, procedeu a uma reorganização fiscal e à criação, em Portugal, do Erário Régio. Permaneceu, porém, no uso popular, a denominação Contos para designar o Fisco Real. Ao Erário Régio cabia a arrecadação e contabilidade das rendas geradas nas capitanias e nos domínios ultramarinos.

Os cargos de provedores de capitania – criados em 17/12/1548, com a função de fazer cumprir as exigências e normas fazendárias metropolitanas – foram extintos paulatinamente. As Juntas de Fazenda absorveram suas funções e eram diretamente subordinadas ao erário português, presididas pelo vice-rei, na capitania sede da Colônia, e pelos governadores, nas demais capitanias.

A residência de um antigo arrematante dos contratos de entradas e dízimos, João Rodrigues de Macedo, foi adjudicada à Real Fazenda em 1803-1804 como pagamento de dívidas. A edificação, localizada em Ouro Preto, passou a sediar a Junta da Real Fazenda – órgão sucessor da Provedoria e sucedido pela Tesouraria – e ficou popularmente conhecida como Casa dos Contos.

Conteúdo

O acervo contém documentos fazendários dos séculos XVIII e XIX, tais como: folha de pagamento de funcionários da capitania, cartas, instruções e ordens régias, arrematação de contratos e registros de rendimentos de diversos impostos como dízimos, direitos de entrada e de passagem, ofícios de justiça e fazenda, quinto do ouro e capitação de escravos, subsídios voluntário e literário, contas corrente, receita e despesa, dentre outros. Apresenta também documentação pessoal de contratadores e livros da Superintendência e guarda-moria de terras e águas minerais.

Sistema de Arranjo

Os documentos não encadernados foram microfilmados sem um arranjo prévio, e sua organização se deu de acordo com o microfilme: número da planilha, rolo e fotograma. Os documentos encadernados compreendem dois conjuntos: o primeiro composto pelos volumes 1001 a 1817 e o segundo, pelos volumes 2001 a 2305.

Instrumentos de Pesquisa

- Documentos não encadernados: índices onomástico, cronológico e de localidade.
- Documentos encadernados: inventário sumário contendo índice geral de assuntos e onomástico.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita por meio de microfílm.

Dimensão/Suporte

- Textual: 55,53 metros lineares.

Legislação Básica

Portuguesa: Regimento da Real Fazenda, de 25/04/1653; Regimento das minas de ouro, de 19/04/1702; Carta Régia, de 19/03/1720; Carta Régia, de 15/03/1726; Regulamento da capitação, de 26/09/1735; Regulamento, de 25/04/1736; Ordem Régia, de 02/04/1739; Alvará, de 03/12/1750; Carta Régia, de 06/03/1765; Resolução Régia, de 07/09/1771; Alvará, de 14/10/1788; Provisão Régia, de 22/08/1775; Alvará, de 13/05/1803.

Brasileira: Constituição política do império do Brasil, de 1824.

Mineira: Lei, de 04/10/1831; Lei nº 47, de 08/04/1836.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto - CMOP
- Inventário do Fundo Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) - SC
- Inventário do Fundo Junta Provisória de Governo - JGP
- Inventário do Fundo Seção Provincial - SP
- Inventário do Fundo Presidência da Província - PP

Notas

A documentação encadernada recolhida pelo Arquivo Público Mineiro, no final do século XIX, proveniente da Delegacia Fiscal, órgão que deu nome ao fundo, teve a sua denominação alterada na década de 1990 para Casa dos Contos.

Os documentos provenientes da Casa dos Contos estão custodiados em três instituições: Arquivo Nacional, Arquivo Público Mineiro e Biblioteca Nacional. O acervo sob a guarda do Arquivo Público Mineiro corresponde a aproximadamente 20% do total da documentação. Encontra-se em desenvolvimento um projeto cooperativo para a unificação de toda a documentação da Casa dos Contos em meio digital. Como primeiro resultado desse projeto foi publicado um inventário dos livros.

O inventário e a coleção de microfílm do acervo do Arquivo Público Mineiro também podem ser consultados no Centro de Estudos do Ciclo do Ouro (CECO), em Ouro Preto.

CHEFIA DE POLÍCIA**Código: POL****Datas-limite: 1842-1945****Nome(s) do(s) Produtor(es)**

Chefia de Polícia (1842-1926), Chefia de Polícia e Secretaria do Interior (1930-1956).

Histórico/Biografia

No período imperial, a administração policial era competência do Ministério da Justiça. Na corte e na capital da província havia um chefe de polícia escolhido e nomeado pelo Imperador dentre os desembargadores e juizes de direito. Os delegados e subdelegados dos municípios e distritos eram nomeados pelos presidentes de província sob a indicação do chefe de polícia entre juizes, bacharéis ou pessoas idôneas.

Os chefes de polícia e delegados eram responsáveis pela defesa dos bons costumes e pela manutenção da segurança e da ordem. Aos chefes de polícia competia também realizar o arrolamento da população da província com auxílio dos delegados, juizes de paz e párocos.

Em 1871, a Reforma Saião Lobato retirou do chefe de polícia a jurisdição sobre o julgamento de crimes e infrações de termos de bem viver, segurança e posturas, exceto em casos especiais, como crimes graves e os que comprometiam a ordem pública. Desse momento em diante, tornaram-se atribuições do chefe de polícia preparar o processo de crimes, proceder ao inquérito policial, realizar exame de corpo de delito, entre outras.

A proclamação da República não acarretou mudanças significativas na estrutura policial, que permaneceu basicamente a mesma do período imperial. Ocorreram mudanças de subordinação e, com o desenvolvimento do Estado, tornou-se necessária a instituição de novos cargos, além da especialização de seus serviços.

Com a criação da Secretaria do Interior em 1891, a *Chefia de Polícia* ficou subordinada a esta secretaria. Em 1926, foi criada a Secretaria de Estado de Segurança e Assistência Pública, que se tornou responsável pelos serviços de polícia, assistência e saúde pública, antes, subordinados à Secretaria do Interior. O cargo de chefe de polícia foi extinto, e suas atribuições passaram para o Secretário de Segurança.

No ano de 1930, ocorreu uma reforma administrativa no Estado, e os serviços referentes à segurança pública foram retomados pela Secretaria do Interior. A Secretaria de Estado de Segurança e Assistência Pública foi extinta. Em agosto do mesmo ano foi restabelecido o cargo de chefe de polícia, que assumiu as atribuições de natureza policial, cuja competência cabia ao Secretário do Interior.

As funções do chefe de polícia, em 1933, passaram a ser exercidas pelo Secretário dos Negócios do Interior. A partir de maio de 1956, a *Chefia de Polícia* passou a ser denominada *Secretaria de Segurança e Assistência Pública*, e o cargo de chefe de polícia foi substituído pelo de Secretário de Segurança Pública.

Conteúdo

O acervo é formado, basicamente, por registros de ocorrências e operações policiais, livros de rol de culpados, estatísticas criminais, informações sobre presos e documentos administrativos.

Sistema de Arranjo

Os documentos encontram-se organizados em 10 (dez) séries: 1. Correspondência recebida; 2. Correspondência expedida; 3. Gabinete de Identificação e Estatística Criminal; 4. Matrícula de autoridades, funcionários, policiais e réus; 5. Portarias de nomeação e exoneração, termos de juramento e posse, licenças e pagamentos de funcionários; 6. Finanças; 7. Contratos; 8. Ocorrências policiais; 9. Operações policiais; 10. Diversos. A série Correspondência recebida está organizada em subséries: 1. Presidência da Província, 2. Corpo Policial, 3. Delegacia de Polícia, 4. Magistratura, 5. Diversos. O conteúdo de cada série e/ou subsérie está ordenado cronologicamente.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário do Fundo Chefia de Polícia;
- Kardex da biblioteca do Arquivo Público Mineiro: Relatórios da Secretaria de Polícia de Minas Gerais;
- Sistema informatizado de pesquisa do acervo fotográfico.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através dos originais, exceto os relatórios, que são consultados por meio de microfílm. Parte do acervo não se encontra disponível à consulta, pois não está organizada. As fotografias foram digitalizadas e são consultadas através de sistema informatizado de pesquisa.

Dimensão e Suporte

- Iconográfico: 37 fotografias;
- Textual: 56,86 metros lineares.

Legislação Básica

Brasileira: Lei de 29/11/1832; Lei nº 261, de 03/12/1841; Regulamento nº 120, de 31/01/1842; Lei nº 2033, de 20/09/1871; Decreto nº 4824, de 22/11/1871.

Mineira: Lei nº 06, de 16/10/1891; Lei nº 30, de 16/07/1892; Decreto nº 613, de 09/03/1893; Lei nº 101, de 23/07/1894; Decreto nº 783, de 19/09/1894; Lei nº 175, de 04/09/1896; Decreto nº 1347, de 02/01/1900; Decreto nº 2473, de 20/03/1909; Decreto nº 2844, de 14/06/1910; Decreto nº 3407, de 16/01/1912; Decreto nº 3408, de 16/01/1912; Decreto nº 3409, de 16/01/1912; Lei nº 643, de 01/09/1914; Lei nº 770, de 14/09/1920; Lei nº 818, de 26/09/1921; Lei nº 919, de 04/09/1926; Lei nº 1147, de 06/09/1930; Decreto nº 10030, de 24/08/1931; Decreto nº 11064, de 10/09/1933; Decreto-Lei nº 1591, de 28/12/1945; Decreto-Lei nº 1599, de 29/12/1945; Decreto-Lei nº 1684, de 23/02/1946.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Presidência da Província - PP
- Inventário do Fundo Secretaria de Governo da Província - SG
- Inventário do Fundo Seção Provincial - SP
- Inventário do Fundo Obras Públicas - OP
- Inventário do Fundo Fazenda Provincial - FP
- Inventário do Fundo Secretaria do Interior - SI
- Inventário do Fundo Secretaria de Segurança e Assistência Pública - SSA

Notas

Em junho de 2000 os documentos provenientes da Secretaria de Polícia e da Chefia de Polícia foram reunidos no fundo Chefia de Polícia.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**Código:** CAM**Datas-limite:** 1939-1948**Nome(s) do(s) Produtor(es)**

Conselho Administrativo do Estado de Minas Gerais (1943-1947)

Histórico/Biografia:

Criado pelo decreto-lei nº 5511, de 21 de maio de 1943, o Conselho Administrativo era constituído de 4 a 10 membros, brasileiros natos, maiores de 25 anos e nomeados pelo Presidente da República.

As suas principais atribuições eram: aprovar ou rejeitar, parcial ou integralmente, com as emendas julgadas necessárias, os projetos dos decretos-leis que fossem baixados pelo Interventor, Governador ou Prefeito; aprovar e propor alterações nos projetos de orçamento do Estado e dos Municípios; fiscalizar a execução orçamentária do Estado e dos Municípios; além de propor ao Interventor, Governador ou Prefeito quaisquer modificações que visassem o aperfeiçoamento do serviço.

O decreto-lei nº 8219, de 26 de novembro de 1945, suprimiu os Conselhos Administrativos. Em fevereiro de 1946, esses conselhos foram novamente restaurados e, em julho de 1947, com o decreto nº 23349, eles foram definitivamente extintos.

Conteúdo

O acervo é composto por livros de registros de nomeação e licença de funcionários, atas de reuniões e de sessões, recortes de jornais e legislação referente ao Conselho.

Sistema de Arranjo

Os documentos seguem ordenação alfabética e cronológica.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário do Fundo Conselho Administrativo do Estado de Minas Gerais.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através dos originais.

Dimensão/Suporte

- Textual: 0,60 metros lineares.

Legislação Básica

Brasileira: Decreto-Lei nº 1202, de 08/04/1939; Decreto-Lei nº 5511, de 21/05/1943; Decreto-Lei nº 7518, de 03/05/1945; Decreto-Lei nº 8219, de 26/11/1945; Decreto-Lei nº 8974, de 13/02/1946; Decreto-Lei nº 9623, de 22/08/1946; Decreto nº 23349, de 15/07/1947.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Departamento Administrativo do Estado de Minas Gerais - DAM

Notas

O fundo contém documentação de período anterior e posterior à existência do produtor.

CONSELHO CONSULTIVO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**Código:** CCE**Datas-limite:** 1932-1936**Nome(s) do(s) Produtor(es)**

Conselho Consultivo do Estado de Minas Gerais (1931-1936)

Histórico/Biografia

Em agosto de 1931, pelo decreto nº 20348, foram instituídos os Conselhos Consultivos nos Estados, Distrito Federal e Municípios. Durante todo o período de sua existência o órgão possuía como funções: emitir opinião sobre os recursos referentes aos atos do interventor nos seus aspectos legais, jurídicos e na sua conveniência para o Estado; emitir parecer sobre as consultas do interventor ou do Governo Provisório; e sugerir medidas relativas à administração pública para as autoridades municipais, estaduais e federais.

O *Conselho Consultivo Estadual* era composto por cinco ou mais membros, nomeados sob proposta do Interventor do Estado, por decreto do Chefe do Governo Provisório e referendado pelo Ministro de Estado da Justiça, Negócios e Interiores. Os seus membros deveriam ser cidadãos brasileiros, com boa reputação e domiciliados na Capital ou em localidade de fácil comunicação.

O Conselho reunia-se sempre que o interventor, o prefeito ou seus membros julgassem necessário. Suas sessões eram públicas, salvo deliberação em contrário, e as resoluções eram tomadas por maioria absoluta de votos. Os Conselhos Consultivos Estaduais vigoraram até 1936.

Conteúdo

O acervo é formado por atas de sessões ordinárias, livro de protocolo de documentos recebidos, ofícios expedidos pela diretoria, registro de títulos e matrícula de membros dos Conselhos Consultivos Municipais e transcrição de portarias.

Sistema de Arranjo

Os documentos estão ordenados cronologicamente.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário do Fundo Conselho Consultivo do Estado de Minas Gerais;
- Kardex da biblioteca do Arquivo Público Mineiro: Anais do Conselho Consultivo do Estado de Minas Gerais (1932-1934).

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através dos originais. Parte do acervo não se encontra disponível à consulta, pois não está organizada.

Dimensão/Suporte

- Textual: 1,56 metros lineares.

Legislação Básica

Brasileira: Decreto nº 20348, de 29/08/1931; Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934.

Mineira: Decreto nº 9847, de 02/02/1931; Constituição do Estado de Minas Gerais de 1935; Lei nº 55, de 29/12/1935; Lei nº 183, de 02/12/1936.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Secretaria do Interior - SI
- Inventário do Fundo Câmara dos Deputados - CD

CONSELHO GERAL DA PROVÍNCIA**Código:** CGP**Datas-limite:** 1824-1835**Nome(s) do(s) Produtor(es)**

Conselho Geral da Província (1828-1834)

Histórico/Biografia

O capítulo V da Constituição Imperial de 1824 estabeleceu o direito de todo cidadão intervir nos negócios da Província através das Câmaras dos Distritos e do *Conselho Geral da Província*. Este último foi instalado em 1828 e possuía como principal objetivo propor, discutir e deliberar sobre negócios de interesse da Província.

A eleição e o período do mandato dos membros do *Conselho Geral da Província* correspondiam ao mesmo tempo de vigência do mandato dos deputados e senadores do Império. Para ser membro deste Conselho, era necessário ter no mínimo 25 anos, probidade e decência. Não poderiam ser eleitos membros do Conselho Geral, o Presidente da Província, o Secretário e o Comandante das Armas.

O órgão não podia propor nem deliberar sobre interesses gerais da nação, ajustes com outras Províncias, projetos de competência da Câmara dos Deputados e execução de leis de competência do Poder Executivo.

Os procedimentos de trabalho do Conselho eram determinados pela Assembléia Geral, em reunião da Câmara dos Deputados e do Senado, através de Regimentos. As resoluções do Conselho Geral eram submetidas à Assembléia Geral como projeto de lei, onde eram aprovadas em uma única reunião. Essas resoluções deveriam ser remetidas ao Poder Executivo através do Presidente da Província.

O *Conselho Geral da Província* foi extinto em 1834, pela lei nº 16, de 12 de agosto (Ato Adicional), sendo substituído pela Assembléia Legislativa Provincial.

Conteúdo

O fundo é composto por atas, pareceres, resoluções, orçamentos e correspondências expedidas e recebidas.

Sistema de Arranjo

Os documentos encadernados estão ordenados cronologicamente. Os não encadernados estão organizados em 3 (três) séries: 1. Correspondência recebida; 2. Correspondência expedida; 3. Documentação interna. A série Correspondência recebida está organizada em subséries: 1. Presidência da Província; 2. Câmaras Municipais; 3. Governo Imperial e outras Províncias.

A série Documentação interna está organizada em subséries: 1. Atas; 2. Propostas, pareceres, resoluções, orçamentos e correspondência interna.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário do Fundo Conselho Geral da Província;
- Kardex da biblioteca do Arquivo Público Mineiro: Diários do Conselho Geral da Província, Relatórios ao Conselho Geral da Província (1828-1833), Atas do Conselho Geral da Província.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através dos originais, exceto os diários, relatórios e atas, que são consultados por meio de microfílm.

Dimensão/Suporte

- Textual: 4,05 metros lineares

Legislação Básica

Brasileira: Constituição Política do Império do Brasil, de 1824; Decreto de 26/03/1824; Lei de 27/08/1828; Lei de 12/10/1832; Lei nº16, de 12/08/1834 - Ato Adicional de 1834.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Seção Provincial - SP
- Inventário do Fundo Presidência da Província - PP
- Inventário do Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto - CMOP

Notas

O fundo contém documentação de período anterior e posterior à existência do produtor.

DELEGACIA DOS TERRENOS DIAMANTINOS

Código: TD**Datas-limite:** 1853-1933**Nome(s) do(s) Produtor(es)**

Inspetoria da Administração e Extração Diamantina (1832-1895), Coletoria Estadual Diamantina (1895-1904), Delegacia dos Terrenos Diamantinos (1904-1927), Sub-Inspetoria Diamantina (1927-1934).

Histórico/Biografia

No século XIX, a *Inspetoria da Administração e Extração Diamantina* era responsável pela administração e fiscalização dos lotes arrendados para extração dos diamantes. Essa Inspetoria, subordinada à Tesouraria da Fazenda da Província, era chefiada por um Inspetor Geral e por um Procurador Fiscal. Os terrenos diamantinos pertenciam ao domínio do Estado, o proprietário ficava somente com o direito à preferência para exploração e lavra do solo.

Na República, a partir de 1895, a administração dos serviços diamantinos ficou subordinada à Secretaria das Finanças. O decreto nº 967, de 8 de outubro de 1896, aprovou o regulamento desses serviços e determinou que a *Coletoria Estadual Diamantina* seria a responsável pela administração dos terrenos diamantinos.

A lei nº 387, de 13 de setembro de 1904, regulou a concessão de privilégios para o arrendamento dos lotes e determinou que os terrenos diamantinos deveriam ser administrados por uma repartição subordinada à Diretoria de Agricultura, Viação e Indústria. Essa repartição, denominada *Delegacia dos Terrenos Diamantinos*, sediada na cidade de Diamantina, possuía como chefe um delegado, cargo ocupado por um engenheiro do Estado.

Em 1927, de acordo com a lei nº 966, de 11 de setembro, os serviços diamantinos foram reorganizados, e a *Delegacia dos Terrenos Diamantinos* foi transformada em *Sub-Inspetoria Diamantina*. No ano de 1934, com a instituição do Código de Minas, os assuntos referentes à mineração passaram à competência do Ministério da Agricultura, sendo o Departamento Nacional de Produção Mineral o órgão responsável.

Conteúdo

O acervo é composto por requerimentos, despachos, correspondências e editais referentes a termos de arrendamento, arrematação, transferência e divisão de terrenos.

Sistema de Arranjo

Os livros encontram-se organizados em ordem cronológica.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário do Fundo Delegacia dos Terrenos Diamantinos.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através dos originais.

Dimensão/Suporte

- Textual: 1,33 metros lineares.

Legislação Básica

Brasileira: Decreto de 25/10/1832; Decreto nº 374, de 24/09/1845; Decreto nº 465, de 17/08/1846; Decreto nº 1081, de 11/12/1852; Decreto nº 665, de 06/09/1852; Decreto nº 5955, de 23/06/1875; Decreto nº 24193, de 03/05/1934; Decreto nº 24642, de 10/07/1934.

Mineira: Lei nº 27, de 25/06/1892; Lei nº 147, de 23/07/1895; Lei nº 148, de 26/07/1895; Decreto nº 967, de 08/10/1896; Lei nº 285, de 18/09/1899; Lei nº 344, de 15/09/1902; Lei nº 387, de 13/09/1904; Lei nº 574, de 19/09/1911; Decreto nº 4050, de 22/11/1913; Lei nº 1909, de 22/09/1925; Lei nº 966, de 11/09/1927; Decreto nº 8741, de 01/09/1928.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Presidência da Província - PP
- Inventário do Fundo Seção Provincial - SP
- Inventário do Fundo Secretaria de Governo da Província - SG
- Inventário do Fundo Secretaria da Agricultura - SA

**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DO ESTADO DE MINAS GERAIS****Código:** DAM**Datas-limite:** 1939-1943**Nome(s) do(s) Produtor(es)**

Departamento Administrativo do Estado de Minas Gerais (1939-1943)

Histórico/Biografia

O *Departamento Administrativo do Estado de Minas Gerais* foi criado pelo decreto-lei nº 1202, de 8 de abril de 1939, e deveria exercer algumas funções do Tribunal de Contas do Estado, que foi extinto em junho de 1939. De acordo com esse decreto, os órgãos administrativos existentes no Estado seriam o Interventor ou Governador e o Departamento Administrativo.

Este departamento, constituído por 4 a 10 membros, brasileiros natos, maiores de 25 anos e nomeados pelo Presidente da República, possuía como principais atribuições: aprovar os projetos dos decretos-leis baixados pelo Interventor, Governador ou Prefeito; aprovar e propor alterações nos projetos de orçamento do Estado e dos Municípios; fiscalizar a execução orçamentária do Estado e dos Municípios e proceder ao estudo dos serviços realizados pelos departamentos, repartições e estabelecimentos do Estado e dos Municípios, com o fim de propor modificações a serem feitas nos mesmos.

Em 1943, o Departamento Administrativo foi extinto e suas funções, transferidas para o Conselho Administrativo do Estado de Minas Gerais.

Conteúdo

O acervo é formado por atas de instalação, de reuniões e de sessões do Departamento Administrativo do Estado de Minas Gerais.

Sistema de Arranjo

Os documentos seguem a ordenação alfabética e cronológica.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário do Fundo Departamento Administrativo do Estado de Minas Gerais.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através dos originais.

Dimensão/Suporte

- Textual: 0,43 metros lineares.

Legislação Básica

Brasileira: Decreto-Lei nº 1202, de 08/04/1939.

Mineira: Constituição do Estado de Minas Gerais de 1935.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Conselho Administrativo do Estado de Minas Gerais
- CAM

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Código: DOPS**Datas-limite: 1927-1982****Nome(s) do(s) produtor(es)**

Delegacia de Segurança Pessoal e de Ordem Política e Social (1927-1931), Delegacia de Ordem Pública (1931-1956), Departamento de Ordem Política e Social (1956-1989).

Histórico /Biografia

O serviço de polícia-política do Estado de Minas Gerais remete ao ano de 1927, com a criação da *Delegacia de Segurança Pessoal e Ordem Política e Social*. Este órgão possuía como principais atribuições a manutenção da ordem pública, a garantia dos direitos individuais e a investigação de crimes contra a vida e a integridade física. Após sua extinção, em 1931, as funções relacionadas à investigação e repressão ao crime político foram transferidas para a *Delegacia de Ordem Pública* (DOP).

No ano de 1956, a antiga delegacia deu origem ao *Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS/MG)*, que tinha como atribuições gerais a prevenção e repressão dos delitos de caráter político-social; a fiscalização da fabricação, importação, exportação, comércio e uso de armas, munições, explosivos e produtos químicos; a fiscalização das estações ferroviárias, rodoviárias e aeroportos, além da expedição de salvo-conduto em caso de guerra.

Em meados da década de 1970, os arquivos deste Departamento foram transferidos para a Coordenação Geral de Segurança (COSEG). De acordo com a Constituição Mineira de 1989, a documentação deveria ser transferida para o Arquivo Público Mineiro. No entanto, somente em 1998, após a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembléia Legislativa, o Arquivo Público Mineiro recebeu a documentação do extinto DOPS. Foram entregues 97 rolos de microfilme, uma vez que a Coordenação Geral de Segurança alegou que os originais haviam sido incinerados em 1982.

Conteúdo

O acervo é formado, basicamente, de correspondências expedidas e recebidas pela polícia, mandados de prisão, prontuários de presos políticos, fichas policiais, atestados de antecedentes político-sociais, depoimentos, ordens de serviço, pedidos de busca, autos de apreensão, materiais apreendidos, documentação de organizações (partidos políticos, organizações político-militares, sindicatos, associações comunitárias, entidades estudantis, organizações religiosas), documentação de empresas e instituições públicas, relatórios de investigação, relatórios de manifestações públicas (greves, eleições, eventos culturais, festas, visitas de autoridades políticas), documentação relativa ao controle da comercialização de armas e munições, documentos sobre

movimentos na zona rural, inquéritos policiais militares, laudos técnicos periciais, leis, decretos, portarias, panfletos, folhetos, livros, textos de análises teóricas, periódicos nacionais e estrangeiros, recortes de periódicos, caricaturas, charges, documentos pessoais, cartas anônimas, bilhetes, cartões postais, telegramas, fotografias, materiais cartográficos e documentos sobre censura.

Sistema de Arranjo

A documentação encontra-se organizada em pastas numeradas, de acordo com a microfilmagem realizada pela polícia civil.

Instrumentos de Pesquisa

- Sistema informatizado de pesquisa do Fundo Departamento de Ordem Política e Social;
- Instrumento de pesquisa da Polícia Civil de Minas Gerais.

Condições de Acesso

Os documentos, excetuando-se algumas fichas pessoais em suporte de papel, estão microfilmados. Os microfilmes foram digitalizados como forma de facilitar o acesso. A consulta é feita por meio de sistema informatizado de pesquisa, que permite a busca por assuntos, tipos documentais, datas e/ou nomes.

Uma pequena parcela da documentação foi classificada como de acesso restrito, de acordo com a Lei nº 8159, de 8 de janeiro de 1991, e a Medida Provisória nº 228, de 9 de dezembro de 2004, que tratam do uso e difusão de informações que, embora associadas ao interesse coletivo, digam respeito à vida privada, à honra e à imagem de terceiros.

São informações de caráter íntimo, que só podem ser consultadas mediante requerimento protocolado na sede do Arquivo Público Mineiro. O tempo de sigilo dessa documentação é de cem anos, a contar da data de sua produção.

Dimensão e Suporte

- Micrográfico: 98 rolos de microfilme;
- Textual: 924 fichas de identificação policial com fotos;
- Iconográfico: 56 fotos avulsas.

Legislação Básica

Brasileira: Lei nº 38, de 04/12/1935; Lei nº 136, de 14/12/1935; Lei nº 244, de 11/10/1936; Lei nº 1802, de 05/01/1953; Lei nº 4341, de 13/06/1964; Ato Institucional nº 2, de 27/10/1965; Ato Institucional nº 5, de 13/05/1968; Decreto-Lei nº 898, de 05/09/1969; Lei nº 6620, de 17/12/1978; Lei nº 6683, de 28/08/1979; Decreto nº 84143, de 31/10/1979; Lei nº 7170, de 14/12/1983.

Mineira: Decreto nº 8068, de 12/12/1927; Decreto nº 10030, de 24/08/1931; Lei nº 1455, de 12/05/1956; Decreto nº 5024, de 06/06/1956; Decreto nº 5.027, de 18/06/1956; Decreto nº 12864, de 30/07/1970; Art. 15 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta Mineira de 1989.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Chefia de Polícia - POL
- Inventário do Fundo Secretaria do Interior - SI
- Inventário do Fundo Secretaria de Segurança e Assistência Pública - SSA

Notas

Em 1998, foram entregues ao Arquivo Público Mineiro 97 rolos de microfilme, cada um deles com uma cópia de preservação. Porém, após a conferência dos rolos, percebeu-se que a cópia do rolo 20 não possuía os mesmos documentos que o original. Assim, esses rolos com documentação diferenciada foram denominados de 20A e 20B. O acervo micrográfico conta, assim, com 98 rolos de microfilme.

FAZENDA PROVINCIAL

Código: FP

Datas-limite: 1821-1890

Nome(s) do(s) Produtor(es)

Tesouraria da Província de Minas Gerais (1831-1836), Mesa das Rendas Provinciais (1836-1866), Tesouraria Provincial de Minas Gerais (1866-1879), Diretoria da Fazenda Provincial (1879-1890).

Histórico/Biografia

A administração da Fazenda Pública em todas as Províncias do Império era feita, até 1831, pelas Juntas da Fazenda, subordinadas ao Erário Régio. A nova organização do Tesouro Público Nacional criou as *Tesourarias de Província*, presididas pelo Presidente da Província. As Tesourarias tinham como funções administrar, arrecadar, distribuir, contabilizar e fiscalizar as rendas públicas provinciais.

A Lei Mineira nº 47, de junho de 1836, autorizou a criação da *Mesa das Rendas Provinciais*, ligadas à Fazenda Geral. A *Mesa das Rendas Provinciais* era gerida por três membros, um Inspetor, um Contador e um Procurador Fiscal, e se compunha de secretaria, tesouraria, contadoria e cartório. Sua atribuição principal era a de fiscalizar a arrecadação, administração, distribuição e contabilidade das rendas provinciais.

A estrutura e atribuições da Mesa eram as mesmas das Tesourarias. A separação da Mesa das Rendas da Tesouraria da Província foi autorizada em 1843 e executada no ano seguinte. Após 1843, a Mesa das Rendas sofreu pequenas alterações, mantendo sua estrutura básica. O Regulamento nº 52, de janeiro de 1866, determinou que a repartição passaria a ser denominada *Tesouraria Provincial de Minas Gerais*. A última alteração no período provincial ocorreu em 1879, quando a Tesouraria passou a se chamar *Diretoria da Fazenda Provincial*. Suas atribuições no Estado passaram a ser desempenhadas pela Secretaria das Finanças, criada em 1891.

Conteúdo

O acervo é composto por resoluções e instruções referentes à administração, arrecadação, distribuição e contabilidade da renda pública; atas das sessões da Junta da Fazenda, da Mesa das Rendas Provinciais e da Tesouraria Provincial; balanços e orçamentos apresentados à Assembléia Provincial; folhas de pagamento de funcionários e lançamento de impostos.

Sistema de Arranjo

A documentação encadernada está ordenada cronologicamente. A documentação não encadernada encontra-se organizada em 3 (três) séries: 1. Correspondência recebida, 2. Correspondência expedida, 3. Documentação

interna. A série Correspondência recebida está organizada nas subséries: 1. Presidência da Província; 2. Câmaras municipais e correios; 3. Instrução pública e obras públicas; 4. Força pública; 5. Magistratura; 6. Documentos imperiais: Fazenda Nacional e outros ministérios; 7. Requerimentos; 8. Diversos. Já a série Correspondência expedida está organizada nas subséries: 1. Presidência da Província; 2. Diversos. A série Documentação interna está organizada nas subséries: 1. Receitas e despesas da Província (orçamentos, balanços, arrecadação de tributos, mapas de recebedorias, dívida provincial etc.); 2. Administração dos dízimos, barreiras, coletorias, contadoria, intendência; 3. Junta da Fazenda, registros e recebedorias; 4. Atas de Sessões, correspondência administrativa, instruções, resoluções; 5. Títulos de funcionários; 6. Execuções da Fazenda Provincial (Juiz dos Feitos).

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário do Fundo Fazenda Provincial.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através dos originais.

Dimensão/Suporte

- Textual: 18,60 metros lineares.

Legislação Básica

Brasileira: Lei de 04/10/1831.

Mineira: Lei nº 47, de 14/06/1836; Regulamento nº 52, de 03/01/1866; Regulamento nº 86, de 12/07/1879; Regulamento nº 107, de 30/12/1887; Decreto nº 135, de 05/07/1890.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Secretaria de Governo da Província - SG
- Inventário do Fundo Presidência da Província - PP
- Inventário do Fundo Seção Provincial - SP
- Inventário do Fundo Casa dos Contos - CC

Notas

O fundo contém documentação de período anterior à existência do produtor.

GOVERNADOR DAS ARMAS**Código: GA****Datas-limite: 1822-1830****Nome(s) do(s) Produtor(es)**

Governador das Armas (1821-1830), Comandante das Armas (1830 -1831).

Histórico/Biografia

Com o retorno de D. João VI a Portugal, em 1821, e a permanência no Brasil do príncipe regente D. Pedro I, a administração do Império sofreu algumas modificações. O decreto de 1º de outubro de 1821 determinou, provisoriamente, a forma de administração política e militar das Províncias brasileiras. Os cargos de Governadores e Capitães Gerais foram substituídos pelo de *Governador das Armas*.

Os *Governadores das Armas* das Províncias brasileiras eram Gerais, considerados como Governadores das Armas de Portugal, e possuíam por funções o controle geral das tropas, a aplicação da justiça militar e a execução de poderes gerais em diversas atividades militares. Eram proibidos, porém, de intervir em assuntos referentes à Fazenda e negócios em geral, nos assuntos das Câmaras e na eleição de soldados das ordenanças.

O título de Governador foi excluído dos cargos militares em 1830, sendo substituído pelo de Comandante. Diante disso, os *Governadores das Armas* passaram a ser chamados *Comandantes das Armas*. No ano de 1831, o decreto de 5 de dezembro suprimiu o Comando de Armas em diversas Províncias brasileiras, inclusive em Minas Gerais.

Conteúdo

O acervo é composto por documentos manuscritos, originais e cópias, correspondências com a Junta Provisória do Governo, a Presidência da Província e o Exército referentes a nomeações, relações de conduta, relações de recutas, pedidos de exames para aptidão de voluntários, dentre outros.

Sistema de Arranjo

Os documentos encontram-se ordenados em 2 (duas) séries: 1. Correspondência recebida, 2. Correspondência expedida.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário do Fundo Governador das Armas.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através dos originais.

Dimensão/Suporte

- Textual: 2,0 metros lineares.

Legislação Básica

Portuguesa: Regimento de 01/06/1678.

Brasileira: Decreto de 06/06/1821; Decreto de 01/10/1821; Lei de 20/10/1823; Decreto de 28/06/1830; Decreto de 05/12/1831.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) - SC
- Inventário do Fundo Seção Provincial - SP
- Inventário do Fundo Presidência da Província - PP
- Inventário do Fundo Junta Provisória do Governo - JGP
- Kardex da biblioteca do Arquivo Público Mineiro: Relatórios do Governo Mineiro de Transmissão de Administração (1828-1833)

INSTRUÇÃO PÚBLICA

Código: IP

Datas-limite: 1818-1899

Nome(s) do(s) Produtor(es)

Diretoria Geral de Instrução Pública (1827-1859), Agência Geral de Instrução Pública (1859-1860), Diretoria Geral de Instrução Pública (1867-1871), Inspetoria Geral de Instrução Pública (1871-1891).

Histórico/Biografia

O ensino público foi motivo de preocupação constante das autoridades durante o período provincial em Minas Gerais. A Constituição Imperial de 1824 garantia a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos, bem como a instalação de colégios e universidades para o ensino das Ciências, Belas Letras e Artes.

A Lei de 15 de outubro de 1827 determinou a criação de estabelecimentos de ensino em todas as cidades, vilas e lugarejos mais populosos do Império e abriu a possibilidade de instalação de escolas de meninas. Estabeleceu, ainda, que o Presidente da Província – juntamente com os Conselhos Gerais e/ou as Câmaras Municipais – deveria indicar as localidades onde seriam instaladas as novas escolas, sendo responsável, também, pela fiscalização, nomeação e suspensão de professores.

No ano de 1835, foi determinada a divisão da instrução pública em dois graus. Foi criada uma escola normal para a instrução primária e outra para o ensino das aplicações da Aritmética ao Comércio, da Geometria Plana, do Desenho Linear e da Agrimensura. A província foi dividida em círculos literários, e foram instituídos cargos de Delegados dos Círculos e Visitadores parciais para legislar e fiscalizar a educação em Minas Gerais.

Foram criados pela lei nº 435, de outubro de 1848, os cargos de Diretor Geral e Vice-Diretor da Instrução Pública. Os ocupantes desses cargos tinham como atribuições inspecionar aulas e estabelecimentos de instrução, estabelecer normas para a melhoria do ensino, além de elaborar relatórios detalhados sobre a situação da instrução pública, que eram apresentados ao Presidente da Província.

A Instrução Pública foi reorganizada na Província de Minas em 1859. A *Diretoria Geral de Instrução Pública* foi substituída pela *Agência Geral de Instrução Pública*. Já no ano de 1860, a *Agência Geral de Instrução Pública* foi suprimida, e suas atribuições foram transferidas para a Secretaria de Governo. Em 1867, a *Diretoria Geral de Instrução Pública* foi recriada e passou a subordinar-se diretamente ao Presidente da Província.

O Regulamento nº 60, de 26 de abril de 1871, estabeleceu a estrutura funcional da *Inspetoria Geral da Instrução Pública* bem como suas respectivas competências. Essa organização prevaleceu até 1891, quando a instrução pública no Estado passou a ser competência da Secretaria do Interior.

Conteúdo

O acervo é composto por documentos referentes à coordenação e inspeção do ensino público na Província de Minas Gerais; atas de concursos de professores, de sessões do Conselho Diretor, de exames de alunos, de instalação de escolas e de visitas; atestados, certificados, diplomas, matrícula e frequência de alunos; juramento e posse de profissionais da instrução pública; livros de ponto de professores; provas e pareceres; correspondências entre o Presidente da Província, escolas, órgãos fazendários, diretores e delegados de círculos literários.

Sistema de Arranjo

Os documentos encadernados encontram-se ordenados cronologicamente. Os documentos não encadernados encontram-se organizados em 3 (três) séries: 1. Correspondência recebida, 2. Correspondência expedida, 3. Documentação interna. A série Correspondência recebida está organizada nas subséries: 1. Presidência da Província; 2. Círculos literários; 3. Escolas oficiais e particulares; 4. Órgãos Fazendários; 5. Requerimentos; 6. Atestados procações e certificados; 7. Diversos. A série Correspondência expedida está organizada nas subséries: 1. Escolas oficiais e particulares; 2. Círculos literários; 3. Atestados, certificados e outros. Já a série Documentação interna está organizada nas subséries: 1. Portarias; 2. Tabelas, mapas e listas; 3. Provas e pareceres; 4. Atas de exame e visita; 5. Diversos.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário do Fundo Instrução Pública.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através dos originais.

Dimensão/Suporte

- Textual: 26,50 metros lineares.

Legislação Básica

Brasileira: Constituição Política do Império do Brasil, de 25/03/1824, Título VIII, Inciso XXXII; Lei de 15/10/1827; Decisão nº 275, de 02/09/1831.

Mineira: Lei nº 13, de 28/03/1835; Regulamento nº 3, de 22/04/1835; Lei nº 435, de 19/10/1848; Lei nº 516, de 10/09/1851; Regulamento nº 28, de 10/01/1854; Regulamento nº 44, de 03/04/1859; Lei nº 1064, de 04/10/1860; Regulamento nº 56, de 10/05/1867; Regulamento nº 60, de 26/04/1871; Regulamento nº 62, de 11/04/1872; Regulamento nº 84, de 21/03/1879; Lei nº 06, de 16/10/1891.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Assembléia Legislativa Provincial - AL
- Inventário do Fundo Fazenda Provincial - FP
- Inventário do Fundo Obras Públicas - OP
- Inventário do Fundo Secretaria do Interior - SI
- Inventário do Fundo Secretaria de Governo da Província - SG
- Inventário do Fundo Seção Provincial - SP
- Inventário do Fundo Presidência da Província - PP
- Relatórios da Presidência da Província (Impresso) - PP

Notas

Devido às constantes mudanças administrativas, a denominação do fundo foi dada em decorrência de sua função. Existem documentos de período anterior e posterior à existência do produtor.

JUNTA PROVISÓRIA DE GOVERNO**Código:** JGP**Datas-limite:** 1821-1824**Nome(s) do(s) Produtor(es)**

Junta Provisória de Governo (1821-1823)

Histórico/Biografia

A *Junta Provisória de Governo* foi eleita em caráter interino e funcionou durante o período de 1821 a 1823, subordinada ao Príncipe Regente. Sua principal atribuição era governar a Província, de acordo com suas peculiaridades, competindo-lhe toda autoridade e jurisdição na parte civil, econômica, administrativa e de polícia.

As Juntas eram compostas por 7 (sete) membros, escolhidos por meio de eleições paroquiais realizadas na capital da Província. O presidente e o secretário eram escolhidos em primeiro lugar. Seriam nomeados os cidadãos que, além dos conhecimentos, probidade e respeito ao sistema Constitucional, fossem maiores de idade, estivessem no exercício dos seus direitos e possuíssem uma boa situação financeira.

Os magistrados e as autoridades civis estavam subordinados às Juntas, exceto em relação a questões referentes ao poder contencioso e judicial, à administração da Fazenda Pública e ao Comando das Armas.

A Lei Imperial de 20 de outubro de 1823 deu uma nova forma aos governos provinciais, substituindo as Juntas Provisórias de Governo pelo Presidente da Província e por um Conselho.

Conteúdo

O acervo é formado por documentos referentes a nomeações, provisões e licenças de funcionários, assuntos internos do exército, questões de terra e limites, loterias, mineração, indígenas, eclesiásticos, cavalaria, caudalaria, intendências, registros, câmaras, eleições, barreiras e recebedorias.

Sistema de Arranjo

Os documentos encadernados estão ordenados cronologicamente. Os documentos não encadernados estão organizados em 3 (três) séries: 1. Correspondência recebida, 2. Correspondência expedida, 3. Documentação interna. A série Correspondência Recebida está organizada nas subséries: 1. Exército; 2. Governador das Armas; 3. Câmaras; 4. Junta da Fazenda; 5. Eleições; 6. Magistratura; 7. Requerimentos; 8. Diversos. O conteúdo de cada série e/ou subsérie está ordenado cronologicamente.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário do Fundo Junta Provisória de Governo;
- Catálogo e Índice dos Códices da Seção Provincial: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXVIII, abril de 1977.

Condições de Acesso:

A pesquisa é feita através dos originais.

Dimensão/Suporte

- Textual : 4,50 metros lineares.

Legislação Básica

Portuguesa: Regimento de 01/06/1678.

Brasileira: Decreto de 06/06/1821; Decisão nº 60, de 20/09/1821; Decreto de 01/10/1821; Decisão nº 66, de 15/10/1821; Decisão nº 57, de 19/06/1822; Lei de 20/10/1823; Decreto de 17/11/1823.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Governador das Armas - GA
- Inventário do Fundo Seção Provincial - SP

Notas

O fundo contém documentação de período posterior à extinção do produtor. No fundo Seção Provincial, os livros de 01 a 17 referem-se à Junta Provisória de Governo: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXVIII, abril de 1977.

OBRAS PÚBLICAS**Código: OP****Datas-limite: 1825-1893****Nome(s) do(s) Produtor(es)**

Repartição das Obras Públicas da Província (1825-1835), Inspetoria Geral das Estradas (1835-1866), Diretoria Geral das Obras Públicas da Província (1866-1891).

Histórico/Biografia

Durante todo o período provincial foram criados e extintos vários órgãos e cargos voltados à construção e manutenção de obras públicas. Suas principais funções estavam sempre relacionadas à construção e fiscalização de estradas, inspeção das obras públicas e elaboração de mapas da Província.

O primeiro órgão, criado em 1825, foi a *Repartição das Obras Públicas da Província*, que possuía como função: zelar, construir e reparar estradas; levantar a carta geográfica e topográfica da Província, dentre outras. Este órgão foi extinto em 1835, e no mesmo ano foi criada a *Inspetoria Geral das Estradas*, que tinha como atribuições: construir, reparar e fiscalizar as estradas; dirigir e inspecionar todas as obras públicas provinciais, inclusive as municipais; elaborar a carta geográfica e topográfica da Província.

Em substituição a esse órgão, foi criada, em 1866, a *Diretoria Geral das Obras Públicas da Província*, subordinada ao Presidente da Província, cuja competência era administrar, fiscalizar e executar as obras públicas. Em 1891, com a criação das secretarias de Estado, esta diretoria foi extinta, e suas funções ficaram a cargo da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Conteúdo

O acervo é composto por documentos administrativos e técnicos, como ordens, resoluções, comunicados, circulares, editais, pareceres de comissões, projetos, registro de títulos, nomeação de funcionários, quadros de pessoal, ponto dos empregados, quadro de obras, receitas e despesas, atestados, protocolos, memorandos e certificados. A documentação trata dos seguintes assuntos: elaboração de mapas e plantas; construção e fiscalização de obras, de estradas de rodagem, de igrejas e de pontes.

Sistema de Arranjo

Os documentos encadernados encontram-se ordenados cronologicamente. Os documentos não encadernados encontram-se organizados em 3 (três) séries: 1. Correspondência recebida, 2. Correspondência expedida, 3. Documentação interna. A série Correspondência recebida está organizada nas subséries:

1. Presidente da Província; 2. Câmaras Municipais; 3. Tesouraria, Mesa de Rendas e Coletoria; 4. Secretaria de Polícia; 5. Correspondência administrativa; 6. Barreiras e recebedorias; 7. Mesa Administrativa de Irmandades; 8. Diversos. A série Correspondência expedida está organizada nas subséries: 1. Governo Provincial; 2. Correspondência administrativa; 3. Autoridades e particulares. Já a série Documentação interna está organizada nas subséries: 1. Relatórios; 2. Termos de contrato; 3. Seção Técnica; 4. Seção Administrativa; 5. Receitas e despesas; 6. Processos de construção; 7. Diversos.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário do Fundo Obras Públicas;
- Sistema informatizado de pesquisa do acervo cartográfico.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através dos originais.

Dimensão/Suporte

- Cartográficos: 66 mapas;
- Textual: 30,30 metros lineares.

Legislação Básica

Brasileira: Lei de 20/10/1823; Lei de 29/08/1828; Lei de 01/10/1828.

Mineira: Lei nº 18, de 01/04/1835; Lei nº 25, de 10/04/1835; Lei nº 231, de 23/11/1842; Lei nº 310, de 08/04/1846; Lei nº 432, de 19/10/1848; Regulamento nº 39, de 28/03/1857; Regulamento nº 53, de 12/02/1866; Lei nº 1688, de 03/10/1870; Regulamento nº 68, de 31/12/1872; Regulamento nº 78, de 30/11/1876; Regulamento nº 87, de 22/10/1879; Regulamento nº 101, de 25/07/1883; Decreto nº 05, de 09/12/1889; Lei nº 06, de 16/10/1891.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Seção Provincial - SP
- Inventário do Fundo Secretaria de Governo da Província- SG
- Inventário do Fundo Presidência da Província - PP
- Inventário do Fundo Fazenda Provincial - FP
- Inventário do Fundo Secretaria da Agricultura - SA
- Inventário do Fundo Assembléia Legislativa Provincial - AL

Notas

O fundo contém documentação de período posterior à extinção do produtor.

PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA

Código: PP

Datas-limite: 1818-1898

Nome(s) do(s) Produtor(es)

Secretaria de Governo da Província ou Secretaria da Presidência (1821-1889),
Presidente da Província (1823-1889).

Histórico/Biografia

O cargo de Presidente da Província foi instituído por lei em 20 de outubro de 1823. Este presidente era nomeado pelo imperador, gozava de tratamento diferenciado e tinha direito a um fardão especial. Possuía por atribuições: sancionar, vetar e fazer executar as leis provinciais; nomear, suspender e demitir os empregados provinciais; além de administrar os órgãos e serviços provinciais, como as obras públicas, a instrução pública, a tesouraria provincial e a Secretaria de Governo.

De acordo com o Ato Adicional de 1834, o Presidente da Província tornou-se responsável também por convocar a Assembléia Provincial, podendo prorrogá-la e adiá-la quando o bem da Província assim o exigisse. Entretanto, deveria haver sessão dessa assembléia pelo menos uma vez ao ano. A província de Minas foi administrada por 59 presidentes e teve 63 vice-presidentes em exercício, alguns passando a efetivos, o que totalizou 117 presidências.

A Secretaria de Governo era órgão central da administração provincial e estava subordinada ao Presidente da Província. Era de sua responsabilidade o despacho, o registro e a tramitação de toda a documentação produzida e recebida pela presidência da província, bem como as relações com os demais órgãos administrativos.

No governo do Barão de Vila da Barra ocorreu uma organização administrativa da Província. O regulamento nº 79, de 1876, reorganizou a Secretaria de Governo dividindo-a em 2 (duas) diretorias e 5 (cinco) seções. À primeira diretoria ficaram afetos os negócios da administração geral com sede na província e à segunda, os negócios propriamente provinciais. À seção central, subordinada ao secretário, competia a coordenação geral dos serviços.

Em 1889, foi proclamada a República e, em 1891, foram criadas as secretarias de estado, que passaram a responder pelos serviços até então exercidos pela Secretaria de Governo e demais órgãos da administração.

Conteúdo

O acervo é composto por documentação referente à administração provincial. Constitui-se de correspondências, leis, decretos, portarias, resoluções, provisões, regulamentos, avisos, relatórios, dentre outros. Os assuntos correspondem às subséries descritas no sistema de arranjo.

Sistema de Arranjo

O arranjo teve por base a reorganização da Secretaria de Governo estabelecida pelo regulamento nº 79, de 1876. Os documentos encontram-se organizados em 3 (três) séries: 1. Correspondência recebida, 2. Correspondência expedida, 3. Documentação interna. A série Correspondência recebida está organizada nas subséries: 1. Governador das Armas; 2. Armazéns e artigos bélicos; 3. Caixas econômicas, penhores e amortização; 4. Catequese (índios); 5. Sem documentação; 6. Comércio, agricultura, artes e indústria, pecuária; 7. Sociedades musicais, políticas, literárias filantrópicas e partidos políticos; 8. Correios; 9. Cultos Públicos e acatólicos; 10. Divisão administrativa, eclesiástica e judiciária da Província (mapas de população, nascimento, casamento e óbitos); 11. Eleições gerais, provinciais e municipais e correspondência eleitoral; 12. Elemento servil (Junta de emancipação de escravos); 13. Estatística jurídica (relação de jurados réus, presos etc.); 14. Fazenda Geral; 15. Força pública, Exército e Marinha; 16. Guarda Nacional; 17. Rebelião de 1842; 18. Magistratura e Administração de Justiça; 19. Mineração e terrenos diamantíferos; 20. Montes de Socorro; 21. Naturalização; 22. Obras militares; 23. Petições de graça; 24. Polícia (Chefia, Delegacia e Subdelegacia); 25. Vínculo de Jaguará; 26. Saúde e Assistência; 27. Jardim Botânico; 28. Terras públicas (sesmarias); 29. Sem documentação; 30. Governo Imperial; 31. Assembléia Provincial; 32. Cadeias e prisões; 33. Câmaras municipais; 34. Colonização (imigração); 35. Compromissos de irmandades, confrarias e seminários; 36. Outras províncias; 37. Sedição de 1833; 38. Estabelecimentos pios e de beneficência - Santa Casa; 39. Estradas de ferro; 40. Fazenda Provincial (Mesa das Rendas, Junta da Fazenda); 41. Força pública provincial (Corpo Policial); 42. Instrução pública; 43. Índices de leis, regulamentos provinciais, listas de ofícios e portarias; 44. Loterias; 45. Navegação e canalização de rios; 46. Obras públicas; 47. Inventários notariados; 48. Presos pobres; 49. Barreiras, recebedorias e registros; 50. Requerimentos e petições; 51. Conselho de Governo; 52. Conselho Geral da Província; 53. Intendências de ouro (guarda-mor geral das minas); 54. Assuntos diversos. A série Correspondência expedida está organizada nas subséries: 1. Governo Imperial (Ministérios – Assembléia Geral); 2. Assembléia Provincial e outras províncias; 3. Diretoria de Obras públicas; 4. Inspetoria de Instrução pública e Inspetoria de Saúde pública; 5. Câmaras municipais; 6. Assuntos diversos. Já a série Documentação interna está organizada nas subséries: 1. Secretaria do Governo ou da Presidência; 2. Portarias, leis e resoluções (provisões, patentes e nomeações); 3. Conselho de Governo; 4. Diversos.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário do Fundo Presidência da Província;
- Catálogo de Sesmarias: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXXVII, 1988;

- Repertório sobre a escravidão em Minas Gerais: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXXIX, 1992;
- Sistema informatizado de pesquisa do acervo cartográfico;
- Kardex da biblioteca do Arquivo Público Mineiro: Relatórios da Presidência da Província; Fala do Presidente da Província dirigida a Assembléia Legislativa Provincial;
- Relatórios digitalizados do período 1837 a 1889 disponíveis no endereço eletrônico: <http://www.crl.uchicago.edu/info/brazil/mina.html>.

Condições de Acesso

A pesquisa aos relatórios e à subsérie 10 – Divisão administrativa, eclesiástica e judiciária da Província (mapas de população, nascimento, casamento e óbitos) – é feita por meio de microfilmes. Para o restante da documentação a pesquisa é feita através dos originais.

Dimensão/Suporte

- Cartográfico: 21 mapas e plantas;
- Textual: 218,94 metros lineares.

Legislação Básica

Brasileira: Lei de 20/10/1823; Constituição Política do Império do Brasil, de 25/03/1824; Lei nº 16, de 12/08/1834 (Ato Adicional).

Mineira: Regulamento de 13/09/1837; Lei nº 109, de 06/04/1838; Lei nº 617, de 12/05/1853; Regulamento nº 29, de 10/01/1854; Regulamento nº 72, de 14/09/1873; Regulamento nº 79, de 30/11/1876; Regulamento nº 108, de 25/01/1888.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Assembléia Legislativa Provincial - AL
- Inventário do Fundo Câmara Municipal de Caeté - CMC
- Inventário do Fundo Câmara Municipal de Curvelo - CV
- Inventário do Fundo Câmara Municipal de Mariana - CMM
- Inventário do Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto - CMOP
- Inventário do Fundo Câmara Municipal de Paracatu - CMP
- Inventário do Fundo Câmara Municipal de Sabará - CMS
- Inventário do Fundo Casa dos Contos - CC

- Inventário do Fundo Conselho Geral da Província - CGP
- Inventário do Fundo Fazenda Provincial - FP
- Inventário do Fundo Governador das Armas - GA
- Inventário do Fundo Instrução Pública - IP
- Inventário do Fundo Junta Provisória de Governo - JGP
- Inventário do Fundo Obras Públicas - OP
- Inventário do Fundo Secretaria de Governo da Província - SG
- Catálogo e Índice alfabético dos assuntos gerais da Seção Provincial: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXVIII, 1977
- Catálogo do Registro Paroquial: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXVIII, abril de 1977

Notas

O fundo contém documentação de período anterior e posterior à existência do produtor. A documentação do período provincial referente à Secretaria de Governo pode ser encontrada em três fundos: 1. Seção Provincial; 2. Secretaria de Governo da Província e 3. Presidência da Província.

REPARTIÇÃO ESPECIAL DAS TERRAS PÚBLICAS**Código: TP****Datas-limite: 1850-1875****Nome(s) do(s) Produtor(es)**

Repartição Especial das Terras Públicas (1850-1876)

Histórico/Biografia

Em 1850, foi criada a Repartição Geral das Terras Públicas, subordinada ao Ministro e Secretário dos Negócios do Império. Suas principais atribuições eram medir, dividir, descrever, distribuir e fiscalizar as vendas de terras públicas, além de promover a colonização nacional e estrangeira.

Este órgão era composto por um Diretor Geral das Terras Públicas, um Chefe da Repartição e um Fiscal. Contava em cada província com uma *Repartição Especial das Terras Públicas*, subordinada ao Presidente da Província e responsável pelas questões das terras devolutas.

A lei imperial nº 601, de 18 de setembro de 1850, regulamentada pelo decreto nº 1318, de 30 de janeiro de 1854, determinou o registro das terras no território brasileiro e encarregou o vigário de cada paróquia de receber os requerimentos e registrá-los nos livros de registros. Esses livros eram abertos, numerados, rubricados e encerrados pelos párocos, e posteriormente remetidos ao Diretor Geral das Terras Públicas.

Em 1876, de acordo com o decreto nº 6129, foram extintas as *Repartições Especiais das Terras Públicas*, e suas atribuições foram transferidas para a Secretaria de Governo.

Conteúdo

O acervo é formado por registros das terras da província efetuados pelos vigários das paróquias, que descrevem a localização, limites, data e os proprietários de terras. Há também registros de circulares, ofícios e informações do Governo Provincial sobre as terras devolutas na Província de Minas, datados de 1854 a 1875.

Sistema de Arranjo

Os documentos seguem ordenação alfabética e cronológica. Cada encadernado possui um índice ordenado alfabeticamente pelo nome do proprietário da terra.

Instrumentos de Pesquisa

- Catálogo do Registro Paroquial: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXVIII, abril de 1977.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita por meio de microfimes.

Dimensão/Suporte

- Textual: 7,20 metros lineares.

Legislação Básica

Brasileira: Lei nº 601, de 18/09/1850; Decreto nº 1318, de 30/01/1854; Decreto nº 3784, de 19/01/1867; Decreto nº 6129, de 23/02/1876.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Seção Provincial - SP
- Inventário do Fundo Secretaria do Governo da Província - SG
- Inventário do Fundo Presidência da Província - PP

Notas

O título deste fundo era Registro Paroquial - RP, como consta na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXVIII, abril de 1977. Posteriormente, na década de 1990, o fundo recebeu a denominação de Terras Públicas e, em 2006, resgatou-se a denominação do órgão produtor da documentação, a Repartição Especial das Terras Públicas.

SEÇÃO PROVINCIAL

Código: SP**Datas-limite: 1820-1890****Nome(s) do(s) Produtor(es)**

Junta Provisória de Governo (1821-1823), Secretaria de Governo da Província ou Secretaria da Presidência (1821-1889).

Histórico/Biografia

A *Junta Provisória de Governo* foi eleita em caráter interino e funcionou durante o período de 1821 a 1823, subordinada ao Príncipe Regente, D. Pedro I. Era responsável pelo governo provincial, competindo-lhe toda autoridade e jurisdição na parte civil, econômica, administrativa e de polícia. Os magistrados e as autoridades civis estavam subordinados à Junta Provisória de Governo, exceto em relação a questões referentes ao poder contencioso e judicial, à administração da Fazenda Pública e ao Comando das Armas.

A Lei Imperial, de 20 de outubro de 1823, deu uma nova forma aos governos provinciais, substituindo as Juntas Provisórias de Governo pelo Presidente da Província e por um Conselho de Governo.

A *Secretaria de Governo* era o órgão central da administração provincial e estava subordinada ao Presidente da Província. Era de sua responsabilidade o despacho, o registro e a tramitação de toda a documentação produzida e recebida pela presidência da província, bem como as relações com os demais órgãos administrativos.

No governo do Barão de Vila da Barra ocorreu uma organização administrativa da Província. O regulamento nº 79, de 1876, reorganizou a *Secretaria de Governo* dividindo-a em duas diretorias e cinco seções. À primeira diretoria ficaram afetos os negócios da administração geral com sede na província e à segunda, os negócios propriamente provinciais. À seção central, subordinada ao secretário, competia a coordenação geral dos serviços.

Em 1889, foi proclamada a República e, em 1891, foram criadas as secretarias de estado, que passaram a responder pelos serviços até então exercidos pela *Secretaria de Governo* e demais órgãos da administração.

Conteúdo

O acervo é formado por correspondências entre autoridades régias, imperiais e provinciais, alvarás, ofícios, provisões, atas, atos, avisos, circulares, registros, pareceres, contratos, decretos, editais, portarias, resoluções, nomeações, títulos, ordens, petições, diplomas e protocolos.

A documentação trata de diversos assuntos, tais como: administração da justiça e magistratura, exames de ofício, agricultura e indústria, instrução pública, culto público, eleição, colonização, cartas patentes, casas de caridade,

catequese, censo, corpo policial, correios, divisas territoriais, economia municipal, escravidão, nomeação, posse e matrícula de funcionários, estatística, estrangeiros, assuntos fazendários, câmaras municipais, obras públicas, polícia, presos, recrutamento, saúde pública, cartas de sesmaria, terrenos diamantinos, tipografia provincial, Conselho de Governo, Conselho Geral da Província, Assembléia Provincial, Guarda Nacional, Guerra do Paraguai, Jardim Botânico e Questão Christie.

Sistema de Arranjo

Os documentos encontram-se ordenados cronologicamente.

Instrumentos de Pesquisa

- Catálogo e Índice alfabético dos assuntos gerais da Seção Provincial: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXVIII, 1977;
- Catálogo dos Livros Manuscritos pertencentes ao Arquivo Público Mineiro: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XII, 1907;
- Catálogo de Sesmarias: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXXVII, 1988;
- Repertório sobre a escravidão em Minas Gerais: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXXIX, 1992;
- Relatórios digitalizados do período de 1837 a 1889 disponíveis no endereço eletrônico: <http://www.crl.uchicago.edu/info/brazil/mina.html>.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através dos originais.

Dimensão/Suporte

- Textual: 80,5 metros lineares.

Legislação Básica

Brasileira: Lei de 20/10/1823; Lei nº 16, de 12/08/1834 (Ato Adicional).

Mineira: Regulamento de 13/09/1837; Lei nº 109, de 06/04/1838; Lei nº 617, de 12/05/1853; Regulamento nº 29, de 10/01/1854; Regulamento nº 72, de 14/09/1873; Regulamento nº 79, de 30/11/1876; Regulamento nº 108, de 25/01/1888.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Assembléia Legislativa Provincial - AL
- Inventário do Fundo Câmara Municipal de Caeté - CMC

- Inventário do Fundo Câmara Municipal de Curvelo - CV
- Inventário do Fundo Câmara Municipal de Mariana - CMM
- Inventário do Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto - CMOP
- Inventário do Fundo Câmara Municipal de Paracatu - CMP
- Inventário do Fundo Câmara Municipal de Sabará - CMS
- Inventário do Fundo Casa dos Contos - CC
- Inventário do Fundo Conselho Geral da Província - CGP
- Inventário do Fundo Fazenda Provincial - FP
- Inventário do Fundo Governador das Armas - GA
- Inventário do Fundo Instrução Pública - IP
- Inventário do Fundo Junta Provisória de Governo - JGP
- Inventário do Fundo Obras Públicas - OP
- Inventário do Fundo Presidência da Província - PP
- Inventário do Fundo Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) - SC
- Inventário do Fundo Secretaria de Governo da Província - SG
- Índice da Revista do Arquivo Público Mineiro
- Catálogo do Registro Paroquial: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXVIII, abril de 1977

Notas

O fundo contém documentação de período anterior e posterior à existência do produtor.

Em 1944, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional inventariou o Fundo Seção Provincial.

A documentação do período provincial referente à Secretaria de Governo pode ser encontrada em três fundos: 1. Seção Provincial; 2. Secretaria de Governo da Província; e 3. Presidência da Província.

SECRETARIA DA AGRICULTURA**Código: SA****Datas-limite: 1891-1955****Nome(s) do(s) Produtor(es)**

Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1891-1901), Secretaria da Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas (1910-1935), Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho (1935-1960).

Histórico/Biografia

A *Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*, criada pela lei nº 6 de outubro de 1891, ficou encarregada das questões relacionadas à agricultura, comércio, obras públicas, minas, terras, colonização, imigração, catequese dos índios, correios e telégrafos. Era função do órgão, também, a elaboração da estatística e do recenseamento da população.

Com a reforma na estrutura do Estado ocorrida em 1901, a *Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas* foi extinta, e suas atribuições foram transferidas para a Secretaria do Interior e para a Secretaria das Finanças. A Repartição de Terras, Colonização e Imigração, então transferida para a Secretaria do Interior, recebeu a denominação de Inspetoria de Terras e Colonização. Já os serviços de Obras Públicas e Viação, que ficaram a cargo da Secretaria das Finanças, passaram a constituir a Inspetoria de Obras Públicas e a Inspetoria de Viação. Em 1903, os serviços dessas duas últimas inspetorias foram agrupados em uma Diretoria Geral de Agricultura, Viação e Indústria. Quatro anos depois, a Diretoria Geral foi desmembrada em duas, uma chamada Diretoria de Viação e Obras Públicas e outra, Diretoria de Agricultura Comércio, Terras e Colonização.

No ano de 1910, pela lei nº 516, foi restabelecida a *Secretaria da Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas*. Através de regulamento aprovado em 1911, esta Secretaria ficou organizada em três diretorias: Diretoria de Agricultura, Terras e Colonização; Diretoria de Viação, Obras Públicas e Indústria; e Diretoria de Comércio e Expansão Econômica. De acordo com o regulamento, a Secretaria ficou responsável pelos serviços concernentes à agricultura, comércio, indústria, minas, terras, viação férrea e fluvial, obras públicas, imigração, colonização, ensino profissional, catequese, correios, linhas telegráficas e telefônicas, meteorologia, limites com estados vizinhos, propaganda do café e outros produtos do Estado, exportação da produção agrícola, estatística e levantamento da carta geográfica e geológica do Estado. Em 1927, a responsabilidade pelos estabelecimentos de ensino agrícola profissional foi transferida para a Secretaria de Segurança e Assistência Pública.

De acordo com o decreto nº 2, de 5 de abril de 1935, a *Secretaria da Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas* foi desdobrada em duas: *Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho* e *Secretaria de Viação e Obras*

Públicas. A *Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho* tornou-se responsável pela produção animal, vegetal e mineral; ensino agrícola; indústria e comércio; estâncias hidrominerais; terras e colonização; concessão de minas e quedas d'água; estatística e publicidade; meteorologia; organização e fiscalização do trabalho e intendência. As funções remanescentes ficaram a cargo da *Secretaria de Viação e Obras Públicas*.

Conteúdo

O acervo é composto por correspondências; créditos e despesa com pessoal e material; portarias de nomeação e exoneração de funcionários; decretos e resoluções; registros, projetos e pareceres de comissões relativos às obras públicas; cartas geográficas e geológicas do Estado; fotografias do interior de Minas Gerais e de Belo Horizonte no início do século XX; plantas de cidades, núcleos coloniais, traçado de estradas, prédios públicos, adutoras, esgotos, represas e de pontes; perfis longitudinais de estradas, rodovias e ferrovias; mapas rodoviários, administrativos e políticos; cartogramas e relatórios.

A documentação trata dos seguintes assuntos: cursos profissionalizantes, projetos de abastecimento de água e esgoto, imigração e colonização no Estado, fomento agrícola em Minas Gerais, exposição nacional agropecuária no Rio de Janeiro, obras públicas, indústria, comércio, estação experimental de Machado e escola rural.

Sistema de Arranjo

Os documentos encontram-se organizados em 6 (seis) séries: 1. Expediente; 2. Contabilidade; 3. Agricultura, comércio, indústria e mineração; 4. Obras públicas; 5. Viação: estradas de ferro, navegação, linhas telegráficas; 6. Imigração, terras e colonização. A série Agricultura, comércio, indústria e mineração está organizada nas subséries: 1. Institutos de Aprendizagem Agrícola; 2. Diversos. Já a série Obras públicas está organizada nas subséries: 1. Comissão de melhoramentos municipais; 2. Comissões de obras; 3. Correspondência expedida; 4. Construção de pontes; 5. Inspetoria de estradas de rodagem; 6. Diversos.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário do Fundo Secretaria da Agricultura;
- Sistema informatizado de pesquisa do acervo cartográfico;
- Sistema informatizado de pesquisa do acervo fotográfico;
- Banco de dados Imigrantes;
- Kardex da biblioteca do Arquivo Público Mineiro: Relatório da Diretoria de Agricultura Comércio e Obras Públicas; Relatório da Diretoria de Agricultura, Comércio, Terras e Colonização; Relatório da Diretoria de Agricultura, Viação e Indústria; Relatório da Diretoria de Indústria e Comércio;

Relatório da Diretoria de Indústria de Comércio e Diretoria de Agricultura Terras e Colonização; Relatório da Diretoria de Viação e Obras Públicas; Relatório da Diretoria de Viação, Obras Públicas e Indústria; Relatório do Ensino Agrícola; Relatório da Inspeção de Viação; Relatório da Repartição de Terras e Colonização; Relatório da Secretaria de Agricultura Indústria Terras Viação e Obras Públicas.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através dos originais, exceto os documentos da série 6 – Imigração, terras e colonização – e os relatórios, que são consultados por meio de microfílm. Parte do acervo não se encontra disponível à consulta, pois está em organização. As fotografias foram digitalizadas e são consultadas por meio de sistema informatizado de pesquisa.

Dimensão/Suporte

- Cartográfico: 785 mapas e plantas;
- Iconográfico: 855 fotografias;
- Textual: 55,17 metros lineares.

Legislação Básica

Mineira: Lei nº 06, de 16/10/1891; Decreto nº 588, de 26/08/1892; Lei nº 27, de 25/06/1892; Decreto nº 608, de 27/02/1893; Decreto nº 612, de 06/03/1893; Lei nº 318, de 16/09/1901; Decreto nº 1477, de 19/10/1901; Decreto nº 1479, de 21/10/1901; Decreto nº 1653, de 15/12/1903; Lei nº 440, de 02/10/1906; Lei nº 516, de 31/08/1910; Decreto nº 3160, de 17/04/1911; Decreto nº 4351, de 27/03/1915; Decreto nº 704-A, de 11/06/1927; Decreto nº 2, de 05/04/1935; Decreto-Lei nº 921, de 16/07/1943.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Secretaria das Finanças - SF
- Inventário do Fundo Secretaria do Interior - SI
- Inventário do Fundo Secretaria de Viação e Obras Públicas - SVO
- Inventário do Fundo Obras Públicas - OP
- Inventário do Fundo João Pinheiro - JP
- Inventário do Fundo David Moretzsohn Campista - DMC

Notas

A maior parte da documentação refere-se ao período de 1892 a 1933. Existem apenas dois relatórios da Seção de Fomento Agrícola em Minas Gerais, datados de 1948 e 1955. Apesar de a Secretaria da Agricultura ter sido desativada entre 1901 e 1910, os documentos referentes a este período permaneceram integrados ao fundo em respeito ao princípio arquivístico da proveniência.

SECRETARIA DAS FINANÇAS**Código: SF****Datas-limite: 1893-1968****Nome(s) do(s) Produtor(es)**

Secretaria das Finanças (1891-1963), Secretaria de Estado da Fazenda (1963-atual).

Histórico/Biografia

Em 1891, foi criada pela lei nº 6, de 16 de outubro, a *Secretaria das Finanças*, em substituição ao Tesouro do Estado de Minas Gerais. Esta secretaria possuía como principais funções: arrecadar, fiscalizar, contabilizar e escriturar as receitas e despesas do Estado; elaborar a proposta orçamentária geral; realizar operações de crédito; servir de cofre dos órfãos e administrar bens patrimoniais.

Em 1901, com a extinção da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, os serviços de Obras Públicas e Viação foram transferidos para a *Secretaria das Finanças* e constituíram a Inspetoria de Obras Públicas e a Inspetoria de Viação. Em 1903, ocorreu uma nova reorganização dos serviços da antiga Secretaria da Agricultura, de responsabilidade da *Secretaria das Finanças*. Estes passaram a constituir a Diretoria Geral de Agricultura, Viação e Indústria, organizada em duas inspetorias: Inspetoria de Viação e Obras Públicas e Inspetoria de Indústria, Minas e Colonização. No ano de 1907, a Diretoria Geral de Agricultura Viação e Indústria foi subdividida em duas diretorias, uma de Viação e Obras Públicas e a outra de Agricultura Comércio, Terras e Colonização, ambas subordinadas ao Secretário das Finanças. Com o restabelecimento da Secretaria da Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas, em 1910, estes serviços passaram a ser função desta secretaria.

Em 1928, a *Secretaria das Finanças* deixou de exercer as funções de cofre dos órfãos, auditoria, tombamento e seguro dos bens patrimoniais. A partir de 1963, o órgão passou a denominar-se *Secretaria de Estado da Fazenda*, conservando as seguintes funções: arrecadação e fiscalização; controle das despesas; contabilidade e auditoria; tesouraria geral do Estado; coordenação e controle da execução do planejamento orçamentário.

Conteúdo

O acervo é composto por documentos referentes à contabilidade, impostos, taxas e contas nominais, inscrições dos contribuintes do Imposto Territorial Rural, balancetes, contratos de transmissão intervivos, termos de visita, correspondências e documentos relativos à dívida externa do Estado.

Sistema de Arranjo

Os documentos encontram-se organizados em 3 (três) séries: 1. Documentação administrativa; 2. Coletoria, taxas e impostos; 3. Dívida externa.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário do Fundo Secretaria das Finanças;
- Kardex da biblioteca do Arquivo Público Mineiro: Relatórios da Secretaria das Finanças 1893-1935.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através dos originais, exceto os relatórios, que são consultados por meio de microfílm.

Dimensão/Suporte

- Textual: 4,75 metros lineares.

Legislação Básica

Mineira: Decreto nº 135, de 05/07/1890; Lei nº 6, de 16/10/1891; Decreto nº 589, de 26/08/1892; Decreto nº 942, de 10/06/1896; Lei nº 318, de 16/09/1901; Decreto 1477, de 19/10/1901; Decreto nº 1653, de 15/12/1903; Decreto nº 2027, de 08/06/1907; Decreto nº 2485, de 26/03/1909; Decreto nº 6442, de 23/12/1923; Decreto nº 8858, de 27/10/1928; Decreto nº 11734, de 12/06/1935; Decreto nº 96, de 12/06/1935; Lei nº 104, de 23/10/1936; Decreto-Lei nº 1424, de 30/11/1945; Decreto nº 6855, de 06/02/1963; Lei nº 2877, de 04/10/1963.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Arthur Bernardes - AB
- Inventário do Fundo Delegacia dos Terrenos Diamantinos - TD
- Inventário do Fundo João Pinheiro da Silva - JP
- Inventário do Fundo Secretaria da Agricultura - SA
- Inventário do Fundo Secretaria do Interior - SI
- Kardex da biblioteca do Arquivo Público Mineiro: Mensagem do Governo Mineiro ou Mensagem à Assembléia Legislativa

Notas

Entre 1901 e 1910, a Secretaria das Finanças incorporou os serviços da Viação e Obras Públicas, anteriormente a cargo da Secretaria da Agricultura. No entanto, em respeito ao princípio arquivístico da proveniência, os documentos referentes a este período permaneceram integrados ao fundo Secretaria da Agricultura.

SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO

Código: SEG**Datas-limite: 1946-1975****Nome(s) do(s) Produtor(es)**

Gabinete Civil do Governador do Estado (1963-1975), Secretaria de Estado do Governo (1975-atual).

Histórico/Biografia

A lei nº 2877, de 4 de outubro de 1963, reestruturou a administração do Estado de Minas Gerais. O Palácio do Governo passou a se denominar *Gabinete Civil do Governador do Estado*, e o chefe desse gabinete seria o Secretário de Estado do Governo. Ao *Gabinete Civil do Governador do Estado* competia principalmente a coordenação político-administrativa do governo, as relações públicas e a administração dos palácios. De acordo com o decreto nº 7350, de 2 de janeiro de 1964, o Arquivo Público Mineiro e a Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais passaram a se vincular a esse Gabinete.

O decreto nº 15486, de 22 de maio de 1973, instituiu uma reorganização administrativa no Estado. Ao *Gabinete Civil do Governador do Estado* passaram a se subordinar os seguintes órgãos: Administração do Estádio de Minas Gerais, Conselho Regional de Desportos de Minas Gerais, Diretoria de Esportes de Minas Gerais, Fundação de Artes de Ouro Preto, Fundação Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, Fundação Palácio das Artes, Fundação Pandiá Calógeras, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais e Loteria do Estado de Minas Gerais.

Em 22 de abril de 1975, o decreto nº 17112 estabeleceu que a administração pública estadual, sob a direção superior do Governador, seria exercida pela Governadoria do Estado e pelos Sistemas Operacionais. À Governadoria do Estado competiam as atividades de planejamento, coordenação, controle e supervisão governamental. De acordo com esse mesmo decreto, o *Gabinete Civil do Governador do Estado* passou a se denominar *Secretaria de Estado do Governo*. Foi criada também como órgão autônomo, sob a supervisão da *Secretaria de Estado do Governo*, a Coordenadoria de Cultura responsável pela coordenação das atividades dos órgãos e entidades ligadas à cultura e ao patrimônio histórico e artístico. Em 1983, com a instituição da Secretaria de Cultura, as atribuições dessa coordenadoria foram transferidas para a secretaria recém-criada.

Conteúdo

O acervo é composto por documentos referentes a termos de juramento e posse dos interventores, governadores, secretários, chefe de gabinete e outras autoridades do Estado.

Sistema de Arranjo

Os documentos estão ordenados cronologicamente.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário do Fundo Secretaria de Estado do Governo.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através dos originais.

Dimensão/Suporte

- Textual: 0,7 metros lineares.

Legislação Básica

Mineira: Lei nº 2877, de 04/10/1963; Decreto nº 7350, de 02/01/1964; Decreto nº 15486, de 22/05/1973; Decreto nº 17112, de 22/04/1975; Decreto nº 18406, de 04/03/1977; Decreto nº 22781, de 17/03/1983; Lei Delegada nº 13, de 28/08/1985; Lei nº 9533, de 30/12/1987; Decreto nº 27784, de 30/12/1987.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Secretaria do Interior - SI

Notas

O acervo possui documentos de período anterior ao ano de criação do produtor.

**SECRETARIA DE GOVERNO DA CAPITANIA
(SEÇÃO COLONIAL)****Código: SC****Datas-limite: 1605-1849****Nome(s) do(s) Produtor(es)**

Secretaria de Governo da Capitania de Minas Gerais (1720-1821)

Histórico/Biografia

Em 1720, a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro foi desmembrada, sendo criada, pelo alvará de 2 de dezembro do mesmo ano, a Capitania de Minas. O seu governador, nomeado pelo Rei com patente de capitão-general, possuía autonomia política, econômica e militar na Capitania. Presidia as juntas da justiça e da fazenda, era o comandante supremo das forças militares, nomeava funcionários, representava o Rei e lhe eram subordinadas as câmaras e todas as autoridades.

Com a instituição da Capitania de Minas foram estabelecidos órgãos administrativos, dentre os quais se destacava a Secretaria de Governo. Este órgão, de composição simples e estável, possuía uma atuação extensa.

O Secretário de Governo, que assessorava burocraticamente o Governador, era escolhido diretamente pelo Rei, deveria ser bacharel e permanecia no cargo por um período de, aproximadamente, três anos. Era de sua responsabilidade a expedição, o despacho, o registro e a tramitação de toda a documentação produzida e recebida pelo Governador da Capitania. O Secretário elaborava ainda listas de controle do efetivo de soldados e oficiais.

Após a chegada da Corte no Brasil, em 1808, e a instituição de leis imperiais, o poder administrativo foi reestruturado. No ano de 1821, o cargo de Governador foi suprimido e, para administrar as Províncias, foram criadas as Juntas Provisórias de Governo.

Conteúdo

O acervo é composto por documentos produzidos por autoridades do Reino, da Colônia e da Capitania de Minas Gerais. É formado por correspondências, instruções do Conselho Ultramarino, alvarás, arrematações, atestados, atos régios e do governo da capitania, avisos, bandos, cartas patentes, cartas de sesmarias, cartas régias, cartas de nomeação, certidões, leis, decretos, despachos, editais, fianças, informações, instruções, ordens, petições, portarias, provisões, regimentos, representações, requerimentos, resoluções, rogatórias, termos, obrigações e autos de assistência. A documentação trata dos seguintes assuntos: catequese, administração diamantina, doação e exploração de terras, questões fazendárias e eclesíásticas, forças militares, posses de autoridades, prisões, escravidão, indígenas, lojas e ofícios.

Sistema de Arranjo

Os documentos estão ordenados cronologicamente.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário do Fundo Secretaria de Governo da Capitania (documentação não encadernada);
- Catálogo e Índice alfabético dos assuntos gerais da Seção Colonial: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXVIII, 1977;
- Catálogo dos Livros Manuscritos pertencentes ao Arquivo Público Mineiro: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XII, 1907;
- Inventário de Cartas de Sesmarias: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXXVII, 1988;
- *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano I, fascículo I, janeiro a março de 1896.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita por meio de microfílm.

Dimensão/Suporte

- Textual: 45,0 metros lineares.

Legislação Básica

Portuguesa: Regimento de 01/06/1678; Regimento de 19/04/1702; Carta Régia de 09/11/1709; Regimento de 27/07/1712; Carta Régia de 21/02/1720; Alvará Régio de 02/12/1720; Regimento de 30/10/1733.

Brasileira: Decreto de 01/10/1821.

Consultar Também

- Inventário da Coleção Avulsos da Capitania de Minas Gerais - AVC
- Inventário do Fundo Câmara Municipal de Caeté - CMC
- Inventário do Fundo Câmara Municipal de Mariana - CMM
- Inventário do Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto - CMOP
- Inventário do Fundo Câmara Municipal de Paracatu - CMP
- Inventário do Fundo Câmara Municipal de Sabará - CMS
- Inventário do Fundo Casa dos Contos - CC
- Inventário do Fundo Junta Provisória de Governo - JGP

- Inventário do Fundo Presidência da Província - PP
- Inventário do Fundo Seção Provincial - SP
- Índice da *Revista do Arquivo Público Mineiro*

Notas

O fundo contém documentação de período anterior e posterior à existência do produtor.

Em 1942, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional inventariou o fundo, denominado naquele período de Seção Colonial.

Em 1992, foi resgatada a denominação correta do fundo, nome do órgão produtor da documentação, Secretaria de Governo da Capitania de Minas Gerais.

As datas-limite foram alteradas em outubro de 2005, em relação à *Revista do Arquivo Público Mineiro* do ano de 1977. Foram incorporados ao fundo, após a publicação dessa revista, mais dois códices: o SC 405 – Inventário e índice geral dos encadernados coloniais –, e o SC 406 – Memória histórica da capitania de Minas Gerais e índice completo das cartas e ordens régias (1774-1788).

SECRETARIA DE GOVERNO DA PROVÍNCIA**Código: SG****Datas-limite: 1818-1898****Nome(s) do(s) Produtor(es)**

Secretaria de Governo da Província ou Secretaria da Presidência (1821-1889).

Histórico/Biografia

A *Secretaria de Governo* era o órgão central da administração provincial e estava subordinada ao Presidente da Província. Era de sua responsabilidade o despacho, o registro e a tramitação de toda a documentação produzida e recebida pela presidência da província, bem como as relações com os demais órgãos administrativos.

No governo do Barão de Vila da Barra ocorreu uma organização administrativa da Província. O regulamento nº 79, de 1876, reorganizou a *Secretaria de Governo* dividindo-a em 2 (duas) diretorias e 5 (cinco) seções. À primeira diretoria ficaram afetos os negócios da administração geral com sede na província e à segunda, os negócios propriamente provinciais. À seção central, subordinada ao secretário, competia a coordenação geral dos serviços.

Em 1889, foi proclamada a República e, em 1891, foram criadas as secretarias de estado, que passaram a responder pelos serviços até então exercidos pela Secretaria de Governo e demais órgãos da administração.

Conteúdo

O acervo é composto por documentação referente à administração provincial. Constitui-se de livros de correspondências, regulamentos, avisos, relatórios, entre outros. Os assuntos correspondem as subséries descritas no sistema de arranjo.

Sistema de Arranjo

O arranjo teve por base a reorganização da Secretaria de Governo estabelecida pelo regulamento nº 79, de 1876. Os encadernados refletem essa organização.

Os documentos encontram-se ordenados em 3 (três) séries: 1. Administração imperial, 2. Administração provincial, 3. Diversos. A série Administração imperial está organizada nas subséries: 1. Agentes consulares; 2. Armazéns e artigos bélicos; 3. Catequese (índios); 4. Comércio, agricultura, artes e indústria; 5. Correios; 6. Cultos públicos e acatólicos; 7. Divisão administrativa, judiciária e eclesiástica; 8. Eleições gerais, provinciais e municipais; 9. Elemento servil; 10. Estatística (recenseamento); 11. Fazenda geral; 12. Força pública geral e alistamento militar (exército); 13. Guarda Nacional; 14. Magistratura;

15. Mineração e recursos diamantíferos; 16. Naturalização (estrangeiros); 17. Petição de graça; 18. Polícia; 19. Saúde e assistência; 20. Sistema métrico; 21. Terras públicas; 22. Títulos, condecorações, honras e distinções; 23. Assuntos diversos. A série Administração provincial está organizada nas subséries: 1. Assembléia provincial; 2. Câmaras municipais; 3. Colonização (Imigração); 4. Compromissos de irmandades, confrarias e seminários; 5. Estabelecimentos pios e de beneficência; 6. Estradas de ferro; 7. Fazenda Provincial; 8. Força pública provincial; 9. Instrução pública; 10. Inventários e índices de leis e regulamentos provinciais; 11. Loterias; 12. Navegação e canalização de rios; 13. Obras públicas; 14. Ofícios de justiça; 15. Presos pobres; 16. Assuntos diversos. Já a série Diversos está organizada nas subséries: 1. Avisos dos ministérios; 2. Diversos.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário do Fundo Secretaria de Governo da Província;
- Repertório sobre a escravidão em Minas Gerais: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXXIX, 1992;
- Banco de dados Imigrantes;
- Sistema informatizado de pesquisa do acervo cartográfico;
- Relatórios digitalizados do período de 1837 a 1889 disponíveis no endereço eletrônico: <http://www.crl.uchicago.edu/info/brazil/mina.html>.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através dos originais.

Dimensão/Suporte

- Cartográfico: 11 mapas e plantas;
- Textual: 90,5 metros lineares.

Legislação Básica

Brasileira: Lei de 20/10/1823; Constituição Política do Império do Brasil, de 25/03/1824; Lei nº 16, de 12/08/1834 (Ato Adicional).

Mineira: Regulamento de 13/09/1837; Lei nº 109, de 06/04/1838; Lei nº 617, de 12/05/1853; Regulamento nº 29, de 10/01/1854, da Lei nº 617; Regulamento nº 72, de 14/09/1873; Regulamento nº 79, de 30/11/1876; Regulamento nº 108, de 25/01/1888.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Assembléia Legislativa Provincial - AL

- Inventário do Fundo Câmara Municipal de Caeté - CMC
- Inventário do Fundo Câmara Municipal de Curvelo - CV
- Inventário do Fundo Câmara Municipal de Mariana - CMM
- Inventário do Fundo Câmara Municipal de Paracatu - CMP
- Inventário do Fundo Câmara Municipal de Sabará - CMS
- Inventário do Fundo Casa dos Contos - CC
- Inventário do Fundo Conselho Geral da Província - CGP
- Inventário do Fundo Fazenda Provincial - FP
- Inventário do Fundo Governador das Armas - GA
- Inventário do Fundo Instrução Pública - IP
- Inventário do Fundo Junta Provisória de Governo - JGP
- Inventário do Fundo Obras Públicas - OP
- Inventário do Fundo Presidência da Província - PP
- Kardex da biblioteca do Arquivo Público Mineiro: Relatórios da Presidência da Província - PP;
- Inventário do Fundo Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) - SC
- Catálogo e Índice alfabético dos assuntos gerais da Seção Provincial - SP: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXVIII, 1977;
- Catálogo do Registro Paroquial: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXVIII, abril de 1977;
- Catálogo de Sesmarias: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXXVII, 1988.

Notas

O fundo contém documentação de período anterior e posterior à existência do produtor.

A documentação do período provincial referente à Secretaria de Governo pode ser encontrada em três fundos: 1. Seção Provincial; 2. Secretaria de Governo da Província; e 3. Presidência da Província.

SECRETARIA DE SEGURANÇA E ASSISTÊNCIA PÚBLICA**Código: SSA****Datas-limite: 1926-1973****Nome(s) do(s) Produtor(es)**

Secretaria de Estado da Segurança e Assistência Pública (1926-1930), Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública (1956-1964), Secretaria de Estado da Segurança Pública (1964-1973).

Histórico/Biografia

Em 1926, a Chefia de Polícia, até então subordinada à Secretaria do Interior, ganhou o *status* de Secretaria de Estado, ao ser criada pela lei nº 919, de 4 de setembro, a *Secretaria de Estado da Segurança e Assistência Pública*. Este órgão tinha como atribuições: realizar os serviços de segurança pública e de polícia, além de cuidar da higiene, saúde e da assistência pública.

Em 1930, a *Secretaria de Estado da Segurança e Assistência Pública* foi extinta. Suas atribuições passaram novamente para a Chefia de Polícia, subordinada à Secretaria do Interior. Em 1956, a Chefia de Polícia foi transformada em *Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública*. A esta secretaria foram integrados a Chefia de Polícia e o Corpo de Bombeiros.

Entre 1956 e 1964, conforme disposto em legislação, a *Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública* passou a ter como objetivo o planejamento, a coordenação e a execução das atividades de proteção à vida, aos bens, à ordem e à moralidade, bem como garantir as liberdades públicas.

Em 1964 passou a denominar-se *Secretaria de Estado da Segurança Pública*. Além das funções anteriores, outras lhe foram atribuídas, como a de cooperação com outros órgãos e entidades de segurança pública, o exercício da política judiciária e a coordenação das atividades dos órgãos e entidades integrantes do sistema de segurança pública.

Conteúdo

O acervo é formado por documentos financeiros e administrativos, além de documentação referente à preservação e reforma de abrigo de menores; institutos e escolas de aprendizado; movimento de delegados especiais; registro de réus recolhidos em cárcere e de condenados em liberdade condicional ou com penas suspensas e registro geral de doentes.

Sistema de Arranjo

Os documentos encadernados estão ordenados cronologicamente.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário do Fundo Secretaria de Segurança e Assistência Pública.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através dos originais. Parte do acervo não se encontra disponível à consulta, pois não está organizada.

Dimensão/Suporte

- Textual: 12,6 metros lineares.

Legislação Básica

Mineira: Lei nº 643, de 01/10/1914; Lei nº 919, de 04/09/1926; Decreto nº 7351 de 06/09/1926; Lei nº 1147, de 06/09/1930; Lei nº 1455, de 12/05/1956; Lei nº 2877, de 04/10/1963; Decreto nº 7359, de 02/01/1964; Decreto nº 13942, de 07/10/1971; Decreto nº 15423, de 24/04/1973; Decreto nº 15543, de 11/06/1973; Decreto nº 17825, de 02/04/1976; Decreto nº 22547, de 15/12/1982.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Secretaria do Interior - SI
- Inventário do Fundo Chefia de Polícia - POL
- Sistema informatizado de pesquisa do Fundo Departamento de Ordem Política e Social - DOPS

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**Código:** SVO**Datas-limite:** 1935-1948**Nome(s) do(s) Produtor(es)**

Secretaria de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas (1935-1963)

Histórico/Biografia

A *Secretaria de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas* foi criada em 1935, pelo Decreto nº 2, de 5 de abril, a partir do desdobramento da *Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas*. Desempenhava serviços administrativos e técnicos e era responsável pela viação férrea, fluvial, aérea e de rodagem; pela construção e conservação de edifícios públicos, pontes, linhas telegráficas e telefônicas; pela criação da carta geográfica; pela demarcação de limites interestaduais e intermunicipais; pelo saneamento e pela assistência técnica aos municípios.

Em 1937, de acordo com o Decreto-Lei nº 1, de 23 de novembro, a Rede Mineira de Viação se desligou da *Secretaria de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas*. Apesar desta alteração, as demais atribuições da secretaria foram mantidas até 1946, quando foi aprovado o novo regulamento dos serviços administrativos do órgão e reorganizado o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado.

Conteúdo

O acervo é formado, basicamente, por: correspondências; requisições de passagem; projetos, requisições, orçamentos e pagamento de obras; inventários das linhas; levantamento de planta cadastral e contratos.

A documentação trata de assuntos diversos, tais como, abastecimento de água; pagamentos de funcionários; levantamento topográfico; construções de estradas de rodagem, de ferro e de pontes e aquisição de veículos.

Sistema de Arranjo

Os documentos textuais encadernados encontram-se organizados em 3 (três) séries: 1. Correspondência recebida, 2. Correspondência expedida, 3. Documentação interna. Os documentos cartográficos estão organizados em ordem alfabética e cronológica.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário do Fundo Secretaria de Viação e Obras Públicas;
- Sistema informatizado de pesquisa do acervo cartográfico.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através dos originais. Parte do acervo não se encontra disponível à consulta, pois está em organização.

Dimensão/Suporte

- Cartográfico: 463 mapas e plantas;
- Textual: 12 metros lineares.

Legislação Básica

Mineira: Decreto nº 2, de 05/04/1935; Decreto nº 162, de 29/07/1935; Decreto-Lei nº 1, de 23/11/1937; Decreto-Lei nº 984, de 09/12/1943; Decreto-Lei nº 1652, de 23/01/1946; Decreto-Lei nº 1731, de 04/05/1946; Decreto nº 2200, de 25/01/1946; Lei nº 2877, de 05/10/1963.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Secretaria da Agricultura - SA
- Inventário do Fundo Secretaria das Finanças - SF

Notas

Entre 1891 e 1910, os serviços referentes à viação e obras públicas estiveram a cargo da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, conforme lei nº 6, de 16 de outubro de 1891. Entre 1901 e 1910, esses serviços passaram a ser competência da Secretaria de Estado dos Negócios das Finanças, por lei nº 318 de 16 de setembro de 1901. A partir de 1910, de acordo com a lei nº 516, voltaram à subordinação da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas até 1935, quando foi criada a Secretaria de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas.

SECRETARIA DO INTERIOR**Código: SI****Datas-limite: 1891-1957****Nome(s) do(s) Produtor(es)**

Secretaria do Interior (1891-1963)

Histórico/Biografia

A *Secretaria do Interior* foi criada pela lei nº 6, de 16 de outubro de 1891. Tinha como principais atribuições os negócios referentes à justiça, segurança, estatística, saúde pública, magistratura, instrução pública, eleições e leis. Além disso, cuidava das relações do Estado de Minas Gerais com os governos dos outros estados e com o Governo Federal. O Instituto Vacínico, a Diretoria de Higiene, o Arquivo Público Mineiro e a Brigada Policial eram repartições da administração estadual subordinadas à *Secretaria do Interior*.

Entre 1901 e 1910, com a extinção da *Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*, a Repartição de Terras, Colonização e Imigração foi transferida para a *Secretaria do Interior* e recebeu a denominação de Inspetoria de Terras e Colonização. Em 1926, pela lei nº 919, de 4 de setembro, os serviços concernentes à administração da polícia, segurança pública, assistência e saúde pública foram transferidos para a recém-criada Secretaria de Segurança e Assistência Pública. A nova secretaria durou apenas quatro anos. Após sua extinção em 1930, os serviços relacionados à segurança, saúde e assistência pública retornaram para a *Secretaria do Interior*. Com a criação da Secretaria da Educação, em 1930, a *Secretaria do Interior* deixou de responder pelos serviços relacionados à instrução pública.

Em 1963, com a reestruturação ocorrida no Estado, a *Secretaria do Interior* teve a sua denominação alterada para *Secretaria do Interior e Justiça*.

Conteúdo

O acervo é composto por correspondências; atos de nomeação, posse e exoneração de professores e funcionários; atas de exame e provas de alunos; regulamentos escolares; prestação de contas; atos de criação e extinção de escolas; receita e despesas da Secretaria; atas de eleição e alistamento eleitoral; atos de criação de distritos; mapas de vacinação; matrícula do corpo consular; croquis e plantas referentes aos limites geográficos.

A documentação trata de assuntos referentes aos movimentos revolucionários de 1930 e 1932; justiça; magistratura; polícia; posse de prefeitos; saúde e assistência pública; estrangeiros; limites com outros Estados; corpo de bombeiros; concursos; inspeção técnica, construção e reforma de escolas, caixa escolar; dentre outros.

Sistema de Arranjo

Os documentos encontram-se organizados em 16 (dezesesseis) séries: 1. Força pública, 2. Administração da justiça e magistratura, 3. Polícia, 4. Instrução

pública, 5. Presos pobres, 6. Comissão julgadora e requisições - Revolução de 1930, 7. Comissão tomada de contas - Revolução de 1932, 8. Limites com os Estados, 9. Assuntos municipais, 10. Saúde e Assistência pública, 11. Relação do Estado com Governo Federal, 12. Legislação estadual, 13. Eleições, 14. Receita e despesa, 15. Pessoal e 16. Diversos.

A série Força pública está organizada nas seguintes subséries: 1. Correspondências, matrículas e outros; 2. Revolução de 1930, Revolução de 1932 e Legião de Outubro. A série Instrução pública está organizada nas subséries: 1. Grupos escolares, escolas particulares, ginásios e faculdades; 2. Escolas normais; 3. Manutenção de prédios escolares, material didático, mobiliário. A série Comissão tomada de contas - Revolução de 1932 está organizada nas subséries: 1. Pagamentos militares, voluntários e movimentação de pessoal; 2. Indenizações; 3. Receitas e despesas; 4. Diversos. A série Limites com os Estados está organizada nas subséries: 1. São Paulo e Minas Gerais; 2. Rio de Janeiro e Minas Gerais; 3. Espírito Santo e Minas Gerais; 4. Goiás e Minas Gerais; 5. Bahia e Minas Gerais; 6. Diversos. Já a série Diversos está organizada nas subséries: 1. Administração da justiça e magistratura, Força pública, Polícia e presos pobres; 2. Legislação estadual, Arquivo geral da Secretaria, assuntos municipais, saúde e assistência pública, relação do estado com Governo Federal; 3. Pessoal, receita e despesa; 4. Estatística geral do Estado e diversos; 5. Manicômio Judiciário - Laudos periciais.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário do Fundo Secretaria do Interior;
- Sistema informatizado de pesquisa do acervo cartográfico;
- Sistema informatizado de pesquisa do acervo fotográfico;
- Kardex da biblioteca do Arquivo Público Mineiro: Relatórios da Secretaria do Interior.

Condições de Acesso:

A pesquisa é feita através dos originais, exceto os relatórios, que são consultados por meio de microfílm. Parte do acervo não se encontra disponível à consulta, pois não está organizada. As fotografias foram digitalizadas e são consultadas através de sistema informatizado de pesquisa.

Dimensão/Suporte

- Iconográfico: 482 fotografias;
- Cartográfico: 39 mapas;
- Textual: 307,6 metros lineares.

Legislação Básica

Brasileira: Decreto-Lei nº 1.202, de 08/04/1939.

Mineira: Lei nº 6, de 16/10/1891; Decreto nº 587, de 26/08/1892; Lei nº 318, de 16/09/1901; Decreto nº 1479, de 21/10/1901; Decreto nº 1653, de 15/12/1903; Lei nº 440, de 02/10/1906; Decreto nº 2027, de 08/06/1907; Decreto nº 2485, de 26/03/1909; Decreto nº 2961, de 17/09/1910; Lei nº 643, de 01/10/1914; Lei nº 800, de 27/09/1920; Lei nº 818, de 26/09/1921; Decreto nº 6170, de 4/09/1922; Decreto nº 6442, de 23/12/1923; Lei nº 919, de 04/09/1926; Decreto nº 7877, de 30/08/1927; Decreto nº 8858, de 27/10/1928; Lei nº 1147, de 06/09/1930; Decreto nº 96, de 12/06/1935; Lei nº 104, de 23/10/1936; Decreto-Lei nº 359, de 19/06/1939; Decreto-Lei nº 1424, de 30/11/1945; Decreto-Lei nº 1563, de 22/12/1945; Decreto-Lei nº 1600, de 29/12/1945; Decreto nº 5113, de 29/09/1956.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Secretaria da Agricultura - SA
- Inventário do Fundo Chefia de Polícia - POL
- Inventário do Fundo Secretaria de Segurança e Assistência Pública - SSA
- Inventário do Fundo Arquivo Público Mineiro - FAPM
- Inventário do Fundo Secretaria de Estado do Governo - SEG
- Inventário do Fundo Instrução Pública - IP
- Inventário do Fundo João Pinheiro - JP
- Inventário do Fundo Arthur Bernardes - AB
- Inventário do Fundo Olegário Maciel - OM
- Sistema Informatizado de Pesquisa do Fundo Departamento de Ordem Política e Social - DOPS

Notas

Entre 1901 e 1910, a Inspeção de Terras, Colonização e Imigração ficou temporariamente subordinada à Secretaria do Interior. No entanto, para manter a unidade do acervo, os documentos foram mantidos no fundo Secretaria da Agricultura.

No ano de 1999, os dois conjuntos que formavam o fundo Secretaria do Interior foram reunidos. Foi criado um arranjo único e elaborado um inventário que substituiu o Catálogo dos livros da Secretaria do Interior publicado na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXX, 1979. A documentação referente à Revolução de 1930 e ao Movimento de 1932, cujos inventários foram publicados na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXXIV, 1983, foi inserida no fundo Secretaria do Interior. A coleção Limites de Minas Gerais também foi inserida no fundo Secretaria do Interior, constituindo uma série.

SENADO MINEIRO**Código: SM****Datas-limite: 1891-1937****Nome(s) do(s) Produtor(es)**

Senado Mineiro (1891-1930)

Histórico/Biografia

A Constituição Mineira, promulgada em 15 de junho de 1891, estabeleceu o bicameralismo à semelhança do Poder Legislativo Federal. O Poder Legislativo Estadual passou a ser exercido pelo *Senado Mineiro* e pela *Câmara dos Deputados*, que funcionavam separadamente. O *Senado Mineiro* era composto de, no máximo, 24 senadores com idade mínima de 35 anos, eleitos pelo voto direto para mandato de 8 anos.

Excetuando-se os casos de iniciativa privativa da *Câmara dos Deputados*, enumerados na Constituição, o Senado podia legislar sobre qualquer matéria. Além disso, competia ao *Senado Mineiro* julgar o Presidente do Estado e demais funcionários, pelos crimes relacionados à responsabilidade no exercício de funções públicas.

O Senado foi uma instituição representativa das oligarquias dominantes da época, tanto pela sua natureza conservadora quanto pela origem de seus integrantes. No início de sua atuação, desenvolveu intensa atividade no sentido de estabelecer o estado de direito. Exerceu amplamente a sua função legislativa como Câmara Alta de cunho revisor e moderador. Na segunda década do século XX, houve um esvaziamento dos trabalhos, e o órgão passou a deliberar quase que exclusivamente sobre matéria eleitoral. Entre 1927 e 1928, realizou poucas sessões por falta de *quorum*.

A Revolução de 1930 representou o fim do bicameralismo nos Estados brasileiros. O decreto nº 19398, de novembro daquele ano, instituiu o Governo Provisório da República e dissolveu o Congresso Legislativo do Estado. As secretarias do Senado e da Câmara dos Deputados ficaram, provisoriamente, subordinadas à Secretaria do Interior. Após a promulgação da Constituição Mineira de 1935, o Poder Legislativo passou a ser exercido pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Conteúdo

O acervo é composto por atas, pareceres, relatórios, anais, projetos de lei sancionados e rejeitados, proposições, resoluções e outros documentos legislativos; documentos administrativos como protocolos, indicações, contratos, empenhos, folhas de pagamento de funcionários, orçamentos e correspondências.

Sistema de Arranjo

Os documentos encadernados encontram-se organizados em 10 (dez) séries: 1. Projetos; 2. Proposições; 3. Ofícios expedidos; 4. Ofícios recebidos; 5. Protocolos; 6. Atas do Senado; 7. Decisões, indicações, pareceres; 8. Despesas, contratos, empenhos, licitações, folha de pagamento, ponto e registro de títulos de funcionários; 9. Inventário de bens; 10. Biblioteca. O conteúdo de cada série segue ordenação tipológica e cronológica. Os documentos não encadernados estão organizados em 2 (duas) séries: 1. Documentos administrativos e legislativos, 2. Projetos sancionados e rejeitados. O conteúdo de cada série e/ou subsérie está em ordem cronológica de legislatura.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário do Fundo Senado Mineiro;
- Kardex da biblioteca do Arquivo Público Mineiro: Anais do Senado Mineiro; Relatórios e Sinopses dos Trabalhos do Senado Mineiro.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através dos originais.

Dimensão/Suporte

- Textual: 31,3 metros lineares.

Legislação Básica

Brasileira: Decreto nº 19398, Art. II, de 11/11/1930; Decreto nº 802, de 04/10/1890; Decreto nº 1189, de 20/12/1890.

Mineira: Decreto nº 130, de 02/07/1890; Decreto nº 226, de 31/10/1890; Constituição do Estado, de Minas Gerais, de 15/06/1891; Lei nº 10, de 14/09/1920; Lei nº 995, de 20/09/1927; Decreto nº 8403, de 21/04/1928; Decreto nº 9790, de 15/12/1930.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Câmara dos Deputados - CD
- Inventário do Fundo Secretaria do Interior - SI

Notas

O fundo Congresso Mineiro, após revisão ocorrida no ano de 2001, passou a denominar-se Senado Mineiro. O acervo possui documentos de período posterior ao ano de extinção do produtor.

Fundos de Origem Privada

ALFERES LUIZ ANTONIO PINTO**Código: ALP****Datas-limite: 1718-1936****Histórico/Biografia**

Alferes Luiz Antonio Pinto nasceu no dia 6 de agosto de 1841, em Caeté (MG), e faleceu no dia 29 de junho de 1924, na cidade do Serro (MG). Era filho de Antonio Pedro Pinto e Joaquina Rosa de Moraes.

Foi professor, genealogista e pesquisador da História do Serro, Diamantina e adjacências. Durante a Guerra do Paraguai, integrou o 18º Batalhão de Voluntários da Pátria.

Conteúdo

O acervo é composto por recortes de jornais, volantes, folhetos, correspondências, bilhetes, testamento, poemas e desenhos. A documentação trata de assuntos diversos, tais como: questões pessoais, imposto territorial, estudos genealógicos e biográficos, criação de escola primária, Faculdade Livre de Direito de Ouro Preto, questão do Acre, recenseamento da população, dentre outros.

Sistema de Arranjo

Os documentos encontram-se organizados em 5 (cinco) séries: 1. Documentos pessoais, 2. Trajetória intelectual, 3. Correspondências, 4. Impressos e 5. Documentos diversos. A série Correspondências está organizada nas seguintes subséries: 1. Guilhermina Eponina de Souza para Alferes Luiz Antonio Pinto, 2. Francisco de Assis Azevedo para Joaquim Pereira de Queiroz, 3. Antônio Pedro Pinto para Alferes Luiz Antonio Pinto e 4. Diversas. A série Impressos está organizada nas subséries: 1. Livros e folhetos, 2. Jornais e recortes de jornais e 3. Volantes. Já a série Documentos diversos está organizada nas subséries: 1. Documentos públicos e transcrições, 2. Índices de livros de registros de testamentos na Comarca do Serro, 3. Vereação da Vila do Serro, 4. Transcrições de documentos relativos aos ouvidores do Serro, 5. Imposto territorial, 6. Assinantes do jornal "O Serro", 7. Genealogias, 8. Dados biográficos e 9. Desenhos.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário do Fundo Alferes Luiz Antonio Pinto.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através da documentação textual original.

Dimensão/Suporte

- Textual: 1,00 metros lineares.

Consultar também

- Inventário do Fundo João Pinheiro da Silva - JP

ARISTIDES DE ARAÚJO MAIA**Código: AAM****Datas-limite: 1867-1899****Histórico/Biografia**

Aristides de Araújo Maia nasceu em Teófilo Otoni (MG) no dia 16 de dezembro de 1859 e faleceu no dia 24 de julho de 1903, no Rio de Janeiro. Foi político, magistrado, jornalista e comerciante.

Bacharelou-se em Letras pelo Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, e no ano de 1881 doutorou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo. Diplomado, voltou a Minas Gerais para exercer a função de Promotor Público e Juiz Municipal de Rio Novo.

Foi Deputado à Assembléia Provincial nos anos de 1888 e 1889. Republicano histórico, ao instalar esse regime, assumiu o governo provincial interinamente, entregando-o ao presidente Cesário Alvim, que o nomeou chefe de polícia. No período entre 1891 e 1895, foi deputado do Congresso Constituinte Federal e da 1ª Legislatura. Além de político, membro do Partido Republicano Mineiro (PRM), Aristides de Araújo Maia trabalhou no comércio e colaborou com vários jornais e revistas jurídicas. Na imprensa mineira usou o pseudônimo de "Mozambo" e em São Paulo redigiu *A República*, no ano de 1881.

Conteúdo

O acervo é composto por correspondências, licenças, testamento, artigo, recibo, atos de nomeação e abaixo-assinado. A documentação trata dos seguintes assuntos: Sociedade Beneficente Mineira Acadêmica, Associação Comercial do Rio de Janeiro, posse em diversos cargos e assuntos pessoais.

Sistema de Arranjo

Os documentos encontram-se organizados em 2 (duas) séries: 1. Vida pessoal e 2. Cargos públicos.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário do Fundo Aristides de Araújo Maia.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através dos originais.

Dimensão/Suporte

- Textual: 0,10 metros lineares.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Chefia de Polícia - POL
- Inventário do Fundo Assembléia Legislativa Provincial - AL

ARTHUR BERNARDES

Código: AB**Datas-limite: 1898-1975****Histórico/Biografia**

Arthur da Silva Bernardes nasceu em Viçosa (MG) no dia 8 de agosto de 1875 e faleceu no dia 23 de março de 1955, no Rio de Janeiro.

Em 1887, iniciou os estudos secundários no Colégio do Caraça. Porém, teve que interrompê-los devido à crise econômico-financeira ocorrida após a abolição da escravidão de 1888.

Em 1894, matriculou-se no externato do Ginásio Mineiro, em Ouro Preto. Posteriormente, matriculou-se como aluno ouvinte no primeiro ano da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais e, como acadêmico de Direito, participou de vários movimentos estudantis. Arthur Bernardes concluiu o curso na Faculdade de Direito de São Paulo em 1900.

Casou-se com Clélia Vaz de Melo, filha do Senador Carlos Vaz de Melo, chefe político de Viçosa, no ano de 1903. Após a morte do sogro, em 1904, Bernardes assumiu o comando da política municipal e também a direção do jornal *Cidade de Viçosa*. Sua ascensão política foi rápida. Pelo Partido Republicano Mineiro (PRM), foi eleito Deputado Estadual, Deputado Federal e nomeado Secretário das Finanças do Estado de Minas Gerais. Foi Presidente de Minas de 1918 a 1922, período em que fortaleceu a economia e a política mineira e reformulou o PRM.

Como homem forte do partido e do sistema, tornou-se Presidente da República em 1922. Durante a sua campanha à presidência destaca-se o episódio das “cartas falsas” a ele atribuídas, com a finalidade de incompatibilizá-lo com as Forças Armadas. Seu mandato presidencial foi cumprido em ambiente político tenso, governando praticamente sob estado de sítio e sob a ameaça revolucionária do movimento tenentista. Enfrentou grave crise econômico-financeira, mas reorganizou o crédito bancário, realizou a reforma do ensino, criou o Conselho Nacional do Trabalho, instituiu lei de imprensa e propôs uma divisão nos códigos penal e comercial. Apesar da oposição da sociedade, terminou o seu mandato fiel a seu objetivo de assegurar a qualquer preço a ordem nacional.

Ao deixar a presidência, foi eleito Senador – 1927 a 1932 –, não tendo completado o segundo mandato em função das modificações trazidas pela Revolução de 1930. Foi um dos líderes da Revolução Constitucionalista de 1932. Derrotado o movimento, foi preso e exilado em Portugal por dois anos. Anistiado, retornou ao Brasil e foi eleito Deputado Federal até 1937, quando ocorreu o golpe do Estado Novo. Foi um dos signatários do Manifesto dos Mineiros, em 1943, manifestação contrária à ditadura de Vargas. Após o período ditatorial, elegeu-se Deputado Federal.

Em 1948, como Presidente da Comissão de Segurança Nacional, criou o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. Nacionalista, em seus discursos, alertava a Nação contra o perigo do desmembramento da Amazônia e da perda da soberania nacional.

Pertenceu ao PRM, à UDN e ao PR, sendo Presidente das respectivas Comissões Executivas.

Conteúdo

O acervo textual é composto por correspondências e telegramas de natureza pessoal e política, relatórios administrativos, documentos pessoais, pareceres, processos, projetos de lei, estudos sobre nacionalização, resoluções, dossiês diversos, artigos de jornais, discursos, monografias, panfletos, volantes, folhetos e revistas. A documentação trata de diversos assuntos, tais como: negócios, impostos, colégio dos filhos, campanha política, governo, revoltas, revoluções e campanha nacionalista.

As fotografias retratam a vida familiar, a trajetória política e as comemorações do centenário de seu nascimento. Os filmes retratam: viagem do Presidente Arthur Bernardes ao Rio em campanha política, sua posse na Presidência da República, recepção ao Príncipe herdeiro da Itália, viagem do Príncipe à Bahia, posse do Presidente Mello Vianna à Presidência do Estado de Minas e banquete oferecido ao presidente do Chile no Copacabana Palace, no Rio de Janeiro.

Sistema de Arranjo

A documentação textual encontra-se organizada em 17 (dezessete) séries:

1. Documentação pessoal, 2. Produção intelectual, 3. Panfletos e volantes, 4. Recortes, 5. Deputado Federal (2), 6. Presidente de Minas Gerais, 7. Presidente da República, 8. Senador, 9. Exílio, 10. Deputado Federal (3), 11. Deputado Federal (4), 12. Deputado Federal (5), 13. Diversos, 14. Documentação complementar, 15. Anexo, 16. Folhetos e 17. Periódicos. A série Recortes está organizada em subséries: 1. Em Pasta (P); 2. Encadernados (E); 3. Avulsos (A).

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário do Fundo Arthur Bernardes;
- Sistema informatizado de pesquisa do acervo fotográfico.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através da documentação textual original. As fotografias encontram-se digitalizadas e são consultadas por meio de sistema informatizado de pesquisa.

Dimensão/Suporte

- Filmográfico: 11 rolos e 2 Fitas VHS;
- Iconográfico: 1027 fotografias;
- Textual: 16,2 metros lineares.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Arthur Bernardes Filho - ABF
- Inventário do Fundo Secretaria das Finanças - SF
- Inventário do Fundo Câmara dos Deputados - CD
- Inventário do Fundo Secretaria do Interior - SI
- Inventário do Fundo Secretaria da Agricultura - SA

Notas

A biblioteca do Arquivo Público Mineiro possui 55 livros que pertenceram a Arthur Bernardes e que foram doados à instituição.

ARTHUR BERNARDES FILHO**Código: ABF****Datas-limite: 1919-1979****Histórico/Biografia**

Arthur Bernardes Filho nasceu em Viçosa (MG) no dia 16 de setembro de 1906 e faleceu no Rio de Janeiro, a 21 de julho de 1981.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais em 1928. Iniciou a carreira política como secretário particular de seu pai, Arthur Bernardes da Silva, na Presidência da República, durante os anos de 1922 a 1926.

Em 1930, foi nomeado por Getúlio Vargas fiscal do Governo em Minas Gerais junto ao Banco Hipotecário e Agrícola. No ano de 1932, ao lado do pai, participou, como um dos seus chefes, da Revolução Constitucionalista em Minas Gerais. Exerceu o cargo de Deputado Federal durante o período de 1935 a 1937, porém, após o golpe de 10 de novembro, foi exilado na Europa durante dois anos.

Com a redemocratização do país, elegeu-se Deputado Federal no ano de 1946. Foi eleito Senador em 1947, 1951 e 1959. Em 1955, foi eleito Vice-Governador de Minas Gerais. No governo Jânio Quadros, foi Ministro da Indústria e Comércio.

Ao longo de sua vida pública cumpriu várias missões no exterior, dentre elas, destaca-se a de membro da delegação brasileira à Assembléia Geral das Nações Unidas em Paris, no ano de 1948.

Durante a Segunda Guerra Mundial, fundou a Eletromar S.A, a qual presidiu por 28 anos. Ocupou, ainda, cargos de chefia em diversas empresas e dirigiu, em Belo Horizonte, o jornal *O Debate*.

Pertenceu ao PR – do qual foi Presidente Nacional, em substituição a seu pai –, à Arena e ao PDS.

Conteúdo

O acervo é composto por documentos pessoais, fotografias, correspondências, discursos, artigos, estatutos, atas de reuniões, recortes de jornais e gravuras. A documentação pública trata de assuntos diversos, tais como: Partido Republicano, recepção ao príncipe da Itália, viagens a diversos países, eleições de 1960, reforma constitucional, energia atômica, comércio exterior, acordos políticos, Organização das Nações Unidas, correspondências entre Itamaraty e Embaixada de Washington, construção de barragem, Eletromar S.A., dentre outros.

Sistema de Arranjo

Os documentos encontram-se organizados em 9 (nove) séries: 1. Vida pessoal, 2. Atividades privadas, 3. Fiscal do Governo no Banco Hipotecário - Deputado, 4. Senador - Delegado da Onu, 5. Vice-Governador - Ministro da Indústria e Comércio, 6. Discursos - artigo, 7. Partido Republicano, 8. Jornais e recortes e 9. Gravuras.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário do Fundo Arthur Bernardes Filho;
- Sistema informatizado de pesquisa do acervo fotográfico.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através da documentação textual original. As fotografias encontram-se digitalizadas e são consultadas por meio de sistema informatizado de pesquisa.

Dimensão/Suporte

- Iconográfico: 245 fotografias;
- Textual: 0,50 metros lineares.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Arthur Bernardes - AB

AURÉLIO PIRES

Código: AP

Datas-limite: 1878-1936

Histórico/Biografia

Aurélio Egídio dos Santos Pires nasceu no Serro (MG), no dia 23 de março de 1862, e faleceu no Rio de Janeiro (RJ), em 25 de fevereiro de 1937.

Aos 17 anos, publicou seu primeiro artigo no jornal de estudantes de Diamantina, *A Mocidade*. Na mesma cidade, editou o órgão republicano *Idéia Nova*, durante o período de 1879 a 1881.

Em 1894, formou-se em farmácia pela Escola de Farmácia de Ouro Preto (EFOP). No ano de 1897, mudou-se para Belo Horizonte, cidade ainda em construção, e abriu a Farmácia Aurélio Pires, que manteve até outubro de 1903. Na capital, foi Reitor do Ginásio Mineiro, diretor e professor de Geografia, História e Educação Moral e Cívica na Escola Normal Oficial.

Entre 1910 e 1913, desempenhou, no Rio de Janeiro, o cargo de Diretor de Seção do Ministério da Viação e Obras Públicas. Ao regressar a Belo Horizonte, entrou para o corpo docente da então Faculdade Livre de Medicina, onde regeu as cadeiras de Toxicologia e Farmacologia (1913-1933). A convite do Presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada dirigiu o Arquivo Público Mineiro de janeiro de 1927 a agosto de 1930.

Aurélio Pires publicou as seguintes obras: *Evangelina*; *Sinonímia química*; *Homenagem ao Dr. João Pinheiro da Silva*; *Subsídios para a história da fundação da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte*; *Compêndio de farmácia galênica*; e *Homens e fatos de meu tempo*.

Antônio Olyntho dos Santos Pires, irmão de Aurélio Pires, nasceu no Serro (MG) no dia 15 de dezembro de 1860, e faleceu em Belo Horizonte (MG), em 25 de fevereiro de 1925.

Graduou-se como engenheiro de minas na Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP) no ano de 1882. A partir de 1884, exerceu a profissão de professor de Matemática e de Agrimensura, Topografia e Cosmografia, na escola em que se diplomara.

Foi Chefe do Partido Constitucional e participou do 1º Congresso Republicano realizado em Ouro Preto no ano de 1888. À mesma época, assumiu a direção do órgão republicano *O Movimento*.

Elegeu-se Deputado Federal Constituinte para o período de 1891 a 1896, porém, renunciou ao mandato em novembro de 1894. Retornou ao jornalismo ao fundar e dirigir *O Estado de Minas*, em Ouro Preto, durante o período de 1893 e 1894.

Dentre as diversas funções que exerceu ao longo de sua trajetória, foi Chefe da Missão Brasileira junto à exposição de Saint-Louis nos Estados Unidos, no ano de 1904.

Deixou numerosos estudos sobre problemas históricos e científicos, publicados em revistas, e escreveu *Silhuetas parlamentares*, com o pseudônimo de “Lúcio Floro” no ano de 1898 e *A mineração no Brasil: riquezas minerais*, publicada em 1902, no *Livro do Centenário do Descobrimento do Brasil*.

Conteúdo

O acervo é composto por recortes de jornais, crônicas literárias, folheto, artigos, cartas, cartões, telegramas, bilhetes, fotografias e discursos. A documentação trata de assuntos diversos, tais como: movimento republicano, eleições, Universidade de Minas Gerais, Escola de Farmácia de Ouro Preto, Arquivo Público Mineiro e assuntos pessoais.

Sistema de Arranjo

Os documentos encontram-se organizados em 5 (cinco) séries: 1. Recortes de jornais, crônicas literárias, artigos sobre política e poemas, 2. Assuntos históricos, 3. Antônio Olyntho dos Santos Pires, 4. Diretor do Arquivo Público Mineiro - Docente na Faculdade Livre de Medicina e 5. Discursos.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário do Fundo Aurélio Pires;
- Sistema informatizado de pesquisa do acervo fotográfico.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através da documentação textual original. As fotografias encontram-se digitalizadas e são consultadas por meio de sistema informatizado de pesquisa.

Dimensão/Suporte

- Iconográfico: 03 fotografias;
- Textual: 0,30 metros lineares.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Arquivo Público Mineiro - FAPM

BARÃO HOMEM DE MELLO**Código: BHM****Datas-limite: 1871-1902****Histórico/Biografia**

Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello nasceu em Pindamonhangaba (SP), no dia 1º de maio de 1837, e faleceu em Campo Belo, hoje Homem de Melo (RJ), em 4 de janeiro de 1918.

Em 1858, formou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo e, logo em seguida, regressou à terra natal, onde foi eleito presidente da Câmara Municipal para o período de 1860 a 1861. Em 1861, foi nomeado professor de História Universal do Colégio Pedro II.

Presidiu a província de São Paulo (1864), do Ceará (1865-1866), do Rio Grande do Sul (1867-1868) e da Bahia (1878). Eleito deputado da Assembléia Geral Legislativa pela província de São Paulo, para a legislatura de 1867 a 1868, teve o seu mandato cassado pela dissolução da Câmara; a província renovou-lhe, porém, esse mandato, na legislatura de 1878 a 1881.

Por duas vezes exerceu o cargo de diretor do Banco do Brasil (1869-1874 e 1876-1878). De 1873 a 1878 foi inspetor da instrução pública primária e secundária do Rio de Janeiro. Durante esse período foi também presidente da Companhia da Estrada de Ferro São Paulo-Rio de Janeiro. Em 1880, foi ministro do Império do Gabinete Saraiva, permanecendo no posto até a queda do gabinete, em 3 de novembro de 1881. Foi por duas vezes, no mesmo gabinete, ministro interino da pasta da Guerra.

A República o afastou da política, e ele retornou ao magistério, ao estudo das ciências e das artes. Em 1889, com a fundação do Colégio Militar, Barão Homem de Mello foi nomeado professor de História Universal e de Geografia. Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Histórico de São Paulo e do Instituto Geográfico Argentino.

Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello publicou diversos trabalhos em revistas e jornais sobre assuntos históricos, dentre eles *Estudos Históricos Brasileiros* e *Esboços Biográficos Brasileiros*.

Conteúdo

O acervo é composto por correspondências, declarações, requerimentos e discursos. A documentação trata dos seguintes assuntos: Colégio Militar, Escola Nacional de Belas Artes, Instituto Histórico Geográfico e Ministério da Guerra.

Sistema de Arranjo

Os documentos encontram-se organizados em quatro dossiês: 1. Professor no Colégio Militar, 2. Escola Nacional de Belas Artes, 3. Ministro da Guerra e 4. Produção intelectual.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário do Fundo Barão Homem de Mello.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através dos originais.

Dimensão/Suporte

- Textual: 0,10 metros lineares.

CAMILLO FILINTO PRATES**Código: CFP****Datas-limite: 1885-1925****Histórico/Biografia**

Camillo Filinto Prates nasceu em Grão Mogol (MG), no dia 29 de dezembro de 1859, e faleceu em Belo Horizonte (MG), em 13 de dezembro de 1940.

Estudou Humanidades em Ouro Preto e, em 1880, iniciou a carreira de professor de Matemática e Ciências Físicas e Naturais na Escola Normal de Montes Claros, cidade onde também militou no jornalismo.

Foi Deputado Provincial entre 1882 e 1889. Após a proclamação da República, foi nomeado Presidente da Intendência Municipal de Montes Claros, cargo que exerceu até 1891, quando foi eleito Deputado Estadual Constituinte para a 1ª Legislatura, entre 1891 a 1895. Fez parte da Comissão dos Onze, que revisou o projeto da Constituição mineira. Integrou, ainda, a comissão incumbida de formular os projetos de lei relativos à mudança da Capital do Estado, de Ouro Preto para Belo Horizonte. Em 1895, elegeu-se novamente Deputado Estadual e, em 1899, Senador Estadual. No ano de 1907, foi nomeado inspetor técnico de ensino. Em 1909, foi eleito Deputado Federal, cargo que ocupou até 1934.

No Império, pertenceu ao Partido Liberal, na República, ao Partido Republicano Mineiro (PRM).

Conteúdo

O acervo é composto por correspondências de natureza pessoal e política, pedidos diversos e agradecimentos. Os documentos abordam assuntos diversos, tais como: eleições, Partido Republicano e comentários sobre a república.

Sistema de Arranjo

Os documentos encontram-se organizados cronologicamente de acordo com as seguintes funções: deputado, presidente de Intendência de Montes Claros e senador.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário do Fundo Camillo Filinto Prates.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através dos originais.

Dimensão/Suporte

- Textual: 0,10 metros lineares.

Consultar Também

- Inventário do Fundo David Moretzsohn Campista - DMC
- Inventário do Fundo Assembléia Legislativa Provincial - AL
- Inventário do Fundo Câmara dos Deputados - CD
- Inventário do Fundo Senado Mineiro - SM

CHRISPIM JACQUES BIAS FORTES**Código: CBF****Datas-limite: 1869-1928****Histórico/Biografia**

Chripim Jacques Bias Fortes nasceu em Livramento, distrito de Barbacena (MG), no dia 25 de outubro de 1847, e faleceu na cidade de Barbacena (MG), no dia 14 de maio de 1917. Foi político, magistrado, advogado, promotor e fazendeiro.

Cursou a Faculdade de Direito de São Paulo, pela qual se bacharelou em Ciências Jurídicas e Sociais em 1870. No início de sua vida pública, exerceu os cargos de Promotor de Justiça e de Juiz Municipal em Barbacena. Filiado ao Partido Liberal, em 1881, elegeu-se Deputado Provincial, sendo reeleito para o mandato de 1882 a 1889.

Instalado o regime republicano, exerceu o Governo Provisório de Minas Gerais em quatro períodos, entre os anos de 1890 a 1891.

Foi eleito Senador Constituinte para a 1ª Legislatura, que compreendia o período de 1891 a 1895. Como Presidente da Assembléia Constituinte, teve participação decisiva na elaboração da primeira Constituição Republicana do Estado. Em 1894, foi eleito presidente de Minas Gerais. No seu governo, em 1897, a Capital do Estado foi transferida de Ouro Preto para Belo Horizonte.

Em Minas Gerais, Bias Fortes procurou desenvolver a agricultura, atraindo imigrantes para a lavoura e para o povoamento das terras incultas, ao mesmo tempo em que cuidava de reformar o ensino agrícola e veterinário e de ampliar a rede de vias férreas. Cumprido o período presidencial, retornou ao Senado e ali permaneceu até falecer, em 1917.

Conteúdo

O acervo é composto por correspondências, procurações, inventários, petições, cópias de contratos, recibos e recortes de jornais, A documentação trata de assuntos diversos, tais como: assuntos pessoais, política mineira, ensino, transações financeiras e penitenciária de Uberaba.

Sistema de Arranjo

Os documentos encontram-se organizados em 6 (seis) séries: 1. Vida pessoal, 2. Advogado, 3. Governador, 4. Senador, 5. Pós morte - recortes de jornais, 6. José Bias Fortes e correspondências de terceiros.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário do Fundo Chripim Jacques Bias Fortes.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através dos originais.

Dimensão/Suporte

- Textual: 0,40 metros lineares.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Arthur Bernardes Filho - ABF
- Inventário do Fundo Assembléia Legislativa Provincial - AL
- Inventário do Fundo Senado Mineiro - SM

DAVID MORETZSOHN CAMPISTA**Código: DMC****Datas-limite: 1887-1953****Histórico/Biografia**

David Moretzsohn Campista nasceu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 22 de janeiro de 1863, e faleceu em Copenhague, Dinamarca, a 12 de outubro de 1911. Foi político, professor, promotor, advogado, jurista e diplomata.

Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1883. Fixou residência em Rio Preto, Província de Minas Gerais, onde advogou, foi Agente Executivo Municipal, exerceu a Promotoria Pública e organizou o Clube Republicano de Rio Preto. Em 1891, foi nomeado intendente de Rio Preto, onde instalou a primeira tipografia e lançou o primeiro jornal, o *Rio Preto*.

Foi Deputado Estadual durante o período de 1891 a 1892. Assumiu a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas no governo Afonso Pena, durante o período de 1892 a 1894. Como secretário, incentivou o ensino profissional, criou os institutos zootécnicos de Uberaba e Campanha e os institutos agrônômicos de Itabira e de Leopoldina. Organizou também a Comissão Construtora da Nova Capital e introduziu no Estado 50 mil imigrantes estrangeiros. Entre 1894 e 1898, dirigiu o serviço de imigração na Europa como comissário do governo mineiro em Gênova, Itália. Posteriormente, foi Secretário das Finanças do Presidente Silvano Brandão (1899-1902).

Durante o período de 1903 a 1906, exerceu o cargo de Deputado Federal, quando foi o relator do projeto de reforma do Banco da República, depois Banco do Brasil. Renunciou ao mandato para dirigir o Ministério da Fazenda em 1906. Em 1910, foi nomeado enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Noruega e Dinamarca. Transferido para a legação de Paris, não chegou a assumir o cargo, pois faleceu em Copenhague. Além da atividade política, David Moretzsohn dedicou-se à pintura e à música.

Conteúdo

O acervo é composto por correspondências e recortes de jornais. A documentação trata de assuntos diversos, tais como: política, Clube Republicano, questões internacionais, publicação de livro, construção de Belo Horizonte, nomeação como ministro da Fazenda e posse como secretário de Estado.

Sistema de Arranjo

Os documentos encontram-se organizados em 5 (cinco) séries: 1. Promotor público, fundador do Clube Republicano, Presidente do Conselho de Intendência; 2. Deputado e Secretário da Agricultura; 3. Serviço de imigração; 4. Deputado Federal, Ministro da Fazenda, Secretário de Finanças; e 5. Recortes de jornais.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário do Fundo David Moretzsohn Campista;
- Sistema informatizado de pesquisa do acervo fotográfico.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através da documentação textual original. A fotografia encontra-se digitalizada e é consultada por meio de sistema informatizado de pesquisa.

Dimensão/Suporte

- Iconográfico: 01 fotografia;
- Textual: 0,20 metros lineares.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Secretaria da Agricultura - SA
- Inventário do Fundo Câmara dos Deputados - CD

Notas

A documentação foi doada ao Arquivo Público Mineiro pela família de David Moretzsohn Campista através de Olga C. Moretzsohn.

FELISBERTO GOUVEIA HORTA**Código: FGH****Datas-limite: 1867-1905****Histórico/Biografia**

Felisberto Gouveia Horta, entre 1867 e 1907, foi Juiz Municipal de Órfãos e de Direito do termo e comarca de Paraibuna, Procurador Fiscal e dos Feitos da Fazenda Provincial e Juiz de Direito das comarcas de Rio Verde, Campanha e Três Corações. Em 1881, foi nomeado Cavaleiro da Ordem da Rosa por D. Pedro II e, no ano seguinte, como Juiz de Direito de Campanha, combateu o Movimento Separatista do Sul de Minas Gerais. No ano de 1907, foi nomeado Prefeito de Poços de Caldas.

Conteúdo

O acervo é composto por correspondências, atestados, requerimentos, diplomas, panfletos, mensagens, ofício e jornal. A documentação trata dos seguintes assuntos: trabalho como juiz e como prefeito de Poços de Caldas, assuntos pessoais, Clube Literário Josefino de São João Del Rei e Movimento Separatista do Sul de Minas.

Sistema de Arranjo

Os documentos encontram-se organizados em 3 (três) séries: 1. Cargos públicos, 2. Vida pessoal e 3. Movimento Separatista do Sul de Minas.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário do Fundo Felisberto Gouveia Horta.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através dos originais.

Dimensão/Suporte

- Textual: 0,10 metros lineares.

FRANCISCO DE ASSIS BARBOSA**Código: FAB****Datas-limite: 1956****Histórico/Biografia**

Francisco de Assis Barbosa nasceu em Guaratinguetá (SP), no dia 21 de janeiro de 1914, e faleceu no Rio de Janeiro (RJ), em 8 de dezembro de 1991.

Em 1931, ingressou na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, depois Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Iniciou a atividade de jornalista ainda estudante e trabalhou nos seguintes jornais e revistas: *A Noite*, *A Noite Ilustrada*, *O Imparcial*, *Vamos Ler*, *Carioca*, *Diretrizes*, *Revista do Globo*, *Correio da Manhã*, *Diário Carioca*, *Folha da Manhã*, de São Paulo, e *Última Hora*.

Concomitantemente ao jornalismo, exerceu cargos administrativos, técnicos e de assessoria editorial. Dirigiu o Anuário Brasileiro de Literatura, o Centro de Estudos Históricos da Fundação Casa de Rui Barbosa e a Associação Brasileira de Escritores. Foi assessor editorial e redator da enciclopédia BARSa e da coleção dos Anais e Documentos Parlamentares. Elaborou o plano de reestruturação do sistema de arquivos de São Paulo. Trabalhou no Serviço de Documentação da Presidência da República e na Casa Civil, durante o governo de Juscelino Kubitschek.

Em 1968, como professor visitante da Universidade de Wisconsin, nos Estados Unidos, ministrou o curso de História das Idéias Políticas no Brasil. Foi também membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Publicou várias obras, dentre as quais se destacam *A vida de Lima Barreto*, *Retratos de família* e *Juscelino Kubitschek: uma revisão na política brasileira*.

Conteúdo

O acervo é composto por correspondências, cartões, circulares e recortes de jornais. A documentação trata de assuntos pessoais; nomeação, atuação e exoneração do cargo de secretário da Casa Civil da Presidência da República; carreira jornalística e visita à redação de diversos jornais e museus.

Sistema de Arranjo

Os documentos encontram-se organizados em 3 (três) séries: 1. Vida pessoal, 2. Gabinete Civil da Presidência da República e 3. Recortes de jornais.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário do Fundo Francisco de Assis Barbosa.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através dos originais.

Dimensão/Suporte

- Textual: 0,10 metros lineares.

JOÃO PINHEIRO DA SILVA**Código: JP****Datas-limite: 1710-1966****Histórico/Biografia**

João Pinheiro da Silva nasceu no Serro (MG) no dia 16 de dezembro de 1860 e faleceu em 25 de outubro de 1908, na cidade de Belo Horizonte (MG).

Diplomou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1887. Paralelamente aos estudos, dedicou-se a outras atividades, como o jornalismo, o magistério e a política. Após sua formatura, João Pinheiro mudou-se para Ouro Preto, local onde estabeleceu um escritório de advocacia. Na cidade, foi um dos organizadores do Clube Republicano e, em julho de 1888, liderou a organização do primeiro Partido Republicano Mineiro, passando a dirigir o seu jornal *O Movimento*.

Em 1889, candidatou-se ao cargo de Deputado Provincial. No ano seguinte, foi nomeado, pelo Governo Provisório, Secretário do Estado de Minas Geraes. Foi o primeiro Vice-Governador do Estado de Minas Gerais, no governo de Cesário Alvim. Em fevereiro de 1890, substituiu este último na direção do governo mineiro e permaneceu no cargo até julho do mesmo ano, quando renunciou. Após deixar o governo, elegeu-se Deputado Federal e foi escolhido representante de Minas na Primeira Assembléia Constituinte Republicana.

No ano de 1899, assumiu a presidência da Câmara Municipal de Caeté e exerceu também a função de agente executivo nesta mesma cidade. Em 1903, presidiu o Primeiro Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais. No ano de 1904, foi eleito para o Senado Federal, cargo que exerceu por pouco tempo, pois em 1906, tornou-se Presidente de Minas Gerais.

Como Presidente, dedicou-se principalmente às tarefas administrativas, buscando por em prática as estratégias que julgava apropriadas para tirar Minas da situação de estagnação econômica em que se encontrava. Empenhou-se também na solução das questões políticas, sociais e educacionais do Estado. Deu início à reforma do ensino primário e técnico-profissional, criou a Escola Normal de Belo Horizonte e fundou o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Conteúdo

O acervo é composto por recibos, cadernos escolares, cartas, bilhetes, telegramas, discursos, poemas, dossiês, artigos, estatutos de sociedades filantrópicas, relatórios sobre cooperativas mineiras, entre outros.

As fotografias retratam momentos de sua família, paisagens mineiras e fábrica de cerâmica fundada e dirigida por João Pinheiro.

Sistema de Arranjo

Os documentos encontram-se organizados em 11 (onze) séries: 1. Documentos pessoais; 2. Correspondência; 3. Produção intelectual; 4. Diversos; 5. Documentos complementares; 6. Recortes de jornais; 7. Folhetos; 8. Jornais; 9. Livros; 10. Plantas, projetos, prospectos e catálogos; e 11. Fotografias.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário do Fundo João Pinheiro da Silva;
- Sistema informatizado de pesquisa do acervo fotográfico;
- Sistema informatizado de pesquisa do acervo cartográfico.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através da documentação original. As fotografias encontram-se digitalizadas e são consultadas por meio de sistema informatizado de pesquisa.

Dimensão/Suporte

- Iconográfico: 91 fotografias;
- Cartográfico: 32 plantas, projetos, prospectos e catálogos;
- Textual: 2,77 metros lineares.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Assembléia Legislativa Provincial - AL

Notas

A documentação foi doada ao Arquivo Público Mineiro por Israel Pinheiro.

MANOEL BASÍLIO FURTADO**Código: MBF****Datas-limite: 1873-1953****Histórico/Biografia**

Manoel Basílio Furtado nasceu em Queluz (MG) no dia 2 de novembro de 1826 e faleceu em 13 de maio de 1903.

Formou-se em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1857. Posteriormente, trabalhou no Hospital de Nossa Senhora da Lapa, na Santa Casa de Misericórdia da Corte (RJ) e em diversas cidades mineiras.

Seu primeiro cargo político foi de vereador de Mar de Espanha. Em 1868, foi eleito Deputado da Assembléia Provincial Mineira. Participou também de excursões científicas nas províncias do Espírito Santo e do Rio de Janeiro e publicou inúmeros trabalhos antropológicos e etnológicos. Destacou-se como fotógrafo, deixando riquíssimo acervo.

Conteúdo

O acervo é composto por correspondências, anotações, rascunhos, dicionários, artigos e jornais. A documentação trata de assuntos como viagens e estudos científicos sobre antropologia e etnologia.

Sistema de Arranjo

Os documentos encontram-se organizados em 2 (duas) séries: 1. Naturalista e 2. Diversos.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário do Fundo Manoel Basílio Furtado.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através dos originais.

Dimensão/Suporte

- Textual: 0,10 metros lineares.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Assembléia Legislativa Provincial - AL

Notas

A documentação foi doada ao Arquivo Público Mineiro por Amélia Terezinha Furtado.

OLEGÁRIO MACIEL**Código: OM****Datas-limite: 1895-1984****Histórico/Biografia**

Olegário Dias Maciel nasceu em Bom Despacho (MG) no dia 6 de outubro de 1885 e faleceu em Belo Horizonte, a 5 de setembro de 1933.

Fez o curso de Humanidades, no Colégio do Caraça (MG), e diplomou-se em Engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1878.

Iniciou a carreira política ainda no Império, ao se eleger Deputado Provincial no período de 1880 a 1883. Em Patos de Minas, foi Agente Executivo Municipal. Em 1888, foi nomeado engenheiro superintendente da Companhia Belga da Estrada de Ferro Pitangui-Patos.

Voltou à política como Deputado Estadual para a legislatura de 1891 a 1895 e, em seguida, foi Deputado Federal (1894-1911). No período presidencial de Venceslau Brás ocupou os cargos de Consultor Técnico do Ministério da Viação e de Inspetor-Geral dos Serviços de Vias Férreas.

Em 1922, por indicação do Partido Republicano Mineiro, exerceu o cargo de Vice-Presidente do Estado de Minas Gerais. Entre 1924 e 1930 foi Senador Estadual.

Quando ocupava o cargo de Senador Federal foi escolhido, em 1930, candidato de conciliação do Partido Republicano Mineiro à Presidência do Estado de Minas Gerais. Suspensa a ordem constitucional, em 1930, e criado o Governo Provisório da República, continuou à frente do Executivo mineiro até falecer em 1933.

Conteúdo

O acervo é composto por correspondências, atas, moções, manifestos, relatórios, recibos, procurações, apólices, livros de registros, discursos, jornais e revistas. A documentação trata de assuntos diversos tais como: questões pessoais, candidatura ao governo do estado e ao senado federal, eleições, situação de grupos escolares, Partido Republicano Mineiro, Partido Progressista, Revolução de 1930, Aliança Liberal, Constituição de 1933 e Conselho Nacional do Café.

Sistema de Arranjo:

Os documentos encontram-se organizados em 8 (oito) séries: 1. Vida pessoal, 2. Vice-presidente de Minas Gerais, 3. Senador Estadual e Federal, 4. Presidente do Estado de Minas Gerais, 5. Discursos, 6. Jornais, revistas, recortes e panfletos, 7. Diversos e 8. Pós morte.

Instrumentos de Pesquisa:

- Inventário do Fundo Olegário Maciel;
- Sistema informatizado de pesquisa do acervo fotográfico;
- Sistema informatizado de pesquisa do acervo cartográfico.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através dos originais. As fotografias encontram-se digitalizadas e são consultadas por meio de sistema informatizado de pesquisa.

Dimensão/Suporte

- Cartográfico: 05 mapas e plantas;
- Iconográfico: 628 fotografias;
- Textual: 3,60 metros lineares.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Secretaria do Interior - SI
- Inventário do Fundo Assembléia Legislativa Provincial - AL
- Inventário do Fundo Senado Mineiro - SM
- Inventário do Fundo Câmara dos Deputados - CD

Notas

A documentação foi doada ao Arquivo Público Mineiro por familiares através de Doris Caixeta.

PEDRO ALEIXO**Código: PA****Datas-limite: 1925-2001****Histórico/Biografia**

Pedro Aleixo nasceu no Distrito de São Sebastião (hoje Bandeirantes), município de Mariana (MG), no dia 1º de agosto de 1901, e faleceu em Belo Horizonte (MG), a 3 de março de 1975.

Bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais em 1922. Durante o curso, dirigiu a *Revista Acadêmica*. Imediatamente após a formatura passou a exercer a advocacia e, ao mesmo tempo, militou na imprensa, primeiro no *Diário da Manhã* (1923) e, em seguida, no *Estado de Minas*, do qual foi um dos fundadores, em 1927. Durante o período de 1927 a 1930, integrou o Conselho Deliberativo Municipal de Belo Horizonte.

Eleito Deputado da Assembléia Nacional Constituinte, contribuiu para a elaboração da Constituição de 1934. Em maio de 1937, foi eleito Presidente da Câmara dos Deputados. No ano de 1938, foi escolhido Presidente do Instituto dos Advogados de Minas Gerais e Diretor Jurídico do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais. Em 1943, assinou o Manifesto dos Mineiros, sendo, em consequência, afastado do Banco Hipotecário.

Foi eleito Deputado da Assembléia Nacional Constituinte para o período de 1947 a 1951, mas licenciou-se de março de 1949 a julho de 1950 para administrar a Secretaria do Interior no Governo de Milton Campos. Elegeu-se Deputado Federal para o período de 1959 a 1963 e foi reeleito para a legislatura de 1963 a 1967.

Na presidência de Jânio Quadros, foi líder do Governo na Câmara dos Deputados. No período de Castelo Branco, foi líder do Governo e, depois, no ano de 1966, Ministro da Educação e Cultura. No governo de Arthur da Costa e Silva, foi escolhido Vice-Presidente da República pelo Colégio Eleitoral.

Como membro do Conselho de Segurança Nacional, foi contra o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, pois afirmava que as medidas adotadas institucionalizariam a ditadura e seriam um perigo para a ordem constitucional. Ao presidir a Comissão de Juristas, incumbida de preparar a reforma constitucional em 1969, tentou introduzir medidas que desfizessem o regime de arbítrio instalado.

Com a doença e morte do presidente Costa e Silva, foi impedido pelos militares de assumir a presidência da República.

Em 1970, rompeu com o governo, retornou a Minas, voltou a exercer a advocacia e dedicou-se à criação do Partido Democrata Republicano, que no momento do seu falecimento já estava praticamente instituído. A proposta desse partido consistia na manutenção, defesa e aperfeiçoamento do regime democrático definido na Constituição, além do compromisso de assegurar e preservar os direitos fundamentais da pessoa humana.

Pedro Aleixo foi também um dos fundadores da Faculdade Mineira de Direito, hoje integrante da PUC-MG, e ali foi catedrático de Direito Penal. Foi ainda membro da Academia Mineira de Letras e fundador da instituição de assistência a menores, Fundação São José, em Ibitaré (MG).

Conteúdo

O acervo é composto por diplomas, fotografias, correspondências, livros, revistas, jornais, anais, textos, discursos, processos, projetos de leis, estatutos e regimentos. A documentação trata de diversos assuntos, tais como: vida privada e pública, Aliança Renovadora Nacional, aula proferida na Universidade de Itaúna, Partido Democrata Republicano (PDR), Clube do Congresso, Reforma da Magna Carta de 24 de janeiro de 1967 e fundação da Academia Marianense de Letras.

Sistema de Arranjo

Os documentos encontram-se ordenados cronologicamente. O fundo, no entanto, ainda não está totalmente organizado.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário do Fundo Pedro Aleixo;
- Sistema informatizado de pesquisa do acervo fotográfico.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através da documentação textual original. Parte do acervo não se encontra disponível para consulta, pois não está organizada. As fotografias encontram-se digitalizadas e são consultadas por meio de sistema informatizado de pesquisa.

Dimensão/Suporte

- Iconográfico: 291 fotografias;
- Textual: 5,46 metros lineares;
- Sonoro: 13 discos e fitas cassetes;
- Tridimensional: 09 objetos.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Secretaria do Interior - SI

Notas

A documentação foi doada ao Arquivo Público Mineiro por familiares, através de seu filho, Padre Aleixo.

PERCIVAL FARQUHAR**Código: PF****Datas-limite: 1897-1967****Histórico/Biografia**

Percival Farquhar nasceu em 19 de outubro de 1864, em York (Pensilvânia), nos Estados Unidos, e morreu no dia 4 de agosto de 1953, em Nova Iorque.

Cursou o colegial no York Collegiate Institute e, em 1884, formou-se em engenharia pela Faculdade de Yale. No ano de 1890, trabalhou com negócios referentes a transportes e outros serviços públicos na América Central. Em 1900, participou da administração de várias empresas nos Estados Unidos.

Suas atividades industriais no Brasil começaram a partir de 1904, quando, em sociedade com o também engenheiro norte-americano F. S. Pearson e o advogado canadense Alexander Mackenzie, fundou no Rio de Janeiro a *Light and Powers*, responsável pelos serviços públicos de iluminação, e a *Tramways*, encarregada do transporte público realizado através de bondes.

Em 1905, obteve concessão para construir e explorar o Porto de Belém. Fundou a *Brazil Railway Company* em 1906, cujo projeto era construir um sistema ferroviário que unificasse a América do Sul. Entre 1907 e 1912 construiu a Ferrovia Madeira-Mamoré e fundou a Companhia de Navegação da Amazônia, a *Amazon Development Company* e a *Amazon Land & Colonization Company*. Por volta de 1914, suas indústrias entraram em falência.

Em 1919, apresentou um programa de ativação da *Itabira Iron Ore Company*, empresa de um grupo britânico para o qual já havia trabalhado como advogado e que passou a administrar. O projeto foi analisado pelo Congresso, em 1939, e declarado caduco. Farquhar fundou com empresários brasileiros a Companhia Brasileira de Mineração, a qual incorporou parte dos bens da *Itabira* e suas jazidas. Em 1942, o governo fundou a Cia. Vale do Rio Doce e comprou todos os direitos e propriedades da *Itabira Iron Ore Company*.

Em 1946, Farquhar criou a Companhia de Aços Especiais (Acesita), porém, a partir de 1952, o controle desta companhia passou a ser exercido pelo Banco do Brasil.

Conteúdo

O acervo é composto por correspondências, propostas de contratos, memorandos, estatutos e regimentos de suas empresas. Contém ainda biografias do titular.

Sistema de Arranjo

Os documentos encontram-se organizados em 6 (seis) séries: 1. Correspondência referente à Itabira Iron; 2. Contratos Itabira Iron; 3. Memorandos e apontamentos: Usina Queiroz Júnior, Mina de S. Bento e Acesita; 4. Estatutos

e regimentos: Companhias Mineradoras; 5. Legislação e outros assuntos;
6. Biografias do titular.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário do Fundo Percival Farquhar;
- Sistema informatizado de pesquisa do acervo cartográfico.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através dos originais.

Dimensão/Suporte

- Textual: 0,10 metros lineares;
- Cartográfico: 1 mapa.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Olegário Maciel - OM
- Inventário do Fundo Arthur Bernardes - AB

Notas

A documentação foi doada ao Arquivo Público Mineiro por Charles A. Gauld.

Coleções

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO**Código: CAPM****Datas-limite: 1742-1990****Histórico/Biografia**

Os documentos desta coleção foram doados ao Arquivo Público Mineiro por correspondentes oficiais, particulares e famílias, como: Antônio Borges Sampaio, Carlos Prates, Euclides Leonardi, Família Almeida Barbosa, Família Donato Donati, Francisco Manoel Franco, Olavo Bilac Pinto, Rubens Ricciardi e Saul Coelho.

Conteúdo

A documentação trata dos seguintes assuntos: Inconfidência Mineira, homenagens a Tiradentes, Napoleão Bonaparte, Governo Imperial, Movimento separatista do sul de Minas, republicanismo, Assembléia Constituinte de 1946, Golpe militar de 1964, Leopoldo Guido Marliere, lei orgânica de Belo Horizonte, eleições em Diamantina, centenário do General Gomes Carneiro, mineralogia, regimento das minas, monografia sobre São Domingos do Prata, inauguração de asilo em Ouro Preto, nomeações para cargos públicos, calendário perpétuo francês, Mina de Gongo Soco, dentre outros. Contém também partituras musicais.

Sistema de Arranjo

Os documentos estão organizados em ordem cronológica e agrupados em dossiês: 1. Inconfidência Mineira, 2. Partidos e Clubes Republicanos, 3. Golpe Militar de 1964 e 4. Diversos.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário da Coleção Arquivo Público Mineiro;
- Sistema informatizado de pesquisa do acervo cartográfico.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através dos originais.

Dimensão/Suporte

- Textual: 0,90 metros lineares.
- Cartográfico: 87 mapas.

AVULSOS DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS**Código:** AVC**Datas-limite:** 1693-1827**Histórico/Biografia**

Em 1987, o Arquivo Público Mineiro realizou a organização da documentação não encadernada da Capitania de Minas Gerais referente ao século XVIII e às três primeiras décadas do século XIX. A maioria dos documentos foi identificada como pertencente aos fundos Secretaria de Governo e Câmara Municipal de Ouro Preto. Entretanto, não foi possível definir a proveniência de alguns documentos. Estes foram agrupados e deram origem à Coleção Avulsos da Capitania de Minas Gerais.

Conteúdo

A coleção é formada por compromissos de Irmandades; auto de ereção, medição e tomo de vilas; instruções para o governo da capitania; testamento; correspondências e recibos de pagamentos de dízimos.

Sistema de Arranjo

Os documentos encontram-se ordenados cronologicamente.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário da Coleção Avulsos da Capitania de Minas Gerais;
- Listagem da documentação não encadernada da Capitania da Coleção Avulsos da Capitania de Minas Gerais.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita por meio de microfimes.

Dimensão/Suporte

- Textual: 1,5 metros lineares.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) - SC
- Inventário do Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto - CMOP

Notas

Na Listagem da documentação não encadernada da Capitania de Minas Gerais, elaborada em 1992, esse conjunto documental é denominado Fundo Avulsos da Capitania de Minas Gerais. Em 2006, esta denominação foi alterada para Coleção Avulsos da Capitania de Minas Gerais. Percebeu-se que, tendo em vista a diversidade de produtores encontrados nos documentos, não se tratava de um fundo documental.

CONSTÂNCIA GUIMARÃES**Código: CG****Datas-limite:1887****Histórico/Biografia**

Constância Guimarães nasceu no ano de [1871] e faleceu em [1887] de tuberculose, em Ouro Preto. Era irmã do poeta Alphonsus Guimarães e filha do escritor mineiro Bernardo Guimarães e de Teresa Maria Gomes Guimarães.

Conteúdo

O acervo é formado por cartas e bilhetes de Constância a seus familiares relatando o cotidiano em Ouro Preto, seu estado de saúde, notícias da família e dos amigos e notas genealógicas. Possui fotografias de família e amigos.

Sistema de Arranjo

A documentação encontra-se organizada em 2 (duas) séries: 1. Cartas e 2. Diversos.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário da Coleção Constância Guimarães;
- Sistema informatizado de pesquisa do acervo fotográfico.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através da documentação textual original. As fotografias encontram-se digitalizadas e são consultadas por meio de sistema informatizado de pesquisa.

Dimensão/Suporte

- Iconográfico: 06 fotografias;
- Textual: 0,10 metros lineares.

Notas

A documentação foi doada ao Arquivo Público Mineiro por José Guimarães Alves.

DIPLOMAS**Código: DPL****Datas-limite: 1745-1953****Histórico/Biografia**

A coleção é composta por diplomas e certificados de origem diversas doados ao Arquivo Público Mineiro.

Conteúdo

Alguns diplomas conferem títulos de bacharéis em diversas áreas: Cânones; Ciências Jurídicas; Matemática; Letras; Engenharia; Ciências Médicas; Geografia e Magistério. Existem também certificados que conferem títulos de sócios a membros de agremiações e associações. Parte significativa dessa coleção compõe-se de diplomas comemorativos da Exposição Nacional de 1875; da Exposição Universal de Paris, em 1889; e da Exposição Universal de Saint-Louis, em 1904. Tal coleção também engloba diplomas de honra que concedem aos titulares medalhas comemorativas e outras honorárias.

Sistema de Arranjo

Os diplomas estão ordenados cronologicamente. Aqueles que se referem a uma mesma pessoa estão agrupados em dossiês.

Instrumentos de Pesquisa

- Catálogo da Coleção de Diplomas.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através dos originais.

Dimensão/Suporte

- Iconográfico: 136 diplomas.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA**Código: DIP****Datas-limite: [1939-1945]****Histórico/Biografia**

O Departamento de Imprensa e Propaganda foi criado por decreto presidencial, em dezembro de 1939, com o objetivo de difundir a ideologia do Estado Novo junto às camadas populares. Mas sua origem remonta a um período anterior. Em 1931, foi criado o Departamento Oficial de Publicidade, e em 1934 o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC). Já no Estado Novo, no início de 1938, o DPDC transformou-se no Departamento Nacional de Propaganda (DNP), que finalmente deu lugar ao DIP.

Ao DIP cabia coordenar, orientar e centralizar a propaganda interna e externa, fazer censura ao teatro, cinema e funções esportivas e recreativas, organizar manifestações cívicas, festas patrióticas, exposições, concertos, conferências e dirigir o programa de radiodifusão oficial do governo Vargas. Vários estados possuíam órgãos filiados ao DIP, os chamados “Deips”. Essa estrutura altamente centralizada permitia ao governo exercer o controle da informação, assegurando-lhe o domínio da vida cultural do país.

Devido à importância de suas funções, o DIP acabou se transformando numa espécie de “superministério”. Cabia-lhe exercer a censura às diversões públicas, antes de responsabilidade da Polícia Civil do Distrito Federal. Também os serviços de publicidade e propaganda dos ministérios, departamentos e órgãos da administração pública passaram à responsabilidade do DIP.

Entre 1939 e 1942, o Departamento de Imprensa e Propaganda esteve sob a direção de Lourival Fontes, que já dirigira o DPDC e o DNP. Seus sucessores foram o major Coelho dos Reis, de agosto de 1942 até julho de 1943, e o capitão Amílcar Dutra de Menezes, que atuou até a extinção do órgão, em maio de 1945.

Conteúdo

A coleção é composta por fotografias de visitas de Getúlio Vargas a Minas Gerais. O presidente aparece acompanhado por Benedito Valadares, Gustavo Capanema, Marechal Dutra e outros, durante manobras militares, inaugurações, desfiles, festas e discursos.

Sistema de Arranjo

As fotografias estão ordenadas de acordo com a seqüência do álbum original.

Instrumentos de Pesquisa

- Sistema informatizado de pesquisa do acervo fotográfico.

Condições de Acesso

As fotografias encontram-se digitalizadas e são consultadas por meio de sistema informatizado de pesquisa.

Dimensão/Suporte

- Iconográfico: 143 fotografias.

FAMÍLIA JOAQUINA BERNARDA DE POMPÉU**Código: FJBP****Datas-limite: 1746-1982****Histórico/Biografia**

Joaquina Bernarda da Silva de Abreu Castelo Branco, conhecida como Joaquina do Pompéu, nasceu em Mariana (MG), no dia 20 de agosto de 1752, e faleceu a 14 de dezembro de 1824.

Era filha de um advogado português, parente dos Condes de Valadares. Ficou famosa como grande latifundiária e administradora, conquistando enorme prestígio político. Transformou a Fazenda do Pompéu em uma grande propriedade. Suas terras abrangiam a região hoje compreendida pelos municípios de Pitangui, Paracatu, Abaeté e Dores do Indaiá.

Casada com o capitão Inácio de Oliveira Campos, teve 10 filhos. Pertenceram a sua linhagem, numerosas famílias dominantes na vida econômica, social e política do Estado de Minas Gerais. Dentre elas, encontram-se os Melo Franco, Benedito Valadares, Gustavo Capanema, José de Magalhães Pinto, Olegário Maciel e Ovídio de Abreu.

Conteúdo

O acervo é formado por correspondências de natureza pessoal e política; requerimentos; procurações; escrituras; recibos de compra, venda e partilha de bens; pagamentos de dízimos; receitas médicas; dentre outros. Possui fotografias da família, de cidades, fazendas e monumentos.

Sistema de Arranjo

Os documentos encontram-se organizados em 5 (cinco) séries: 1. Família Joaquina Bernarda do Pompeu; 2. Família Cordeiro Valadares; 3. Família Oliveira Campos; 4. Escrituras, certidões e outros documentos; e 5. Diversos.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário da Coleção Família Joaquina Bernarda de Pompéu;
- Sistema informatizado de pesquisa do acervo fotográfico.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através da documentação textual original. As fotografias encontram-se digitalizadas e são consultadas por meio de sistema informatizado de pesquisa.

Dimensão/Suporte

- Iconográfico: 270 fotografias;
- Textual: 0,40 metros lineares.

Notas

A documentação foi reunida por Coriolano Pinto Ribeiro com o objetivo de escrever a obra *Dona Joaquina de Pompéu*, uma genealogia da família.

FAMÍLIA JUSCELINO BARBOSA**Código: FJB****Datas-limite: 1895-1971****Histórico/Biografia**

Juscelino Barbosa nasceu no distrito de Santa Cruz da Chapada, município de Minas Novas (MG), no dia 13 de junho de 1875, e faleceu em Belo Horizonte (MG), a 9 de outubro de 1947.

Formou-se em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1894, e em Ciências Sociais pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, em 1896. Com apenas 21 anos, elegeu-se Deputado Federal no ano de 1895. Durante o período compreendido entre 1898 a 1903, exerceu o cargo de Promotor de Justiça da Comarca de Teófilo Otoni (MG), cidade em que fundou e dirigiu o semanário *Mercure*. Casou-se com Tomásia Pires Barbosa, com quem teve três filhos: Leopoldo Barbosa, Juscelino Barbosa Filho e Sylvio Barbosa.

Nos anos de 1902 e 1903, foi Chefe de Polícia e Comandante-Geral da Brigada Policial de Minas Gerais. No período entre 1903 a 1905, foi Advogado-Geral do Estado, e, em 1905, foi o primeiro prefeito, por nomeação, do município de Poços de Caldas (MG). Em 1908, dirigiu a Fiscalização de Rendas do Estado e, em seguida, dirigiu a Secretaria da Fazenda até 1910.

Foi um dos fundadores do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, em 1911. Neste mesmo ano, fundou a Companhia Industrial e Agrícola Riacho Fundo e presidiu a Sociedade Mineira de Agricultura. Em 1912, foi Inspetor do Governo Federal, junto à Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, e Diretor da Rede Sul-Mineira de Viação, em 1916.

De 1912 a 1930, regeu a cátedra de Direito Comercial, de Legislação Comparada e de Direito Romano na Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais. Jornalista de intensa atividade, lançou, em 1928, com Pedro Aleixo e Álvaro Mendes Pimentel, o jornal *Estado de Minas*, do qual foi o primeiro diretor.

Conteúdo

O acervo é composto por cartões, correspondências, bilhetes, anotações, recortes de jornais, certidões, certificados e desenhos. A documentação trata de assuntos diversos, tais como: viagens, morte de Juscelino Barbosa Filho, venda de lote, pagamento de aluguel, alistamento militar e Sociedade Sul-Americana de Representação.

Sistema de Arranjo

Os documentos encontram-se organizados em 3 (três) séries: 1. Juscelino Barbosa, 2. Leopoldo Barbosa e 3. Cartões.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário da Coleção Família Juscelino Barbosa;
- Sistema informatizado de pesquisa do acervo fotográfico.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através da documentação textual original. As fotografias encontram-se digitalizadas e são consultadas por meio de sistema informatizado de pesquisa.

Dimensão/Suporte

- Iconográfico: 167 fotografias;
- Textual: 0,10 metros lineares.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Chefia de Polícia - POL

Notas

Os documentos não retratam a vida pública de Juscelino Barbosa.

FAMÍLIA RODRIGUES PEREIRA**Código: FRP****Datas-limite: 1784-1968****Histórico/Biografia**

Antônio Rodrigues Pereira nasceu em Queluz (MG) em 1803 e faleceu no dia 22 de dezembro de 1883. Foi fazendeiro, oficial do Regimento de Cavalaria Ligeira do Exército, coronel da Guarda Nacional, juiz de paz e presidente da Câmara de Queluz. Recebeu o título de Brigadeiro Honorário do Exército e o título nobiliárquico de Barão do Pouso Alegre por sua participação na Guerra do Paraguai.

Washington Rodrigues Pereira foi advogado, juiz municipal e de órfãos, delegado de polícia em Ouro Preto, inspetor da Tesouraria Provincial, juiz de direito e promotor da Comarca de Queluz.

Lafayette Rodrigues Pereira nasceu no dia 28 de março de 1834 na freguesia de Nossa Senhora da Conceição (atual cidade de Conselheiro Lafaiete), província de Minas Gerais, e faleceu no Rio de Janeiro (DF) em 29 de janeiro de 1917.

Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, no ano de 1857. Depois de formado, exerceu a Promotoria Pública em Ouro Preto e, em 1860, passou a advogar na capital do Império. No Rio de Janeiro, foi um dos fundadores do periódico político e literário *Atualidade* e do jornal *República*.

Deputado Geral em 1878, renunciou no ano seguinte, ao ser nomeado Senador pela Província de Minas Gerais. Em 1880, foi Conselheiro do Imperador e do Estado.

Organizou o Gabinete Liberal em 1883 e 1884 e nele ocupou a Presidência e a Pasta da Fazenda. No ano seguinte, foi presidente do Tribunal Arbitral.

Publicou o livro *Vindiciae*, editado sob o pseudônimo de Labieno, e os trabalhos *Direito de família*, *Direito das cousas* e *Princípios de direito internacional público*.

Era portador da grã-cruz da Ordem de Cristo, oficial da Ordem do Mérito e membro do Instituto dos Advogados.

Conteúdo

O acervo é formado por correspondências sobre assuntos administrativos, políticos, profissionais e pessoais; títulos de nomeação; escrituras; procações e recibos de compra e venda de escravos, terras, animais e produtos agrícolas referentes à Fazenda dos Macacos.

Sistema de Arranjo

Os documentos encontram-se organizados em 4 (quatro) séries: 1. Antônio Rodrigues Pereira, 2. Washington Rodrigues Pereira, 3. Lafayette Rodrigues Pereira e 4. Diversos.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário da Coleção Família Rodrigues Pereira.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através dos originais.

Dimensão/Suporte

- Textual: 0,30 metros lineares.

MAPAS DE POPULAÇÃO

Código: MP

Datas-limite: 1826-1863

Histórico/Biografia

Os documentos que compõem esta coleção foram reunidos e inventariados em data remota e anterior à organização da documentação provincial. Durante a elaboração do arranjo do Fundo Presidência da Província, verificou-se que esses mapas de população eram parte integrante desse fundo. Entretanto, optou-se por manter esta coleção, por ser assim conhecida há muitos anos e citada em diversas publicações.

Conteúdo

A coleção é composta por listas de habitantes, mapas de nascimento, casamentos e óbitos de diversas localidades de Minas Gerais.

Sistema de Arranjo

Os documentos estão ordenados por município.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário da Coleção Mapa de População.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita por meio de microfimes.

Dimensão/Suporte

- Textual: 2,34 metros lineares.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Secretaria de Governo da Província - SG
- Inventário do Fundo Casa dos Contos - CC
- Inventário do Fundo Presidência da Província - PP
- Inventário do Fundo Seção Provincial - SP

Notas

Em vários documentos existem duas datas, uma dos mapas e listas e outra da correspondência de encaminhamento. Optou-se por descrever no inventário a data do mapa ou da lista. As datas entre colchetes foram atribuídas a partir da data existente na correspondência de encaminhamento.

MUNICÍPIOS MINEIROS**Código: MM****Datas-limite: 1859-1990****Histórico/Biografia**

A coleção é composta por fotografias que retratam diversos municípios mineiros e que foram doadas de forma esporádica por correspondentes oficiais e outras pessoas ao Arquivo Público Mineiro.

Conteúdo

A coleção é formada por fotografias da Capital e de municípios do interior de Minas Gerais. Retratam o comércio, o turismo, a saúde, a educação, as pessoas, as artes e os costumes. Contém também fotos do período da construção da cidade de Belo Horizonte e álbum de obras públicas no interior de Minas Gerais.

Sistema de Arranjo

As fotografias estão ordenadas pelo nome dos municípios.

Instrumentos de Pesquisa

- Sistema informatizado de pesquisa do acervo fotográfico.

Condições de Acesso

As fotografias encontram-se digitalizadas e são consultadas por meio de sistema informatizado de pesquisa.

Dimensão/Suporte

- Iconográfico: 806 fotografias.

NELSON COELHO DE SENNA**Código: NCS****Datas-limite: 1890-1920****Histórico/Biografia**

Nelson Coelho de Senna nasceu na cidade do Serro, no dia 11 de outubro de 1876, e faleceu em Belo Horizonte, em 2 de junho de 1952. Foi parlamentar, publicista e professor universitário.

Em 1893, diplomou-se professor-normalista pela Escola Normal oficial de Diamantina. No ano seguinte, foi nomeado para o cargo de amanuense da Secretaria da Polícia, sendo logo transferido para a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Em 1896, foi nomeado professor substituto da cadeira de História Universal e do Brasil do externato do Ginásio Mineiro.

Durante o período de 1894 a 1896, publicou os seus primeiros livros *Memória Histórica e Descritiva da Cidade e do Município do Serro*, *Discursos Acadêmicos* e *Páginas Tímidas*, coletânea de contos e escritos literários. Foi, ainda, colaborador do jornal *O Estado de Minas* e redator-chefe de *O Belo Horizonte*, do quinzenário *A Província* e do *Diário de Minas*.

Em fins de 1895, foi eleito presidente da Sociedade Beneficente Mineira dos Estudantes e, em 1897, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Minas.

Em 1906, deu início à publicação do *Anuário de Minas Gerais*, com estudos sobre história, geografia, literatura e estatística. Defendeu a criação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, fato que veio a ocorrer em 1907. Ingressou na política e foi eleito Deputado Estadual por diversas legislaturas até o ano de 1921, quando foi eleito Deputado ao Congresso Nacional, onde permaneceu até 1929.

Afastou-se da política em 1930 e retomou suas atividades intelectuais. Em Belo Horizonte, assumiu o cargo de professor, retornou ao exercício da advocacia, às suas pesquisas e aos trabalhos literários. Foi sócio-fundador, benemérito, correspondente honorário e membro efetivo de diversas instituições culturais do Brasil e do exterior.

Conteúdo

A coleção é composta por fotografias que retratam municípios mineiros com suas características físicas, naturais e sua população.

Sistema de Arranjo

As fotografias estão organizadas pelo nome dos municípios.

Instrumentos de Pesquisa

- Sistema informatizado de pesquisa do acervo fotográfico.

Condições de Acesso

As fotografias encontram-se digitalizadas e são consultadas por meio de sistema informatizado de pesquisa.

Dimensão/Suporte

- Iconográfico: 331 fotografias.

Notas

As fotografias que compõem a coleção foram reunidas por Nelson Coelho de Senna, correspondente do Arquivo Público Mineiro, e doadas para a instituição com a denominação de Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Posteriormente, no ano de 2000, a coleção recebeu a denominação do titular.

PERSONALIDADES**Código: PE****Datas-limite: [1839]-1988****Histórico/Biografia**

As fotografias que compõem a coleção são provenientes de doações diversas feitas ao Arquivo Público Mineiro.

Conteúdo

A coleção é composta por fotografias de políticos, autoridades civis e militares, intelectuais e artistas.

Sistema de Arranjo

As fotografias estão ordenadas por nome.

Instrumentos de Pesquisa

- Sistema informatizado de pesquisa do acervo fotográfico.

Condições de Acesso

As fotografias encontram-se digitalizadas e são consultadas por meio de sistema informatizado de pesquisa.

Dimensão/Suporte

- Iconográfico: 161 fotografias.

REVOLUÇÃO DE 1930

Código: REV

Datas-limite: 1930

Histórico/Biografia

A documentação foi reunida e preservada por João Ribeiro Navarro, que em 1930 era funcionário dos Correios e Telégrafos na cidade de Barbacena (MG), local que abrigou as Forças Revolucionárias durante a segunda fase da Revolução.

Esta coleção foi doada por Yolanda C. Navarro, viúva de João Ribeiro de Navarro, e encaminhada pelo deputado João Navarro ao Arquivo Público Mineiro, em 1980.

Conteúdo

A coleção é composta de correspondências do Estado Maior das Forças Revolucionárias, sediado em Barbacena, a diversas autoridades civis e militares. Os documentos tratam de assuntos como: instruções militares, solicitação de informações, material bélico, tropas, alimentação, felicitações, agradecimentos e condolências. Possui, ainda, correspondências de parentes e amigos pedindo informações sobre os envolvidos na Revolução.

Sistema de Arranjo

A documentação está organizada em 7 (sete) pastas: 1. Correspondências do Tenente Coronel Souza Filho, chefe do Estado Maior das Forças Revolucionárias; 2. Correspondências do Dr. Cristiano Machado, Secretário do Interior; 3. Correspondências do Dr. Odilon Braga, Assistente Civil do Comando Geral das Forças Revolucionárias de Minas Gerais; 4. Correspondências de Brasil Araújo, Governador da Praça Civil de Barbacena; 5. Correspondências de José Bonifácio Filho, Assistente Civil da 4ª Região Militar Revolucionária; 6. Correspondências de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada; e 7. Correspondências diversas. Cada pasta está ordenada cronologicamente.

Instrumentos de Pesquisa

- Inventário da Coleção Revolução de 1930.

Condições de Acesso

A pesquisa é feita através dos originais.

Dimensão/Suporte

- Textual: 0,10 metros lineares.

Consultar Também

- Inventário do Fundo Secretaria do Interior - SI

Notas

Os documentos desta coleção foram inseridos no fundo Secretaria do Interior, série Revolução de 1930, com a denominação de João Ribeiro Navarro, cujo inventário foi publicado na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXXIV, 1983. Como originalmente não faziam parte do fundo, optou-se por criar a Coleção Revolução de 1930.

TIPOGRAFIA GUIMARÃES**Código: TG****Datas-limite: 1910-1950****Histórico/Biografia**

A tipografia Guimarães foi fundada por José Guimarães, Chefe de Clicheria na Imprensa Oficial. Funcionou primeiramente na Rua Goitacazes, na casa do Sr. Lacerda, sócio de José Guimarães. Mais tarde mudou-se para a Rua Espírito Santo, nº 680. Era a maior empresa particular do ramo em Minas Gerais, suplantada em volume de produção e serviço apenas pela Imprensa Oficial.

A tipografia trabalhava principalmente na confecção de impressos, carimbos, clichês e formulários para a indústria e o comércio. O local era, ainda, uma espécie de ponto de encontro de intelectuais e artistas, alguns famosos em sua época, como os fotógrafos Gines Gea Ribera e Ramos Arantes, que presentearam a tipografia com grande número de fotografias.

Em 1929, os três irmãos que conduziam a empresa, José, João e Manoel Guimarães, haviam se formado e resolveram exercer as suas profissões. A tipografia foi vendida ao cunhado dos irmãos Guimarães, Euclides José de Almeida, e a seu pai, Bernardo Simões de Almeida.

Conteúdo

A coleção é composta por fotografias de Belo Horizonte, do interior de Minas Gerais, de políticos mineiros, de artistas e de pessoas da sociedade mineira.

Sistema de Arranjo

As fotografias encontram-se organizadas em 3 (três) séries: 1. Pessoas, 2. Edificações e 3. Diversos.

Instrumentos de Pesquisa

- Sistema informatizado de pesquisa do acervo fotográfico.

Condições de Acesso

As fotografias encontram-se digitalizadas e são consultadas por meio de sistema informatizado de pesquisa.

Dimensão/Suporte

- Iconográfico: 184 fotografias.

Notas

As fotos pertencentes a essa coleção foram utilizadas pela Tipografia Guimarães para ilustrar matérias em jornais e revistas. Foram guardadas por José Guimarães e doadas, em 1991, ao Arquivo Público Mineiro por Judite Guimarães.

Bibliografia Consultada

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações Técnicas, n. 51)

APCBH. *Inventário do Arquivo pessoal Nelson Coelho de Senna*. Belo Horizonte, 2000.

AZEVEDO, José Afonso Mendonça de. *Índice - ementário da legislação mineira: 1889-1933*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1935.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995.

_____. *Dicionário da Terra e da Gente de Minas*. Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público Mineiro: Belo Horizonte, 1985.

BOSCHI, Caio C.; MORENO, Carmem; FIGUEIREDO, Luciano. *Inventário da Coleção Casa dos Contos: livros, 1700-1891*. Belo Horizonte: PUC-MG; FAPEMIG, 2006.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T. A. Queirós, 1991.

_____. Descrição sumária: solução de acesso. *Arquivo: boletim histórico e informativo*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 65-71, jul./dez.1988.

_____. O sentido da descrição documental. *Boletim do Centro de Memória UNICAMP*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 7-10, jan./jun.1989.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais: uma proposta de descrição. *Arquivo: boletim histórico e informativo*. São Paulo, v. 9, n. 1, p. 21-24, jan./dez. 1988.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Editora UnB, 1981.

_____. *Pontos e bordados: escritos de História e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

CENTRO de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC*. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

COLEÇÃO de Leis, decretos e decretos-leis de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1835- 1947.

CONSELHO Internacional de Arquivos (CIA). Comissão Ad Hoc de Normas de Descrição. *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(G))*. 2. ed. revista (versão final aprovada pelo CIA). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1998. (Publicações Técnicas, n. 48).

DUCHEIN, Michel. *O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos*. Arquivo & Administração. Rio de Janeiro, 1986.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2006.

GOUVÊA, Antônio Valentim. *Synthese Biographica do Escritor e Publicista Brasileiro Dr. Nelson de Sena*. Belo Horizonte, 1945.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. O Mosaico Mineiro Oitocentista: historiografia e diversidade regional. *Tempos Gerais – Revista Eletrônica de Ciências Sociais e História*. São João Del Rei, FUNREI, n. 3, maio de 2001. Disponível em: www.funrei.br.

GUIA do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público Mineiro, 1993.

HAGEN, Acácia Maria. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 27, n. 3, p. 293-299, set./dez. 1998.

HALFELD, H: G. F.; VON TSCHUDI, J. J. *A Província Brasileira de Minas Gerais*. Trad. Myriam Ávila. Belo Horizonte: FJP; CEHC, 1998.

IGLÉSIAS, Francisco. *Trajatória Política do Brasil (1500-1964)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LOPEZ, André Porto Ancona. *Como descrever documentos de arquivo*: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002. 60 p. (Projeto como fazer, n. 6).

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro*: a pobreza mineira no século XVIII. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MONTEIRO, Norma de Goes (Coord.). *Dicionário biográfico de Minas Gerais*: período republicano 1889/1991. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa de Minas Gerais; FAFICH, 1994. 2 v.

MOTA, Rodrigo Patto Sá *et al.* República, política e direito à informação: os arquivos do DOPS/MG. *Vária História*, Belo Horizonte, UFMG/Departamento de História, v. 29, p.126-153, 2003.

PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

PEREIRA, Francelino. *Pedro Aleixo: visão de um Estadista da República*. Brasília, 2002.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

REIS, Liana Maria; BOTELHO, Ângela Vianna. *Dicionário histórico Brasil: Colônia e Império*. Belo Horizonte: Dimensão, 1998.

REVISTA do Arquivo Público Mineiro. [Coleção Digital - 5 CD-ROM]. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Arquivo Público Mineiro, 2005.

_____. "Dossiê Casa dos Contos". Ano XLI. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura; Arquivo Público Mineiro, junho-dezembro 2005.

_____. "Dossiê DOPS". Ano XLII. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura; Arquivo Público Mineiro, janeiro-junho 2006.

RIBEIRO, Coriolano Pinto. *Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte, 1956.

RUSSEL-WOOD, A. J. O governo local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural. *Revista de História*, São Paulo, n. 109, 1977.

SALGADO, Graça (Coord.). *Fiscais e meirinhos: a administração do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

SILVEIRA NETO, Honório. *Instituições republicanas mineiras*. Belo Horizonte: Lemi, 1978.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *A democracia coroada: teoria política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

URICOECHEA, Fernando. A formação do Estado brasileiro no século XIX. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, IUPERJ, Editor Simon Schwartzman, n. 14, p. 85-109, 1977.

VEIGA, José Xavier da. *Efemérides mineiras 1664-1897*: índice onomástico. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro, 1998.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Estrutura do Senado da Câmara (1711-1808). In: POLITO, Ronald; AGUIAR, José Arnaldo Coelho (Org.). *Termo de Mariana*: história e documentação. Mariana: EDUFOP, 1998.

A presente edição foi composta em caracteres Formata, corpo 10/13, Helvética, corpo 9/12, e FranklinGothic, corpo 12/9, impressa pela Imprensa Oficial, em sistema offset, papel offset 90 gr (miolo) e Cartão Supremo 250 g (capa), em dezembro de 2006.